ISSN 2317-6350

DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

em revista

Publicação do Exército Brasileiro | Ano 003 | Edição 008 | Julho a Dezembro 2015



Marechal Rondon: um Perfil de Liderança Militar.

Artilharia na Selva, resgatando a Experiência Acumulada.

United Nations Operations in the Modern Conflicts.

O Emprego da Inteligência Militar.

CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
General de Exército Sergio Westphalen **Etchegoyen**

3º SUBCHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
General de Brigada Eduardo Antonio **Fernandes**

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Coronel **Paulo Ricardo** Pinto da Silva

CONSELHO EDITORIAL
General de Brigada Eduardo Antonio **Fernandes**
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro
Coronel **Paulo Ricardo** Pinto da Silva
Coronel José Benedito **Cruz Júnior**

EDITOR-CHEFE
General de Brigada Haroldo **Assad** Carneiro

SUPERVISOR DE PRODUÇÃO
Coronel José **Herculano** Azambuja Junior

REDAÇÃO E REVISÃO
Capitão **Risalva** Bernardino Neves

PROJETO GRÁFICO
Capitão **Karla** Roberta Holanda Gomes Moreira
1º Tenente Osmar **Leão** Rodrigues
2º Tenente **Katucha** Teixeira de Sousa
2º Tenente **Fabio** de Melo **Rocha** Santos
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

DIAGRAMAÇÃO E ARTE FINAL
Soldado **Douglas** Henrique de Jesus Macedo

IMPRESSÃO GRÁFICA
EGGCF - Gráfica do Exército
Al. Mal. Rondon S/N - Setor de Garagens - QGEx - SMU
CEP 70630-901 - Brasília-DF
Tel. (61) 3415-4248/5815 | RITEX 860 | FAX: (61) 3415-5829
www.eggcf.eb.mil.br | divcom@eggcf.eb.mil.br

DISTRIBUIÇÃO
Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx)

PERIODICIDADE
Semestral

TIRAGEM
2.000 exemplares
(Circulação dirigida no país e no exterior)

PORTAL DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
E VERSÃO ELETRÔNICA
Coronel Silvio Renan Pimentel **Betat**
www.cdoutex.eb.mil.br

CENTRO DE DOUTRINA DO EXÉRCITO
Quartel-General do Exército – Bloco A – 1º andar
CEP 70630-901 – Setor Militar Urbano – Brasília/DF
Telefone: (61) 3415.5239 / (61) 3415.5888 (RITEX 860)
carneiroha@hotmail.com ou
portal.cdoutex@gmail.com

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SUMÁRIO

MARECHAL RONDON: UM PERFIL DE LIDERANÇA MILITAR PARA A TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO
Gen Bda Carlos Roberto 6

EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR NAS OPERAÇÕES DE NÍVEL TÁTICO
Cel Rueda 20

ARTILHARIA NA SELVA, RESGATANDO A EXPERIÊNCIA ACUMULADA
Ten Cel Ísola 30

CONHECIMENTO E PODER
Gen Ex Castro 36

EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA, AS OPERAÇÕES NO AMPLO ESPECTRO, AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS E OS CONFLITOS DO SÉCULO XXI
Gen Bda Alvaro 42

A NAVEGAÇÃO FLUVIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO
Ten Cel Iunes 58

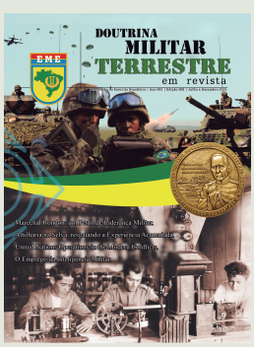


Foto de Capa: arquivo CComSEx
Descrição: Comando e Controle, importante função de combate, de Rondon aos dias atuais.

UMA EXPERIÊNCIA DA CAVALARIA MECANIZADA NO COMPLEXO DA MARÉ
Cap Rohling 68

UNITED NATIONS OPERATIONS IN THE MODERN CONFLICTS
Cel Ferreira Marques 78



As ideias e conceitos contidos nos artigos publicados nesta revista refletem as opiniões de seus autores e não a concordância ou a posição oficial do Exército Brasileiro. Essa liberdade concedida aos autores permite que sejam apresentadas perspectivas novas e, por vezes, controversas, com o objetivo de estimular o debate de ideias.

MENSAGEM DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Caro Leitor!

O Exército Brasileiro ...

... como instituição nacional e permanente, detém o poder bélico, potencializado nas responsabilidades dos seus integrantes, cientes do nosso compromisso com os valores essenciais que devemos praticar, ensinar, promover e cultuar.

... em todos os momentos da formação da nacionalidade brasileira, constituído pelo povo em armas, esteve presente escrevendo a história pátria.

... irmanou os primeiros brasileiros – negros, brancos e índios – no amor à terra e no repúdio à ocupação estrangeira, lutando contra o invasor holandês, para derrotá-lo nos Montes Guararapes, no alvorecer da nacionalidade.

... como os bandeirantes empurrou nossas fronteiras muito mais para o Oeste, estendeu o Brasil, conquistou e manteve a imensidão amazônica.

... no Ipiranga, reforçou o brado de liberdade, consolidado na guerra da independência.

... no período imperial, tendo Caxias à frente de suas ações pacificadoras, irmanou vencedores e vencidos nas lutas pela unidade nacional, contrapondo-se aos rancores e ódios para sedimentar a coesão da Pátria.

... enfrentou o frio vento nas guerras cisplatinas, impondo a soberana vontade brasileira aos que ousaram contestá-la.

... em consonância com o apelo popular, sustentou a proclamação da República pelo Marechal Deodoro.

... incansável e humanista, desbravou milhares de quilômetros na epopeia de Rondon, inserindo no mapa nacional as imensidões até então inexploradas, levando assistência e inclusão a populações antes condenadas ao isolamento.

... no século passado, há 70 anos, cruzou o Atlântico, consagrou-se vitorioso na campanha da Itália, cooperando para a libertação do jugo nazista. Mais recentemente, participando de missões internacionais, vem colaborando para a paz entre os povos e projetando o prestígio do Brasil no cenário internacional.

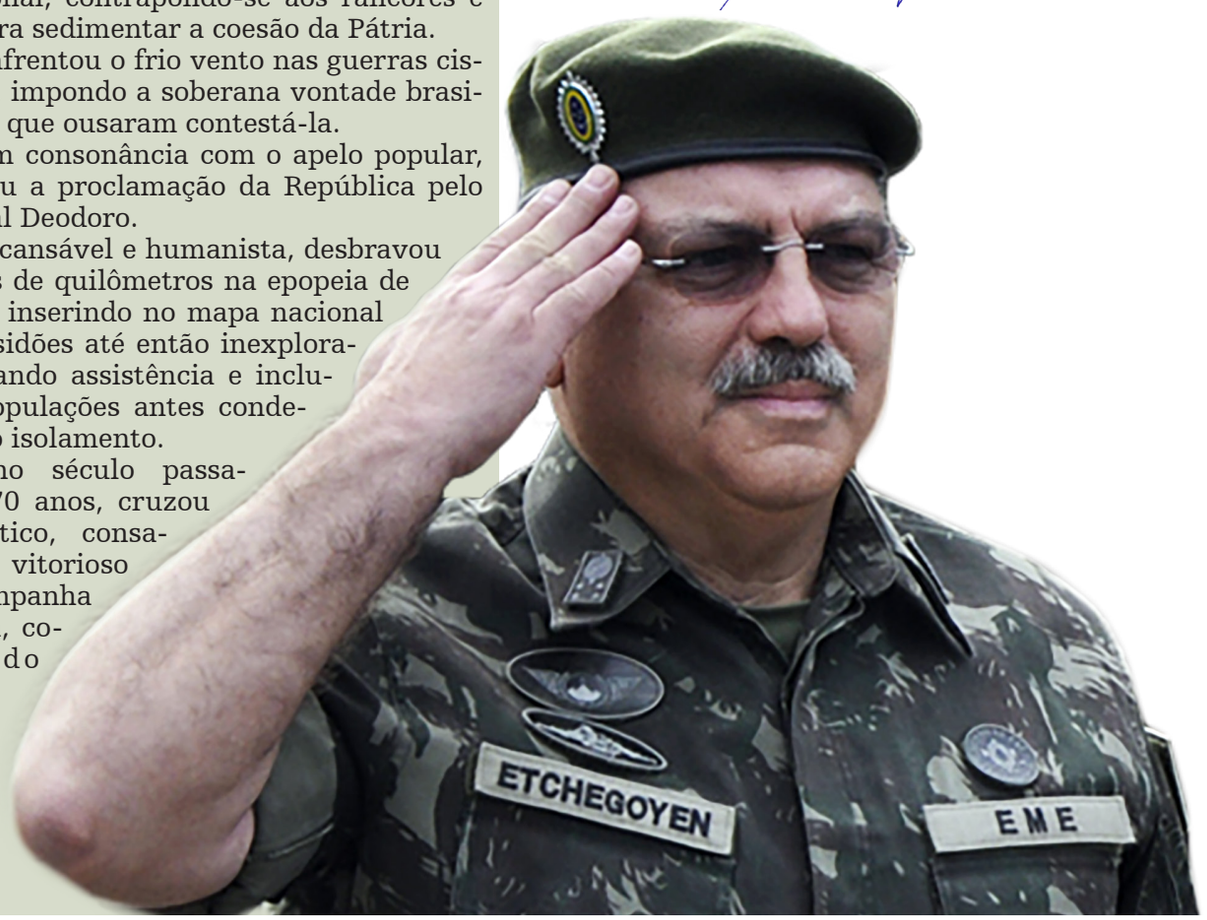
... solidário e pioneiro tem, desde sempre, socorrido nossos compatriotas em dificuldades e emprestado seu talento empreendedor ao esforço pelo desenvolvimento nacional, ajudando a plantar e a fortalecer a democracia de que desfrutamos e as sólidas instituições que lhe dão vida.

... tem estado sempre vigilante ao lado de nosso povo, oferecendo-lhe proteção contra extremismos descabidos que possam conduzir-nos a rupturas sociais.

... tem a destinação de garantir a soberania nacional, defender os interesses do povo a que servimos e cooperar para a estabilidade indispensável à prosperidade que nos levará ao inevitável destino de grandeza que nos aguarda.

Possamos, com a proteção de Deus, iniciar um ano novo repleto de realizações!

Gen Ex SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN
Chefe do Estado-Maior do Exército



EDITORIAL

A equipe editorial da Doutrina Militar Terrestre em Revista sente-se honrada em levar aos seus leitores a oitava edição deste periódico de assuntos de natureza militar, produzido pelo Estado-Maior do Exército, por intermédio da 3ª Subchefia em parceria com o Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex) do Comando de Operações Terrestres

Abrindo a edição, o General de Brigada Carlos Roberto vale-se da oportunidade em que a Nação brasileira comemora o sesquicentenário de nascimento do Marechal Rondon para enaltecer as excelsas virtudes cívico-militares do patrono da arma de comunicações, destacando sua liderança como atributo fundamental para prosseguirmos no desafiador processo de transformação da Força Terrestre.

Em seguida, o Coronel Rueda aborda a inteligência militar como uma peça fundamental do processo decisório do comandante tático. Como função de combate, condiciona e delimita os planejamentos operativos, reduzindo as incertezas, identificando oportunidades e propiciando uma visão realista das forças antagônicas e do ambiente operacional complexo e extremamente mutável da atualidade.

Ao escrever sobre a artilharia de selva, o Tenente-Coronel Ísola ressalta a importância dos exercícios de experimentação doutrinária na busca de soluções factíveis para possibilitar a continuidade de apoio de fogo adequado aos elementos de manobra em qualquer situação. Nossa doutrina continua sendo constantemente testada, atualizada, difundida e firmemente consolidada.

Ao apresentar o seu artigo intitulado Conhecimento e Poder, o General de Exército Castro propõe reflexões sobre a Era do Conhecimento, seu alvorecer, suas características e seu relacionamento com o poder, concluindo sobre seus impactos nas instituições, em particular no Exército Brasileiro, que vem se resgatando da Era Industrial, mediante seu processo de transformação, solidamente alicerçado na doutrina.

Em seguida, o General de Brigada Alvaro tece oportunos comentários sobre a evolução da arte da guerra, analisando os futuros ambientes operacionais e as ameaças emergentes, concluindo sobre a inevitabilidade de as forças terrestres combaterem sob condições de plena incerteza e complexidade, com destaque para as operações no amplo espectro.

Prosseguindo, o Tenente-Coronel Iunes trata da navegação fluvial no Exército Brasileiro, mencionando a legislação que regula essa complexa atividade. Como oficial de doutrina do Centro de Embarcações da Amazônia, relata as pesquisas sobre a embarcação mais apropriada para cumprir a árdua missão de desenvolver e defender essa vasta e importante parte do território nacional, onde os rios se sobressaem como as grandes vias de acesso e de transporte.

Como comandante da primeira tropa de cavalaria empregada no Complexo da Maré, o Capitão Rohling apresenta importantes considerações e ensinamentos para o aprimoramento da doutrina militar terrestre. Para ser vitoriosa em uma operação de apoio a órgãos governamentais, a tropa deve ser capaz de se adaptar prontamente ao *modus operandi* dos agentes perturbadores da ordem pública, processando rapidamente as observações e informações coletadas.

Encerrando a edição, o Cel Ferreira Marques trata das operações realizadas na atualidade sobre a égide da Organização das Nações Unidas, enfatizando os seguintes fatores como imprescindíveis para o sucesso da missão: a colaboração da nação hospedeira, a proteção aos civis, a imparcialidade e neutralidade, a presteza da tropa, o uso mínimo e adequado da força, a disponibilidade dos avanços tecnológicos, os esforços na reconstrução após o conflito e, principalmente, a vontade política para resolver o problema. O artigo está em língua inglesa, na qual foi originariamente escrito, para estimular os nossos leitores à prática de um idioma estrangeiro.

Esperamos que os temas suscitem o debate por parte dos nossos leitores, razão de ser de nosso trabalho, e sugestões sejam encaminhadas ao Portal da Doutrina ou diretamente aos autores, cujo e-mail está disponível no início de cada artigo.

Sentimo-nos orgulhosos do elevado padrão dos artigos produzidos e agradecemos a valorosa colaboração de todos os articulistas, esperando que essa participação seja ainda maior nas edições vindouras, pois o sucesso do desenvolvimento doutrinário é fruto da conjugação de esforços de todos.



MARECHAL RONDON: UM PERFIL DE LIDERANÇA MILITAR PARA A TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO

General de Brigada Carlos Roberto Pinto de Souza

O General de Brigada Combatente Carlos Roberto é o Comandante de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército. Foi declarado aspirante a oficial de comunicações em 1983. Além dos cursos normais da carreira, possui os seguintes: Básico de Oficiais de Comunicações e de Comando e Estado-Maior, ambos no Exército dos EUA, Combate Eletrônico na Força Aérea Brasileira, Estratégica da Informação no Instituto Militar de Engenharia, e Altos Estudos de Defesa na República Italiana. Foi Comandante e Diretor de Ensino do Colégio Militar de Curitiba, Observador Militar das Nações Unidas, na ex-Iugoslávia, Adjunto da Subchefia de Segurança da Casa Militar da Presidência da República, Adjunto da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e Chefe do Centro de Monitoramento de Fronteiras (carlosrobertops@hotmail.com).



A Nação comemora, neste ano, os 150 anos de nascimento do Marechal Rondon, patrono da arma de comunicações.

No momento em que o Exército Brasileiro (EB) busca obter novas capacidades operativas, realizando desafiador processo de mudança organizacional, é de fundamental importância entender que a força motriz da transformação são os líderes, em todos os escalões, de nossa Instituição.

Escrever sobre o Marechal Rondon é perene desafio de estudo e de interpretação de valores éticos e morais associados aos consagrados princípios de liderança.

A análise da vida e obra desse personagem de nossa história militar, desbravador de sertões e florestas, cientista, indigenista, arauto do positivismo e soldado modelar propicia colher inúmeros exemplos da importância desses valores na forja e resiliência do líder militar.

É imprescindível que se entendam atributos, competências, valores e princípios como traços atemporais, característicos das personalidades dos mais brilhantes cabos de guerra e chefes militares da história universal: Alexandre, Aníbal, César, Napoleão, Frederico, Nassau, Bolívar, San Martin, George Washington, Marshall, Patton, Caxias, Sampaio, Osorio, Mallet, Villagran, Bittencourt, Napion, Antonio João, Maria Quitéria, Dutra, Castelo Branco e tantos outros que nos inspiram e demonstraram como comandar.

O cadete, o sargento, o tenente, o capitão, o coronel ou o general, para analisar, decidir, agir e liderar, ou seja, comandar com retidão e acerto valer-se-ão sempre de valores imutáveis e perenes, profundamente enraizados em um bem formado caráter militar, firme e convicto de que os garantes da conduta correta, ao longo da trajetória profissional, serão sempre o amálgama de férrea e intransigente vontade, guiada pela clareza de princípios basilares de conduta ética e virtuosa.

A liderança exerce papel primordial na obtenção, preparação e emprego das capacidades operativas de uma força terrestre, constitui a base de sustentação das demais funções essenciais para a geração de poder de combate (inteligência, comando e controle, movimento e manobra, fogos, proteção e logística).

O Estado-Maior do Exército enfatiza, em sua Portaria nº 197, de 26 Set 13, Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre, que:

> ... não se considera possível ter um exército pronto para cumprir suas missões

> constitucionais sem comandantes, em todos os níveis, que possuam desenvolvida capacidade de liderança.

Neste artigo, extraímos passagens marcantes da vida e obra do Marechal Rondon apresentando-as como exemplos concretos dos valores e das competências necessárias ao comandante da era do conhecimento que inspira, conduz e estabelece os preceitos morais para a execução das operações, por meio do exercício da função de combate de comando e controle, conforme preconizado no Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103, Operações:

> ... conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados que permitem aos comandantes o exercício da autoridade e a direção das ações. A função mescla a arte do comando com a ciência do controle. Incluem também os atuadores não cinéticos abrangidos pelas operações de informação. Todas as demais funções de combate são integradas por meio do comando e controle.

O Manual de Fundamentos, EB 20-MF-10.101, O Exército Brasileiro, apresenta a seguinte figura síntese dos valores e princípios que servem de norte para o profissional das armas:

Para fins de limitação do conteúdo tratado e da extensão das análises, nos limitaremos a abordar os seguintes aspectos, evidenciados ao longo da vida do Marechal Rondon:

- valores: honestidade, patriotismo, idealismo, justiça, respeito, lealdade, espírito de corpo e disciplina; e
- competências: comunicabilidade, flexibilidade, dinamismo, proficiência técnica e tática, coragem, dedicação, persistência, coerência, responsabilidade, direção e persuasão.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Ética e Moral

A palavra ética vem do grego *ethos*, que significa o modo de ser, o caráter; a palavra moral deriva do latim *mos*, que quer dizer costume. Ambas são utilizadas indistintamente e indicam os padrões de comportamento de indivíduos e grupos.

Todo comportamento baseia-se na apreensão do ambiente e na capacidade de adaptação à sua dinâmica de evolução, podendo, portanto, ser instintivo ou conformado pelo hábito da prática das virtudes e do combate



aos vícios, diuturnamente, baseando-os em um conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes e valores aceitos e apreciados pela sociedade que busca progredir em sua trajetória civilizatória.

No Brasil, tais normas, princípios e valores são registrados no Estatuto dos Militares, no qual estão previstos os preceitos da ética militar, exigindo dos que abraçam a carreira das armas condutas moral e profissional irrepreensíveis.

Em nossa Constituição Federal consta:

> Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Portanto, as Forças Armadas são garantes da soberania nacional e da integridade de nosso território, cumpre-lhes fazê-lo sob a égide constitucional e das normas e regulamentos que lhes dão o arcabouço legal.

No Exército, manuais e regulamentos descrevem desde as obrigações dos ocupantes dos inúmeros cargos de uma organização militar (OM) até as técnicas, táticas e procedimentos na conduta de tarefas de combate no escopo das operações no seu amplo espectro.

O comportamento do militar, em qualquer nível hierárquico, subordina-se a elevados padrões de integridade de caráter, intrínsecos à concepção de sua atividade profissional.

Valores

Os valores são referências individuais e coletivas segundo as quais o indivíduo e os diferentes grupos sociais interagem, avaliam e validam comportamentos, pessoas, conceitos e fatos. São um fenômeno social sendo, portanto, variáveis conforme a sociedade, o grupo social, a cultura e o momento histórico, e são aprendidos, podendo ser reforçados nas condutas e interações diárias. Influenciam, consciente e inconscientemente, decisões, ações e relações e podem variar em seu grau de importância, segundo as circunstâncias, para a sobrevivência do indivíduo e o sucesso do grupo na conquista de seus objetivos.

Portanto, numa instituição nacional, permanente, destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, os valores devem ser a pedra fundamental de suas normas, de seus preceitos e regulamentos e da conduta de seus integrantes. No Exército, os valores derivam das tradições oriundas da sua formação para combater o invasor holandês, verdadeira gênese do espírito de pátria, soberana e independente, bem como das inúmeras passagens históricas ao longo de seus quase quatro séculos de existência.

Lê-se no Manual de Fundamentos, EB20-MF-10.101, O Exército Brasileiro, em seu capítulo introdutório:

> Nós, abaixo-assinados, nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo tempo que for necessário, com toda a ajuda de pessoas e fazendas, contra qualquer inimigo, em restauração de nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem o contrário fizer ser tido por rebelde e traidor, e ficar sujeito ao que as leis em tal caso permitam. E debaixo deste comprometimento nós assinamos em 23 de maio de 1645. João Fernandes Vieira, Antônio Bezerra, Antônio Cavalcanti, Bernardino de Carvalho, Francisco Berenguer de Andrade, Antônio da Silva, Pantaleão Cirne da Silva, Luís da Costa Sepúlveda, Manuel Pereira Côrte Real, Antonio Borges Uchoa, Amaro Lopes Madeira, Bastião de Carvalho, Manuel Alves Deosdará, Antônio Carneiro Falcato, Antônio Carneiro de Mariz, Francisco Bezerra Monteiro, Álvaro Teixeira de Mesquita, Padre Diogo Rodrigues da Silva.

No mesmo manual, no capítulo em que descreve o que é a profissão militar, encontramos a seguinte mensagem:

> Senhor, umas casas existem, no vosso reino onde homens vivem em comum, comendo do mesmo alimento, dormindo em leitos iguais. De manhã, a um toque de corneta, se levantam para obedecer. De noite, a outro toque de corneta, se deitam obedecendo. Da vontade fizeram renúncia como da vida. Seu nome é sacrifício. Por ofício desprezam a morte e o sofrimento físico. Seus pecados mesmo são generosos, facilmente esplêndidos. A beleza de suas ações é tão grande que os poetas

> não se cansam de a celebrar. Quando eles passam juntos, fazendo barulho, os corações mais cansados sentem estremecer alguma coisa dentro de si. A gente conhece-os por militares... Corações mesquinhos lançam-lhes em rosto o pão que comem; como se os cobres do pré pudessem pagar a liberdade e a vida. Publicistas de vista curta acham-nos caros demais, como se alguma coisa houvesse mais cara que a servidão. Eles, porém, calados, continuam guardando a Nação do estrangeiro e de si mesma. Pelo preço de sua sujeição, eles compram a liberdade para todos e os defendem da invasão estranha e do jugo das paixões. Se a força das coisas os impede agora de fazer em rigor tudo isto, algum dia o fizeram, algum dia o farão. E, desde hoje, é como se o fizessem. Porque, por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai coragem, e à sua direita a disciplina (Moniz Barreto – Carta a El-Rei de Portugal, 1893).
>
> Destarte, cabe ao líder militar conhecer sua instituição, viver e zelar pelos seus valores, servindo de exemplo para os seus liderados, transmitindo-os e cultuando-os a cada momento da labuta diária.

O Estatuto dos Militares estabelece inúmeros valores fundamentais para o líder militar, dentre outros: honra, honestidade, verdade, justiça, respeito, lealdade, patriotismo, idealismo, espírito de corpo e integridade.

Competências

Nas modernas concepções de gestão de pessoas e do conhecimento, competência consiste num amálgama de conhecimento, habilidade, atitude, valores e experiência, ou seja, conhecer as técnicas e procedimentos específicos de sua especialização, ser proficiente na sua execução, atuar com iniciativa e dinamismo, fazê-lo sob a égide dos valores morais e éticos da organização, aperfeiçoar a sua práxis continuamente, buscando um nível de execução de excelência.

O líder militar deve, dentre outras, ser dotado e cultivar as seguintes competências: comunicabilidade, flexibilidade, dinamismo, proficiência técnica e tática, coragem, dedicação, persistência, coerência, responsabilidade, direção e persuasão.

Além dos valores morais e éticos (o ser) que garantem a correção de atitudes (o fazer), a proficiência técnico-profissional (o saber) é imprescindível para que a atuação do líder seja adequada na consecução dos objetivos traçados diante da evolução da situação.

O Manual de Campanha C 20-10 Liderança Militar estabelece:

> Assim, observa-se o que o líder deve saber, ser e fazer, além de interagir com o grupo e com a situação. São os fatores que criam e sustentam a credibilidade do líder militar. A liderança militar consiste em um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos da OM em uma dada situação.

RONDON: UM ESTUDO DE LIDERANÇA MILITAR

Passaremos a extrair passagens da vida do Marechal Rondon que evidenciam os valores e competências de interesse deste estudo. As passagens citadas poderão repetir-se, caso ilustrem mais de um valor ou competência distintos, e não deverão estar, forçosamente, em ordem cronológica, embora, para fins de facilidade de leitura, se busque tal sequenciamento natural.

Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu a 5 de maio de 1865, em Mimoso, Estado do Mato Grosso. Pelo lado materno, descendia de índios terena e bororo, e de portugueses, espanhóis e índios guanás pelo lado paterno.

Seu pai, Cândido Mariano da Silva, faleceu em fins de dezembro de 1864, época em que transcorriam as operações de invasão do território brasileiro pelas forças de Solano Lopez. Sua mãe, Claudina de Freitas Evangelista da Silva, faleceu quando Rondon tinha dois anos. Órfão de pai antes de nascer e de mãe quando ainda não tinha percepção da perda, foi criado pelo avô paterno que o ensinou a ler.

Aos sete anos foi viver em Cuiabá com o tio, Manoel Rodrigues, que ficou viúvo quando Rondon tinha nove anos. Frequentou a escola do mestre Cruz e alternava estudos com as funções de ajudante na venda do tio.

Em 1874, com nove anos, foi cursar a escola pública, concluindo a escola normal em 1881, aos dezesseis anos, sendo nomeado professor.

Em seu artigo, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso, Nilza Queiroz Freire relata que Rondon, pretendendo continuar seus estudos no Rio de Janeiro, informa seu tio de seus planos, ao que lhe responde Manoel Rodrigues não ter recursos para mantê-lo na capital, responde-lhe então o jovem Cândido Mariano:

> ... não estou falando em recursos, estou pedindo, apenas, seu consentimento, não se preocupe; terminado meus estudos em Cuiabá, assentarei praça planejando minha entrada na Escola Militar. (FREIRE, 2007 p.37).

Seu tio, inconformado com tais planos, propõe-lhe adotá-lo e obter de seu amigo Dr. Malhado, uma carta de recomendação. Assim, como filho de um capitão da Guarda Nacional, poderia ingressar no Exército como cadete e não como soldado.

Porém, Rondon frustra-lhe o entusiasmo ao ingressar no Exército, assentando praça como soldado, no 2º Regimento de Artilharia a Cavalo, em 26 de novembro de 1881. Queria conquistar seus objetivos pelo seu esforço pessoal!

Realizou, na Escola Militar da Praia Vermelha, de 1883 a 1885, o curso preparatório e o de infantaria, cavalaria e artilharia, concluindo o 3º ano em 1887. Em 1888, fez o Curso de Estado-Maior de 1ª Classe. Em 1889, cursou matemática e ciências físicas e naturais da Escola Superior de Guerra obtendo, em 8 de janeiro de 1890, o título de engenheiro militar, bacharel em matemática e em ciências físicas e naturais. Foi o primeiro colocado de sua turma!

Rondon, quando aluno da Missão Militar Francesa, teve como seu instrutor o próprio chefe da missão, o General Gamelin. Rondon foi um dos comandantes de uma das peças de manobra das célebres manobras de Saicã, de 1922, e nas de Pirassununga em 1926. Quando perguntado ao General Gamelin, em caso de uma guerra, quem ele indicaria para comandar o Exército Brasileiro, ele respondeu que indicaria o General Rondon.

Em seu artigo anteriormente citado, Nilza Queiroz Freire relata interessantes episódios ocorridos durante os trabalhos chefiados pelo Marechal Rondon no período em que fora chefe do Distrito Telegráfico de Mato Grosso (função assumida em 5 de maio de 1892), por indicação de seu "amado Mestre do Sertão", o Major Antonio Ernesto Gomes Carneiro, sob cuja liderança exercera a função de ajudante da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Registro do Araguaia.

Recém-promovido ao posto de capitão do Corpo de Engenheiros Militares, em dezembro de 1893, aos 28 anos, estava encarregado da construção de uma estrada estratégica ligando Cuiabá ao Araguaia.

Em junho de 1894, preparava-se Rondon para viajar ao Rio de Janeiro conduzindo sua esposa Francisca Xavier da Silva Rondon, que carinhosamente chamava de "minha Chiquita", juntamente com o segundo filho dessa abençoada união, Bernardo Tito Benjamin, que nascera em 28 de abril. Já com as bagagens a bordo, recebeu um telefonema informando que os soldados da comissão, em revolta, expulsaram os oficiais e, no acampamento de Quebra-Pote, entregaram-se à desenfreada orgia, quase todos alcoolizados... O tempo era limitadíssimo..., como partir, deixando a comissão em total indisciplina? O pensamento agiu rápido e não hesitou em transmitir a seguinte instrução: "– Ordenança, o meu cavalo!" embora soubesse que não retornaria a tempo para viajar com a família, sendo a decisão acatada pela sua esposa. Ao chegar a Quebra-Pote, desmontou-se num salto e ordenou: "– Corneteiro! Toque reunir soldados acelerado. Repita! Repita!" Os soldados obedeceram ao toque – os lúcidos e os embriagados, instintivamente. Nova ordem: "– Corneteiro! Toque reunir oficiais acelerado. Repita! Repita!" Foram chegando esses últimos, saindo da mata onde haviam

se refugiado. Quando já estavam em forma, falou aos soldados sobre a gravidade da indisciplina, o que os tornava indignos da farda que vestiam. Depois, dirigiu-se aos oficiais: "um oficial não pode abandonar o seu posto, nele morre se necessário for." Passou a refletir sobre a remessa de homens indisciplinados para trabalhar na comissão, estando em fase de obediência forçada; eram maus elementos, entre eles os cem revoltosos da fortaleza de Santa Cruz.

Outro episódio ilustrativo das dificuldades de lidar com homens rebeldes, indisciplinados, sujeitos a situações limites, com risco de vida, à fadiga e privações de toda ordem nas lides no sertão e em contato com silvícolas ainda em seu estado natural de comportamento, é narrado por Nilza Queiroz Freire, em sua obra já mencionada:

> De oitenta e uma praças, a comissão estava reduzida a trinta, dizimadas pela malária e a polinevrite; registraram-se muitos óbitos e foi necessário separar os mais doentes, enviando-os para a guarnição de Cuiabá-MT; além disso houve dezessete deserções. (FREIRE 2007).

Nessa circunstância, Cândido Mariano pediu ajuda aos bororos e foi prontamente atendido da seguinte forma: o Pajé Báru apresentou-se com mais de 120 índios, incluindo homens, mulheres e crianças; depois chegou o cacique Oarine Ecureu, com 150 índios. Cândido Mariano mandou formar o contingente e os índios, explicando: "ficam os soldados proibidos de visitar os acampamentos indígenas, a não ser acompanhados e com autorização. Por outro lado, se a ordem for esquecida, deverão, os índios, agarrar quem a transgredir, trazendo o faltoso à minha presença." O serviço prosseguia normalmente, com a forte colaboração dos índios, entretanto, numa determinada noite, Cândido Mariano acordou com enorme alarido no acampamento, seguido pela tribo a falar e gesticular, trazendo o soldado faltoso, suspenso, acima das cabeças, para a presença de seu chefe. Pelo adiantado da hora, deixou o assunto para o dia seguinte; então, pela manhã, com os índios reunidos – aguardavam a decisão do *pagmejera* (nome com que os silvícolas se referiam a Cândido Mariano) – mandou prender o faltoso; o cacique Oarine Ecureu aplaudiu o *pagmejera*, por aplicar o devido corretivo no descumprimento da sua ordem.

A liderança militar consiste em um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos em uma dada situação.

Nilza nos conta ainda mais dois episódios da manutenção da disciplina e da aplicação da justiça pelo Marechal Rondon, em um deles, semelhante ao acima descrito, exigiu maior firmeza e energia do marechal que, dirigindo-se ao contingente e aos índios formados, proferiu: "Esta surra é a que os índios tinham o direito de lhe aplicar. Penso que, para sua dignidade, é melhor que seja vergastado por ordem de seu próprio comandante." (FREIRE 2007).

O outro episódio revestiu-se de extrema gravidade: soldados tramavam assassinar Rondon e seus oficiais e, em seguida, roubar o cofre do contingente. Descoberta a trama, Rondon aplica exemplar corretivo ao líder dos criminosos. Após frustrar a fuga de vinte praças que tomaram o rumo da Bolívia, reuniu-os todos, lhes expôs a gravidade do ato praticado e, pior do que isso, o que haviam planejado; completou sua exposição dizendo que, a disciplina do sertão tinha de ser a disciplina de um lugar onde não havia cadeia.

Nesses fatos narrados, observa-se o cuidado na preservação de normas claramente estabelecidas e divulgadas, bem como o caráter educativo das sanções disciplinares, sempre antecedidas de uma formatura e da explicação do porquê da sua aplicação, além de sua gradação, procurando-se evitar o uso desproporcional da força, porém aplicando-se sanções adequadas à gravidade da falta e à sua reincidência.

Observa-se, portanto, a preservação dos valores da justiça e da disciplina, bem como a evidência das competências da comunicabilidade, persuasão e direção.

É notório o ideal positivista de Rondon. Filosofia que lhe foi transmitida pelo seu mestre Benjamin Constant, sobre o qual assim se refere:

> Fostes, Benjamin Constant, o meu mestre amado que a todos se impunha pela extensão do cultivo intelectual, pela integridade do caráter diamantino, pela pureza do coração. Trato ameno, aureolado de doçura e bondade, absoluta e sincera franqueza, realçavam aqueles predicados. E a todos, mestre, inspiravas veneração. (Viveiros, 1958, p.92).

Seu credo positivista, escola filosófica baseada nos conceitos e ideias de Auguste Comte (1798-1857), pensador francês que fundamentava sua filosofia na premissa básica de que a sociedade somente seria convenientemente reorganizada mediante uma completa reforma intelectual do homem, fazia com que Rondon pautasse sua conduta pelos princípios da religião da humanidade: "o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim."

Comte enunciou sua "Lei dos Três Estados", segundo a qual tanto o espírito humano quanto as ciências se desenvolvem ao longo de três fases distintas: a teológica, a metafísica e a positiva. Cada fase é baseada na capacidade do homem e nos seus processos de compreensão do mundo, a saber: a imaginação, a argumentação e a observação. Assim, o conhecimento positivo caracteriza-se pela previsibilidade: "ver para prever" é o lema da ciência positiva.

> A previsibilidade científica permite o desenvolvimento da técnica e, assim, o estado positivo corresponde à indústria, no sentido da exploração da natureza pelo homem. Nos domínios do social e do político, o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e dos cientistas e do poder material para o controle dos industriais." (Os Pensadores, 2005, p.10).

Transcreve-se, a seguir, o Credo Positivista de Rondon:

> Eu creio:
> Que o homem e o mundo são governados por leis naturais.
> Que a ciência integrou o homem ao universo, alargando a unidade constituída pela mulher, criando, assim, modesta e sublime simpatia para com todos os seres de quem, como *poverello*, se sente irmão.
> Que a ciência, estabelecendo a inateidade (sentimento nato) do amor, como a do egoísmo, deu ao homem a posse de si mesmo e os meios de se transformar e de se aperfeiçoar.
> Que a ciência, a arte e a indústria hão de transformar a Terra em paraíso para todos os homens, sem distinção de raças, crenças, nações – banindo os espectros da guerra, da miséria, da moléstia.
> Que ao lado das forças egoístas – a serem reduzidas a meios de conservar o indivíduo e a espécie – existem no coração do homem tesouros de amor que a vida em sociedade sublimará cada vez mais.
> Nas leis da sociologia, fundada por Augusto Comte, e por que a missão dos intelectuais é, sobretudo, o preparo das massas humanas desfavorecidas, para que se elevem, para que se possam incorporar à sociedade.
> Que, sendo incompatíveis às vezes os interesses da ordem com os do progresso, cumpre tudo ser resolvido à luz do amor.
> Que a ordem material deve ser mantida, sobretudo, por causa das mulheres, a melhor parte de todas as pátrias, e das crianças, as pátrias do futuro.
> Que no estado de ansiedade atual, a solução é, deixando o pensamento livre como a respiração, promover a liga religiosa, convergindo todos para o amor, o bem comum, postas de lado as divergências que ficarão em cada um como questões de foro íntimo, sem perturbar a esplêndida unidade – que é a verdadeira felicidade.

Em 1919, Rondon foi nomeado Diretor de Engenharia do Exército pelo Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, civil empossado pelo Presidente Epitácio Pessoa. As próximas passagens da vida do marechal são extraídas de artigo elaborado pelo Coronel

Cláudio Moreira Bento, ilustre historiador e palestrante, acadêmico presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo relata o Coronel Moreira Bento (http://www.ahimtb.org.br/cmbbibli.htm):

> Implantaram-se modernas casernas e obras militares por todo o Brasil, 86 concluídas em sua administração e 36 em vias de conclusão ao final de sua administração, além da aquisição de 25 imóveis. Entre as obras espalhadas pelo Brasil, sob a direção técnica de Rondon, registrem-se os prédios do atual 1º Batalhão de Polícia do Exército (1º BPE), construído para ali funcionar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), o quartel da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), o da Escola de Sargentos das Armas (EsSA), o da antiga Escola de Veterinária e um sem número de quartéis tipo Calógeras, como os de Pouso Alegre e o do 4° Batalhão de Engenharia de Combate (4º BE Cmb), em Itajubá, que tivemos a honra de comandar de 1981 a 1982, cujos registros assinalam a visita de Rondon em 14 de outubro e 15 de dezembro de 1922, um domingo, e ambas para inspeção das obras executadas pela Companhia Construtora de Santos, presidida por Roberto Simonsen. A última visita, para agradecer a colaboração do batalhão que enviara elementos de comunicações para o apoiar, no Paraná, no combate à Revolução de 1924, nas cabeceiras do Rio Liso. Batalhão cujo comandante, Major Volmir Augusto da Silveira registrou em Ordem do Dia de 7 de setembro de 1922, Centenário da Independência: "A situação do Exército do ponto de vista da eficiência é florescente. Aí estão: a sua organização, à moderna, para a paz e para a guerra ...o seu aquartelamento em casernas higiênicas e ricas de conforto..."

Convidado pelo Dr. Borges de Medeiros para comandar a Revolução de 1922, Rondon o recusou sob o argumento:

> Somos positivistas e não podemos tomar parte em movimento subversivo, pois o positivismo nos ensina que é preferível um governo retrógrado do que a mais progressista revolução. Aderir à Revolução é ir de encontro aos princípios que abraçamos que só visam ao bem da pátria e da humanidade. O Exército como o concebem os franceses deve ser o grande mudo, pronto a se sacrificar pelo bem da nação, sem intervir em mesquinhas questões de politicagem.

Rondon exerceu o comando das forças em operações contra os revolucionários do General Isidoro Dias Lopes, baseado em seu quartel-general em Ponta Grossa, ao longo de oito meses, de 1º de outubro de 1924 a 12 de junho de 1925.

Combater seus camaradas foi um dos maiores dramas de consciência, uma das



Foto: arquivos ©ComSEx

Rondon junto aos seus comandados na região de Guaíra.

missões mais difíceis, para a qual encontrou justificativas positivistas, deliberando junto à sua querida Chiquita, depois de ser avisado pelo Major Euclides Figueiredo de que o Ministro da Guerra iria convidá-lo no outro dia para a missão: "Que a missão era pacificadora em prol do bem comum e a serviço da humanidade e assim da pátria e da família e que em consequência tinha obrigação de defender o governo constituído."

Imbuído do caráter de pacificação e buscando reduzir as posteriores sequelas de uma luta fratricida, utilizou, ao máximo, regimentos policiais da Bahia e Rio Grande do Sul. Contou, em seu estado-maior, com Eurico Gaspar Dutra e Aurélio Goes Monteiro. O maior embate deu-se em Catanduvas, onde os revolucionários, ao comando do Capitão Nelson de Melo, foram cercados e aprisionados. Rondon manobrou suas forças de modo a obrigar os rebeldes a buscar santuário no Paraguai, de onde passariam para o Mato Grosso ao comando do General Miguel Costa, dando origem à Coluna Miguel Costa/Prestes.

O General Setembrino de Carvalho, então ministro da Guerra, fez a seguinte citação, no seu boletim, de 17 de agosto de 1924, registrando o desempenho das tropas do General Rondon, no combate à Revolução de 1924:

> O General Cândido Mariano Rondon, como comandante em chefe das tropas de operações contra os rebeldes no Paraná e em Santa Catarina, impôs-se a nossa franca admiração, pela capacidade de que deu provas cabais do desempenho das funções a que foi chamado a exercer, tendo realizado com inquebrantável energia cívica uma grande obra em benefício da civilização. Temos por isso de louvar, em nome do presidente da República, esse general que acaba de enriquecer a sua fé de ofício com uma página brilhante de inteligência, cultura, iniciativa, ponderação, magnanimidade e tenacidade que o tornam incomparável chefe militar.

O General Setembrino de Carvalho considerou o Marechal Rondon o Pacificador do Século XX, remetendo à lembrança do glorioso e invicto Duque de Caxias, por haver pacificado a Revolta do Padre Cícero, no Ceará, em 1910; o Contestado, no Paraná e em Santa Catarina, em 1916 e a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul.

Discorre, ainda, o Coronel Moreira Bento:

> A Revolução de 30 foi encontrá-lo no olho do furacão – o Rio Grande do Sul. Foi preso em Marcelino Ramos pelo General Miguel Costa que comandara a Coluna Miguel Costa. Foi escoltado de Marcelino Ramos a Porto Alegre por juristas enviados por Getúlio Vargas. Pediu para ser preso em navio como o comandante deposto da 3ª Região Militar (3ª RM), mas foi-lhe recusado, sendo acomodado no Grande Hotel, tendo Porto Alegre por menagem. Ali se hospedavam Osvaldo Aranha e esposa que o procuraram e tudo fizeram para que aderisse à Revolução, o que ele se recusou com a mesma argumentação positivista usada em 1922.

No informativo do Instituto Projeto Rondon de número 23, comemorativo dos 150 anos de nascimento do Marechal Rondon, seu neto Almanzor Meirelles Rondon, escreve:

> Em 1927 é nomeado Chefe da Comissão de Inspeção de Fronteiras, desde as Guianas até o Uruguai. Quando encerrava a terceira etapa da inspeção de fronteiras internacionais, em sua chegada a Porto Alegre, Rondon com a patente de general de divisão é hostilizado pelos partidários do golpe de estado perpetrado por Getúlio Vargas em 1930, é preso pelo Capitão Goes Monteiro e por Assis Chateaubriand por se recusar a apoiar a Revolução de 30. Requer a reforma do serviço militar, pede exoneração da presidência do Serviço de Proteção dos Índios e dos Trabalhadores Nacionais (SPITN), sendo libertado da prisão e autorizado a viajar para o Rio de Janeiro.

Getúlio lhe falou que estava em dia com o serviço militar no Exército, mas não com o serviço da nação que muito precisava e muito esperava dele. Magoado, pediu que o submetessem a um conselho de guerra ou de justiça para apurar quaisquer irregularidades. E aí terminou sua vida militar na ativa.

No Rio cobrou do Ministro da Guerra, General Leite de Castro, o não atendimento de seu pedido de conselho de justiça e recebeu como resposta: "Não se constituirá nenhum tribunal, pois o mais alto tribunal da nação, que é a opinião pública, já o julgou general!"

Em 1934, convocado por Getúlio Vargas, para arbitrar a questão entre Peru e Colômbia, atende aos interesses da Pátria e, em 1938, conclui-se a chamada Questão de Letícia,

com a definição das fronteiras entre os dois países e o Brasil.

Reporta Almanzor Rondon, em seu mesmo artigo no informativo do Instituto Projeto Rondon, o diálogo ocorrido quando do término da missão de arbitragem da Questão de Letícia. Ao se apresentar ao Presidente Getúlio Vargas, este pergunta a Rondon: "General, o que deu no seu olho?" Rondon responde: "Eu dei ao Brasil!" Rondon havia contraído glaucoma em alto grau no período em que permaneceu no oeste amazônico.

As missões cumpridas pelo Marechal Rondon foram inúmeras, desafiadoras e cercadas de incertezas. Seu preparo técnico-profissional, seus valores e competências de líder militar permitiram-lhe cumpri-las todas, com destacada devoção, proficiência, eficácia e efetiva conquista dos resultados desejados.

Nesse ponto, cumpre ressaltar a semelhança dos cenários enfrentados por Rondon com os desafios de um processo de transformação ou mudança organizacional, ora em curso em nosso Exército. Deve-se observar, ainda, como os seus valores e atributos de cidadão, soldado e líder lhe permitiram vencer obstáculos e manter-se fiel aos seus princípios e crenças.

Assim, pode-se validar a tese da atemporalidade, da imprescindibilidade e da importância do cultivo permanente, em todos os integrantes do Exército, desde sua formação, dos valores típicos do profissional militar, bem como do estudo da história militar, pois quem não conhece o passado da instituição não entende os seus deveres no presente nem se conduz coerentemente com as nossas tradições, valores e crenças.

Segundo o imortal José Murilo de Carvalho: "Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideais e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva" (CARVALHO, 1990).

As próximas passagens, extraídas do trabalho do Coronel Bento, são referentes aos trabalhos do Rondon explorador, sertanista, integrador do território nacional, cientista, indigenista, civilizador e protetor dos índios, o Grande Pai Branco, o *pagmejera* segundo os próprios silvícolas.

Designado, em 1927, para chefiar a Comissão de Inspeção de Fronteiras, Rondon e seus comandados percorreram mais de dezessete mil quilômetros, do Oiapoque ao Chuí, com a missão de realizar minuciosa inspeção, avaliando as condições de seu povoamento, de sua segurança e da soberania. Executada em três campanhas, os marcos de afirmação da soberania do Brasil ratificaram, materialmente, as obras dos desbravadores do sertão, dos colonizadores portugueses, dos soldados brasileiros e de diplomatas como o Barão do Rio Branco que, ao longo de séculos de epopeias, conquistaram e conformaram o


Foto: arquivos CComSEx

Marco na tríplice fronteira com a Argentina e o Paraguai.

desenho de nossa Pátria.

Apenas na primeira campanha, foram necessários 257 dias para percorrer 10.702 km por água, 1.801 km a cavalo, 2.917 de automóvel e 1.896 por ferrovia, num total de 17.316 km percorridos. Os reconhecimentos no Pará e Amazonas demandaram 12.140 km, do total dos 17.316 km.

Rondon, observando a importância do minucioso registro dos trabalhos da missão, elaborou relatórios detalhados realizando a sua cobertura cine-fotográfica, como já o fizera nos trabalhos das Comissões Construtoras de Linhas Telegráficas, desde 1890, demonstrando o seu caráter de modernidade, antecipando a compreensão de se levar à sociedade o conhecimento e apreciação da aplicação de recursos públicos.

Seus trabalhos cartográficos mapearam o Mato Grosso e o extremo norte em território limítrofe com Guiana Francesa e Alto Rio Branco, na escala 1/500.000. Em todas as comissões construtoras de linhas telegráficas, Rondon, paralelamente, realizou levantamentos topográficos e geográficos.

O Coronel Moreira Bento relata ainda:

> Sua contribuição, como explorador e naturalista, permitiu a catalogação de 8.000 exemplares de vegetação, 6.000 exemplares zoológicos, bem como centenas de exemplares mineralógicos reunidos em precioso e bem cuidado acervo, espalhados em locais e enumerados em conferência do Dr. Alípio de Miranda Ribeiro no Jornal do Comércio no Rio de Janeiro em 23 de março de 1916, sob o título de Trabalhos de Campo publicados sobre Mineralogia, Geologia, Botânica, Antropologia e Zoologia, conferência que proferiu no Museu Nacional, em 26 de março de 1916.

Rondon e suas comissões cobriram uma área de 50.000 km^2, realizando levantamentos topográficos, geográficos, etnográficos, linguísticos e zoológicos.

Como chefe da Comissão de Acompanhamento do Coronel Theodore Roosevelt, ex-presidente dos EUA, ao Centro-Oeste e Amazonas, de outubro de 1913 até abril de 1914, percorreu 686 km, ao longo de 59 dias. Essa missão foi imortalizada nas obras do Capitão Amílcar de Magalhães: "Pelos sertões do Brasil" e "Impressões da Comissão Rondon" e na do Presidente Theodore Roosevelt: "Nas selvas do Brasil".

O presidente norte-americano (apud BENTO) proferiu as seguintes palavras sobre o Marechal Rondon:

> O Coronel Rondon tem, como homem, todas as virtudes de um sacerdote. É um puritano de uma perfeição inimaginável na época moderna. Como profissional e cientista de escol, tão grande é o conjunto de seus conhecimentos que se pode considerar o Coronel Rondon um sábio. Nunca vi, nem conheço obra igual. Os homens que junto com Rondon a estão realizando, são, pela sua abnegação e patriotismo, os maiores que existem!

Rondon imortalizou-se e entrou, de maneira inconteste, para os anais da História Universal, devido ao seu trabalho pioneiro, humanitário e exemplar no trato com os indígenas brasileiros, mesmo não fosse ele próprio herdeiro de terenas, bororos e guanás. Aprendeu com o então Major Gomes Carneiro a importância do respeito e carinho no trato com nossos silvícolas.

Segundo Esther de Viveiros, sua imortal biógrafa, assim se refere Rondon sobre Gomes Carneiro:

> Gomes Carneiro, meu amado mestre do sertão. Ali me ensinaste a ser soldado. Aprendi, nos teus edificantes exemplos cívicos e militares a ser dedicado ao serviço, inflexível nas maiores dificuldades e sofrimentos para nunca, ante o subordinado, revelar cansaço, ou ignorância, porque só assim, dizias, será a autoridade do chefe mantida e respeitadas as suas ordens. Foi contigo que aprendi a amar o gentio, já meditando nas ordens que fizeste cumprir em sua defesa e proteção, ao longo da estrada marginada pela construção da linha telegráfica, onde o bororo mantinha as suas aldeias; já no empolgante exemplo que me deste de não insistir contra os avisos que nobremente dá o índio ao invasor de suas terras, antes de fazer sentir, materialmente, que sua presença é desagradável. (VIVEIROS, 2010, p. 89).

Nomeado chefe da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, impôs como condição para aceitar o desafio a autorização presidencial para que as populações indígenas encontradas ao longo da construção da ligação telegráfica fossem colocadas sob a sua proteção, o que foi aceito.

Em 1908, participa do Congresso das



Índios visitam Rondon em seu barracão.

Raças, em Londres, onde difunde o seu ideal em relação aos índios: "Morrer se preciso for, matar nunca!"

Sua teoria foi incorporada em 1910 ao então criado SPITN, do qual foi o primeiro diretor e à frente do qual permaneceu por 15 anos. Atualmente esse orgão denomina-se Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Foi o Ministro Dr. Rodolfo de Miranda que, em carta oficial, fez o convite:

> Visa a presente carta revestir de cunho oficial o convite que, pessoalmente vos dirigi em nome da causa dos nossos silvícolas. A espontaneidade da escolha de vosso nome para fomentar e dirigir a catequese que o governo da República deliberou empreender é a consagração formal da conduta humanitária, generosa, que tanto vos recomendou a confiança do indígena, na longa e heroica jornada que realizastes em zonas até então vedadas aos mais audaciosos exploradores. Quem, denodadamente e com rara abnegação, sacrificou a sua quietude, a calma do lar, a sua própria vida, por bem servir à nação; um amigo, um guia cuidadoso, reúne, sem dúvida, os requisitos de bondade, de altruísmo que devem caracterizar a campanha que há de redimir do abandono os nossos silvícolas e integrá-los na posse de seus direitos. A direção superior desse serviço vos será confiada, se aquiescerdes à consulta que ora vos faço, antes das formalidades oficiais de requisição ao ministério a que pertenceis, e tenho bem radicada em meu espírito a confiança de que será satisfeita a aspiração comum, mediante o influxo de vossa cultura científica, de vossa capacidade moral, de vossa fé republicana e da energia de vontade que vos faz o primeiro dentre os exploradores do território brasileiro (VIVEIROS, 1958, p. 345-346)

Rondon respondeu, aceitando o convite:

> Agradecendo-vos sinceramente a generosidade dos conceitos com que vos aprouve distinguir-me, eu não seria de nenhuma forma digno deles, caso, acedendo ao vosso honroso apelo, vos deixasse sem completo conhecimento do modo pelo qual encaro o problema indígena, no que tem de realizável atualmente. A catequização dos indígenas, compreendo a sua incorporação à nossa sociedade pela assimilação de nossa indústria, nossas artes, bem como pela adoção de nossos hábitos – que resultam de nossas crenças religiosas, no sentido positivo desses termos – julgo-a ser um problema diretamente inabordável no presente, em que por tantas crenças se repartem as preferências das populações. Como positivista e membro da Igreja Positivista do Brasil, estou convencido de que nossos indígenas deverão incorporar-se ao Ocidente, sem que se tente forçá-los passar pelo teologismo. À dita inspetoria caberá ainda, naturalmente, tornar efetiva a punição dos crimes que se cometem contra os indígenas; fiscalizar o modo pelo qual são

> tratados nas colônias e estabelecimentos particulares, de modo a evitar que sejam vítimas de explorações, violências e fraudes. Ter-se-á sempre em vista que aos indígenas desagradam quaisquer obrigações e ensinos sistemáticos, por mais úteis que pareçam a nós ocidentais; e que só gradualmente poderão eles vir a sentir a utilidade, as vantagens e até a moralidade de cousas e atos a que prendemos tais atributos. Dentro dos limites assinalados, poderei aceitar, portanto, a direção dos serviços que ides instituir, durante os quais terei ocasião de desenvolver, de modo sistemático, o procedimento que de longa data tenho observado em relação aos nossos infelizes indígenas." (VIVEIROS, 1958, p. 349-351).

Responde então o Ministro:

> Li com vagar e cuidado vossa atenciosa carta, resposta ao meu convite para assumirdes a direção da catequese dos indígenas, organizado de acordo com a orientação republicana. Concordo sem discrepância com as medidas que sugeris todas conducentes a proteger o indígena, defendê-lo, amparálo, sem constranger a aceitar nossos hábitos e nossa religião. Será mais um serviço a reunir aos muitos que vos deve a República. (Viveiros, 1958, p. 351)

CONCLUSÃO

Cumpre iniciar as palavras finais, transcrevendo o que preconiza o Manual de Campanha C 20-10 Liderança Militar:

> Decidir e agir em uma situação concreta envolve, via de regra, aspectos de ordem moral. Ao líder compete desenvolver, em si próprio e nos seus liderados, sobretudo pelo exemplo, a consciência de elevados padrões morais, capazes de fazê-los exibir conduta ilibada sob quaisquer circunstâncias. Não transigir com os princípios e padrões morais confere ao líder o respeito e a confiança dos subordinados, mesmo que eventualmente suas atitudes sejam pouco simpáticas. O líder militar deverá possuir uma consciência reta e trabalhará para preservar os valores morais que são inerentes à sua profissão. Não poderá entregar-se à imoralidade ou à infração voluntária e consciente de princípios morais consagrados; tampouco poderá ser um amoral, isto é, uma pessoa que perdeu o senso moral e tornou-se incapaz de discernir entre o bem e o mal. Do ponto de vista da liderança, o respeito aos valores morais é fundamental, pois, em todos os escalões hierárquicos, o líder militar deve estar permanentemente atento às implicações morais de suas decisões, ordens e diretrizes.

O Marechal Rondon, ainda em vida, logrou obter o reconhecimento de todos quantos conheceram sua vida e obra; de instituições nacionais a organizações internacionais; de admiradores e de companheiros de labuta, mas também de desafetos políticos; do indígena e do intelectual, ou seja, de toda a humanidade para quem dedicou toda a sua existência.

A Sociedade Geográfica de Nova York lhe conferiu o Prêmio Livingstone em 1914, reconhecendo-o como o explorador que mais extensamente penetrou em terras tropicais, inscrevendo, em ouro, seu nome ao lado de Amundsen, descobridor do Polo Sul; Peary, descobridor do Polo Norte; Byrd, explorador que mais devassou terras antárticas, e Charcot, explorador que mais devassou terras árticas.

Declarado marechal honorário pela Lei nº 2.409, de 27 de janeiro de 1955, foi homenageado no Congresso Nacional, em 5 de maio de 1955, quando completava noventa anos.

O venerável marechal construiu, ao longo de sua vida, verdadeiros castelos à virtude e masmorras aos vícios. Digno, de vontade férrea e intransigente em seus valores, princípios e crenças positivistas, constitui fiel modelo de líder militar, contemporâneo, mesmo atemporal, exemplo a ser estudado e seguido nesses tempos de transformação.

O Marechal Rondon foi nomeado Patrono da Arma de Comunicações, pelo Decreto nº 51.560, de 26 de abril de 1962.

Suas linhas telegráficas, com seus picadões de quarenta metros de largura prestariam serviços à circulação humana e de riquezas. Permitiram também a integração dos indígenas, de acordo com os princípios positivistas de Rondon, o pai branco, *pagmejera*, o grande chefe, sempre fiel ao seu lema em relação aos índios: "Morrer se preciso for, matar nunca!"

Faleceu em 19 de janeiro de 1958, aos 92 anos, deixando a vida terrena e entrando para o Panteão dos Heróis da Pátria!

REFERÊNCIAS

BENTO, Cláudio M. **Marechal Cândido Mariano Rondon – Sesquicentenário**. In: https//www.ahimtb.org.br.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: **o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Estado-Maior do Exército. **Manual de Campanha C 20-10 - LIDERANÇA MILITAR**, 2ª Edição. Portaria nº 102, de 24 de agosto de 2011. Brasília, Centro de Doutrina do Exército, 2014.

_____. M**anual de Fundamentos EB20-MF-10.103 - OPERAÇÕES**, 4ª edição. Portaria nº 004, de 9 de janeiro de 2014. Brasília, Centro de Doutrina do Exército, 2014.

_____. **Manual de Fundamentos EB20-MF-10-101 - O EXÉRCITO BRASILEIRO**. 4ª Edição. Portaria nº 012, de 29 de janeiro de 2014. BRASÍLIA, Centro de Doutrina do Exército, 2014.

FREIRE, Nilza O. **Centenário da Comissão Rondon (1907 – 2007)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso, nº 65. Cuiabá: 2007.

VIVEIROS, Esther. **Rondon conta a sua vida**. Rio de Janeiro: BIBLIEX. 2010.



Foto: arquivos CComSEx

EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR NAS OPERAÇÕES DE NÍVEL TÁTICO

Coronel William Wilson Alexandre Rueda

O Coronel de Artilharia Rueda serve no Gabinete do Comandante do Exército e exerce a função de Chefe da Seção de Doutrina de Inteligência. Declarado aspirante a oficial em 1989, foi oficial de Inteligência (S2) do 8º GAC Pqdt e E2 da 18ª Bda Inf Fron. Realizou o Curso Superior de Inteligência na Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx) e foi analista de Inteligência do Centro de Inteligência do Exército. Comandou o 26º Grupo de Artilharia de Campanha, sediado em Guarapuava/PR. (celrueda@outlook.com)



Quando o Estado de Israel deu início à Operação "Limite Protetor" a fim de invadir a Faixa de Gaza [1], por terra, na noite de 16 de julho de 2014, já decorriam cerca de dez dias de hostilidades entre as forças de defesa de Israel e as milícias do Hamas e da *Jihad* Islâmica. Durante esse período, a resposta israelense aos ataques de extremistas se restringira ao bombardeio aéreo de alvos de alto valor estratégico.

Israel tinha a percepção, desde o início dos combates, de que uma operação terrestre seria praticamente inevitável, mas sabia também que precisava de tempo para atualizar seus conhecimentos correntes sobre a área de operações e as forças oponentes.

Com o objetivo de proteger a sua população e de dar um duro golpe na estrutura militar do Hamas, o Exército Israelense teria que enfrentar a complexidade de uma guerra em ambiente urbano, superar o profundo conhecimento do terreno por parte das milícias e estabelecer objetivos decisivos alcançáveis em curto período de tempo, a fim de evitar pesadas baixas em suas tropas. Em suma, o Exército Israelense precisava que sua inteligência militar concluísse as operações que estava realizando e fornecesse a consciência situacional necessária para que o comando pudesse avaliar ameaças, oportunidades e finalizar planos e ordens operativas.

Essa operação militar ilustra como a inteligência militar é uma peça fundamental do processo decisório do comandante tático. Constatação, aliás, que não é nenhuma novidade, uma vez que é conhecida desde o século V a.C., quando o general chinês Sun Tzu [2] declarou: "Aquele que conhece o inimigo e a si mesmo lutará cem batalhas sem perigo de derrota", destacando a imprescindibilidade da inteligência nas operações.

Os atuais planejamentos militares da força terrestre (F Ter) enfocam a elaboração de linhas de ação que possibilitem o melhor desdobramento das tropas disponíveis e seu emprego, baseando-se nos meios disponíveis e em um estudo do terreno realizado na carta. As reais possibilidades do inimigo e a identificação de alvos compensadores são pouco exploradas.

Aqui cabem algumas reflexões iniciais que guiarão nossos raciocínios ao longo deste artigo. Nas nossas escolas militares, cartas de situação, ordens de batalha e calcos inimigos são normalmente fornecidos com a documentação necessária para o planejamento da manobra. Isso acaba por criar uma percepção de que alguém irá fornecer os conhecimentos quando forem necessários. Mas quem fará isso? Como? Quando? A resposta a essas perguntas é unânime: a inteligência! Mas quais estruturas de inteligência? Quantas vezes já planejamos e empregamos meios pessoais e materiais militares com o único propósito de levantar dados e produzir conhecimentos destinados a apoiar o processo decisório tático em um exercício de adestramento?

O perfeito entendimento das capacidades da inteligência em operações, o emprego e a

sincronização de seus meios deveriam ser bem compreendidos desde já, a fim de se evitar perda valiosa de tempo e de energia, tentando desvendá-los, durante uma operação real.

Essa deficiência não é exclusividade nossa. Tanto o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) quanto o de países europeus integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sentiram dificuldades em empregar e integrar os seus meios de obtenção de dados no início das últimas guerras do Iraque e do Afeganistão. A atividade é complexa e necessita de orientação e adestramento continuado.

A inteligência militar, empregada como função de combate [3], é quem condiciona e delimita os planejamentos operativos formulados pelas equipes de operações em qualquer planejamento militar. É ela quem reduz incertezas, identifica oportunidades e propicia ao comandante tático uma visão realista das forças antagônicas e do ambiente operacional complexo e extremamente mutável da atualidade.

Antes de conduzirmos uma reflexão acerca do tema deste artigo, é importante apontarmos que cientificamente o termo inteligência, segundo autores clássicos como o norte-americano Sherman Kent [4], pode ser entendido segundo três diferentes acepções: organização, atividade e conhecimento.

Como organização, é um conjunto de recursos materiais e humanos especializados. Como atividade, é um método científico de trabalho. Como conhecimento, é o resultado do processo de obtenção, análise e integração de dados acerca de forças e de áreas de operação. Neste artigo, discorreremos acerca dessas três vertentes de interpretação da inteligência.

INTELIGÊNCIA MILITAR COMO ORGANIZAÇÃO

A inteligência militar necessita de uma estrutura física e humana que lhe permita executar processos de trabalho que levem à produção dos conhecimentos de inteligência que atendam às necessidades de conhecer do comandante tático e de seu estado-maior (EM).

Exércitos de países amigos [5] encontraram diferentes soluções para essa questão, mas podemos observar que, de modo geral, as estruturas militares voltadas para a atividade de inteligência foram distribuídas pelos ambientes de comando e controle, análise e obtenção de dados.

A F Ter brasileira adotou modelo semelhante. Com a criação dos batalhões de inteligência militar (BIM), ficou bem caracterizada essa estrutura articulada.

Pela nova doutrina de emprego da força terrestre componente (FTC) [6], as seções do EM são normalmente desdobradas em células que, em conjunto, compõem o centro de coordenação de operações (CCOp). Essas células, por sua vez, são funcionais ou de integração. As células funcionais reúnem pessoal e equipamento por função de combate, ao passo que as células de integração trabalham com diferentes horizontes temporais de planejamento.

Dentre as células funcionais, temos a célula de inteligência, responsável por manter o comandante tático e seu EM permanentemente atualizados acerca do inimigo, do terreno, das condições meteorológicas e das considerações civis, além de orientar todo o processo de obtenção e análise de dados e de elaborar o anexo de inteligência da ordem de operações da FTC.

A companhia de análise do BIM mobilia a célula de inteligência, operando no ambiente de comando e controle. Dotada de pessoal e material especializados, essa companhia permite ao chefe da 2ª Seção - Inteligência (E2) realizar de forma efetiva o exame de situação de inteligência e de contrainteligência, e participar ativamente do planejamento da operação militar.

Empregada como foi concebida, a companhia de análise poderá suprir uma deficiência que há muito se observava nos planejamentos táticos da F Ter, por insuficiência de recursos humanos e materiais especializados. Ela possibilitará a execução continuada do processo cíclico de caráter gráfico de integração do terreno, das

CÉLULA DE INTEGRAÇÃO DE OPERAÇÕES CORRENTES

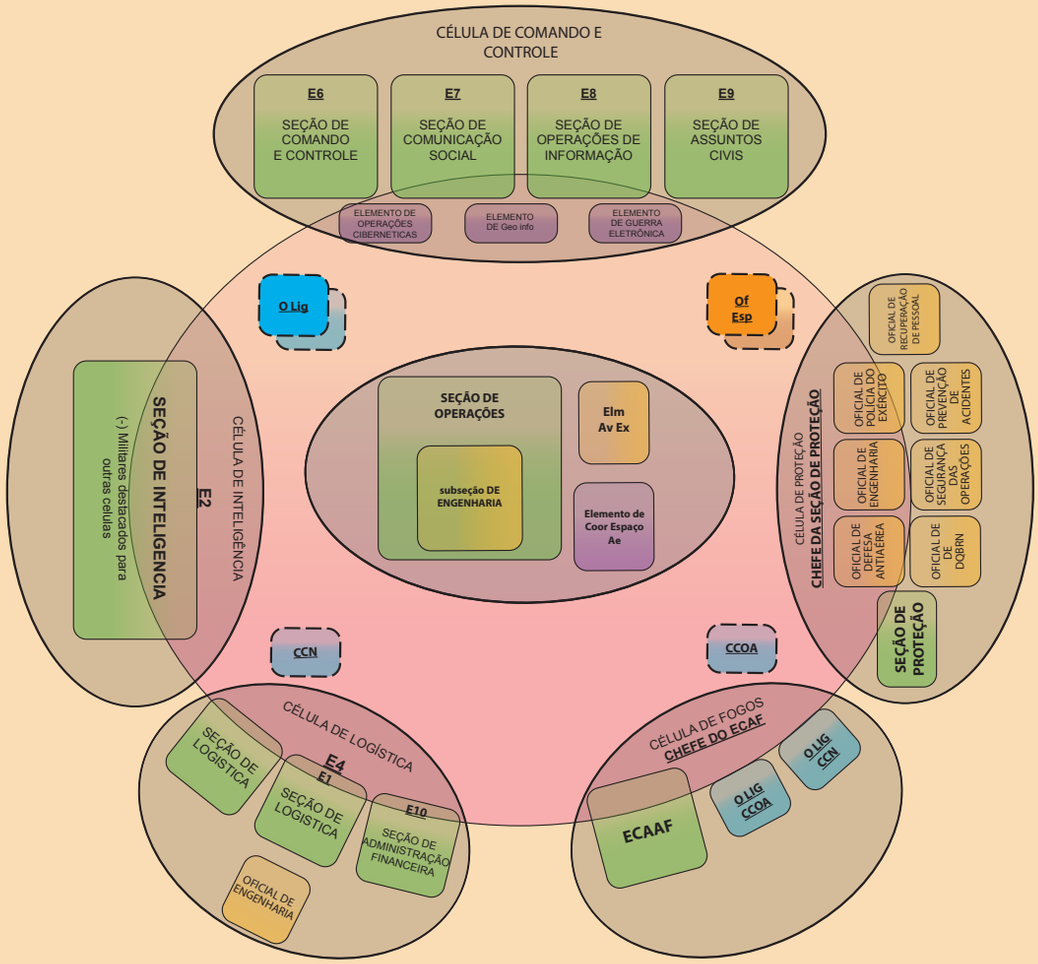


Fig 4-10 "Célula de Integração de Operações Correntes"do Manual de Campanha EB20-MC-10.202 FORÇA TERRESTRE COMPONENTE, 1ª Edição, 2014.

condições meteorológicas, do inimigo e das considerações civis.

Outra característica relevante da célula de inteligência é a possibilidade que possui de identificar e integrar as necessidades de conhecer da FTC, elaborando planos de obtenção de dados a serem executados pelos diversos sistemas presentes na operação, como os de guerra eletrônica, cibernética, imagens, reconhecimento e outros.

No ambiente de obtenção, as estruturas de inteligência são vocacionadas para a busca do dado negado da força adversa. O BIM, com suas companhias de sensores de fontes humanas e tecnológicas, tem capacidade de operar nas dimensões física e informacional, de forma episódica e pontual. Entretanto, tanto os meios orgânicos (BIM) quanto os não orgânicos [Batalhão de Guerra Eletrônica (BGE), Regimento de Cavalaria Mecanizado (RC Mec), Batalhão de Infantaria Mecanizado (BI Mec), Bateria de Busca de Alvos (Bia BA) e outros] colaboram com o esforço de levantamento dos dados de interesse do comandante tático.

O BIM atua com a maioria dos seus meios nesse ambiente. As necessidades de conhecer levantadas no ambiente de comando e controle chegam ao BIM e este se organiza e planeja suas operações militares especificamente para atendê-las.

Por fim, a inteligência militar opera no ambiente de análise. É aí que as estruturas são configuradas para permitir o recebimento de

dados brutos [7], ou meramente processados, que foram levantados pelos sensores nas diferentes fontes – humanas, imagens, sinais e cibernética – integrando-os e analisando-os de forma racional e lógica, segundo uma metodologia própria de trabalho, produzindo-se os conhecimentos de inteligência solicitados pelo decisor.

Por fim, a companhia de análise do BIM possui uma segunda estrutura com capacidade de desdobrar uma central de inteligência, órgão voltado apenas para a produção de conhecimentos de inteligência. A central de inteligência atua em proveito direto da célula de inteligência da FTC, seguindo sua orientação e direcionamento, mas não se confunde com ela. É uma estrutura própria e especializada.

INTELIGÊNCIA MILITAR COMO ATIVIDADE

Ao abordarmos a inteligência militar sob a perspectiva da atividade, voltamos nossas mentes para a sua metodologia de atuação.

A natureza do método de trabalho da atividade de inteligência é decorrente do pensamento do filósofo francês René Descartes [8] que propôs se chegar à verdade por meio da dúvida sistemática e da decomposição de um problema em pequenas partes, ainda no século XVII. Esse processo é a espinha dorsal da metodologia da pesquisa científica, amplamente utilizado e preconizado pela cátedra. O pesquisador Charles Darwin [9] corroborou com sua adoção ao afirmar que "... ciência consiste em agrupar fatos para que leis gerais ou conclusões possam ser tiradas deles".

O método cartesiano é o fundamento do processo de planejamento militar e da própria formação dos militares. Ao ser empregado pela atividade de inteligência militar, recebe a denominação de ciclo de inteligência, devido ao fato de ser ordenado, sequencial e cíclico.



Fig 6-1 "O Ciclo de Inteligência Militar" do Manual de Fundamentos EB20-MF-10.107 INTELIGÊNCIA MILITAR TERRESTRE, 2ª Ed., 2015.

Esse método busca uma representação confiável, consistente e não arbitrária de um fenômeno de natureza militar.Como reflexão adicional acerca da sua natureza, é relevante apontar que há uma escola de pensamento, que tem nos norte-americanos David Brooks [10] e Austin Bay [11] destacados defensores, que entende que o processo de produção do conhecimento deve ser encarado como uma arte, valorizando-se a experiência, a intuição e a impressão do analista, em detrimento de uma abordagem cientificista, como exposto acima.

Entendemos que é inquestionável a relevância da experiência e da intuição do analista, mas esse não pode prescindir de um roteiro mental que lhe permita interpretar os dados e elaborar um produto intelectual consistente, que atenda às expectativas do decisor com a oportunidade devida. O elemento arte funciona como elemento de apoio e agregação de valor ao processo científico, que tem o mérito de dar racionalidade ao processo.

O ciclo de inteligência possui quatro fases: orientação, obtenção, produção e difusão. Para que essas fases tenham vida, estruturas próprias foram concebidas. Essas estruturas operam de modo sincronizado e possuem meios humanos e materiais especializados, além de um sistema de comunicação que as interliga de forma segura.

Quando a F Ter inicia o planejamento de uma operação militar, o seu conhecimento da situação é insuficiente. Para que a operação militar ocorra de maneira eficaz e em condições adequadas de segurança, a FTC necessita conhecer os aspectos militares, geográficos, políticos e econômicos da área onde vai operar. Entretanto, isso também não é suficiente! Ainda deve ser aprofundado o conhecimento acerca das características dos seus habitantes - história, tradição, religião professada, necessidades materiais, principais problemas enfrentados no dia-a-dia, ideologia dominante e outros. Nenhuma decisão tática pode ser tomada sem se saber aonde ir e o que será encontrado ali.

No nível tático, o que interessa ao comandante da FTC é saber o que se passa do outro lado da colina [12]. Não são analisados os oponentes em seu conjunto, mas sim as pessoas concretas que desenvolvem determinada ação. O conhecimento mais valioso é o relativo às técnicas e aos procedimentos do inimigo. Há a necessidade de priorizar o que conhecer, uma vez que os meios de obtenção e de análise não são suficientes para atender a todas as demandas do EM. O sistema de inteligência prioriza as necessidades de conhecer e carreia seus meios para as prioridades mais altas.

A inteligência militar integra e analisa, segundo uma metodologia própria de trabalho, os dados levantados pelos sensores das diferentes fontes – humanas, imagens, sinais e cibernética, produzindo os conhecimentos de inteligência solicitados pelo decisor.

Na fase de orientação são definidas e priorizadas as necessidades de inteligência, ocorrendo no CCOp/FTC, que é o órgão responsável pelo exame de situação.

As demandas do comandante tático orientam o funcionamento do ciclo de inteligência. Os dados a serem levantados são registrados em um documento confeccionado pela célula de inteligência denominado plano de obtenção de conhecimentos (POC). Esse plano consolida os elementos essenciais de inteligência (EEI) e orienta os planejamentos das operações de inteligência, de reconhecimento e de vigilância. Dessa forma, são levantados apenas os dados que foram apontados pelo CCOp como prioritários.

Na fase de obtenção, todos os meios materiais e pessoais disponíveis são mobilizados para o levantamento do maior número possível de dados relativos a essas necessidades. Nessa fase são levantados

dados em estado bruto pelos sensores humanos e tecnológicos, orgânicos ou não, da inteligência.

Devemos destacar que todos os EEI identificados no CCOp são trabalhados pela célula de inteligência e não apenas aqueles levantados pelo E2 ou pelo chefe da 3ª Seção - Operações (E3), que é o oficial de operações. Os conhecimentos de inteligência necessários para o planejamento e a condução das operações de informação (Op Info) [13], por exemplo, são requisitados para a célula de inteligência, que os consolida no POC e aciona os meios de obtenção e análise. Recebidos os conhecimentos produzidos pela central de inteligência, encaminha-os para a seção de operações de informação (E8) a fim de que as Op Info possam ser empreendidas.

A tropa regular que opera na área de interesse da inteligência tem acesso a dados relevantes, fruto do contato físico ou visual com a força adversa ou do reconhecimento de vias e regiões importantes. Esses dados de natureza essencialmente operacional não podem deixar de fluir para o sistema de inteligência, donde nasceu o princípio de que todo soldado é um sensor, advindo a possibilidade de a inteligência receber esses dados. Da operacionalização desse princípio, de forma integrada à necessidade de serem levantados alvos de grande prioridade nos planejamentos da FTC, nasceu o conceito IRVA (inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos), que amplia o número de atores participantes do processo de obtenção de dados para todos os participantes da operação militar.

Na fase de produção, os dados obtidos são submetidos a uma técnica de avaliação, decomposição em frações significativas e integração, método que possibilita a produção dos conhecimentos de inteligência que atendam às necessidades de conhecer do comandante tático.

A companhia de análise é a responsável pela materialização da fase de produção, o que ocorre por meio de uma estrutura que se desdobra como uma central de inteligência, mobiliada por analistas de inteligência de diferentes especializações.

A central de inteligência responde pelo processo de análise e integração de dados, o que exige amadurecimento intelectual e experiência do seu pessoal, em particular do analista integrador. O analista principiante normalmente encontra dificuldade para se manter imune ao senso comum, às perspectivas tendenciosas de sistemas e organizações, ou a querer encontrar o "pulo do gato" que o levaria a "levantar o véu" das incertezas por pura intuição.

Antes de prosseguirmos em nossas



Foto: arquivos CComSEx

A central de inteligência responde pelo processo de análise e integração de dados.

reflexões acerca do processo de análise de inteligência, devemos ter consciência plena do que realmente esperar dessa análise. O modelo médico tem sido proposto por estudiosos norte-americanos, como Josh Kerbel [14], ex-integrante da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA), para o entendimento do que é uma análise de inteligência, uma vez que ela, e o diagnóstico médico, possuem muitas similitudes. Essas semelhanças ficam bem caracterizadas quando compreendemos que ninguém espera que um médico preveja com precisão e certeza a ocorrência do acidente vascular cerebral (AVC) de um paciente. Acredita-se que um médico possa ajudar seu paciente a identificar fatores de risco e condições que possam contribuir para a sua ocorrência e formular meios de minimizá-la. Com a análise de inteligência se deve ter consciência de que ocorre exatamente o mesmo. O analista não tem como adivinhar o futuro, uma vez que os atores adversários são donos de suas vontades, mas pode identificar tendências e as mais prováveis linhas de ação inimigas.

A central de inteligência também monitora o grau de confiabilidade e certeza dos dados recebidos e confronta-os com o POC, acionando os órgãos responsáveis pelo seu cumprimento, caso os dados não estejam alinhados com os resultados desejados. A lógica aqui é a de que quanto mais próximo se está de um problema, maior é a compreensão e a capacidade de se concentrar na sua solução.

O processo executado pela central de inteligência permite que esta se interligue aos órgãos de obtenção e ao CCOp/FTC, o que a torna um elemento de união das estruturas que integram o sistema.

Por fim, na fase de difusão, os conhecimentos elaborados pela central de inteligência são distribuídos para o comandante tático, que é o principal consumidor dos seus produtos, e para outros órgãos que tenham interesse em recebê-los.

O processo e os meios que são empregados nesta fase devem possibilitar o tráfego de conhecimentos de modo seguro e eficiente, evitando o vazamento de informações sensíveis ou a entrega de produtos quando já perderam a oportunidade de serem utilizados.

INTELIGÊNCIA MILITAR COMO CONHECIMENTO

Nessa fase de nossas reflexões, enfocaremos a inteligência sob a perspectiva dos seus produtos, os conhecimentos de inteligência.

Como ponto de partida, vamos recorrer a um dos analistas de inteligência mais respeitados e cujo pensamento influenciou profundamente a estruturação da inteligência moderna – Washington Platt [15]. Sua obra, consistente e bem fundamentada, é uma referência para quem estuda a atividade.

Platt destaca um aspecto do conhecimento de inteligência - o da utilidade - sobre o qual gostaria de tecer algumas considerações. Segundo esse autor:

> Muitas vezes é preciso sacrificar um pouco do desejo de produzir um documento complexo e exato, em favor da oportunidade. O ser feito a tempo tem, geralmente, prioridade muito maior nas informações do que nos trabalhos de pura erudição. Esse, bem como outros princípios, avulta com enorme clareza nas informações de combate. A ordem de ataque da divisão contém sempre um item destinado às informações sobre o inimigo. Evidentemente, a menor informação em poder do E2, alçando os batalhões empenhados antes do ataque, vale mais que uma carta completa das posições inimigas entregue após a ação.

A utilidade do conhecimento de inteligência está intrinsecamente ligada ao momento de sua difusão, podendo implicar em tempo reduzido para a prospecção de dados, em um levantamento quantitativo e qualitativo não ideal, ou na impossibilidade de sua confirmação por fontes variadas. O recebimento oportuno do conhecimento é que possibilitará ao comandante tático organizar suas forças e fazer frente às ameaças correntes, o que cresce de importância em um ambiente dinâmico como o das operações militares.

Feitas essas considerações iniciais,

podemos entender melhor algumas características dos conhecimentos de inteligência destinados a apoiar as operações militares. Essas peculiaridades nos permitem diferenciá-los daqueles produzidos para utilização no nível estratégico, onde há acentuado enfoque analítico e/ou preditivo, devido à maior disponibilidade de tempo para a elaboração de planos de ação.

O nível tático é aquele em que ocorrem as operações militares propriamente ditas, onde a tropa entra em contato com o inimigo ou a força adversa. Ambiente fluido e volátil, altera-se rapidamente, exigindo do comando decisões rápidas, uma vez que o conhecimento produzido se degrada em um período de tempo muito curto.

A função de combate inteligência precisa fornecer produtos que sejam assimilados rapidamente pelos membros do estado-maior e que possam ser integrados ao planejamento


Foto: arquivos CComSEx

Os dados obtidos são integrados ao planejamento.

tático a cargo principalmente do E3 e do chefe da 5ª Seção - Planejamento (E5), de modo natural e imediato. A forma mais eficiente de atender a essas particularidades é elaborar conhecimentos que tenham por suporte imagens das áreas de operações e de interesse da inteligência.

O acesso ao sistema de imagem geográfica (SIG) [16] da F Ter e o uso de ferramentas computacionais especializadas possibilitam a manipulação de dados oriundos de diferentes fontes, permitindo a realização de análises complexas, com a combinação e o cruzamento de uma série desses dados. Os analistas de inteligência alimentam as camadas georreferenciadas básicas fornecidas pelo SIG com os conhecimentos produzidos, criando camadas temáticas ricas em detalhes e de utilização intuitiva.

O conhecimento incorporado a essa cartografia digitalizada reduz a incerteza relativa à localização de unidades, instalações, sistemas de armas, postos de observação adversários, pontos críticos do terreno e outros. Por meio de um simples clique do *mouse*, uma grande quantidade de informações é apresentada em uma tela ou monitor.

As camadas georreferenciadas temáticas do terreno, das condições meteorológicas, do inimigo e das considerações civis são atualizadas permanentemente pelos diversos analistas que integram a central de inteligência, mantendo a melhor consciência situacional possível. A rapidez da atualização dos conhecimentos permite a identificação de padrões de eventos ou a detecção da movimentação de tropas ou de forças oponentes, reduzindo a possibilidade de nossas forças serem surpreendidas.

A célula de proteção, em seu planejamento voltado para a segurança das operações, também utiliza esses conhecimentos de inteligência como uma eficiente ferramenta de trabalho por permitirem a realização de sobrevoos virtuais sobre faixas do terreno, a visualização de estradas, ruas, vielas, becos e a identificação de ameaças e riscos intrínsecos. Esses sobrevoos virtuais contribuem com a escolha de rotas e vias de acesso mais seguras.

Sobre o conhecimento de inteligência cartográfico é aplicada a metodologia do PITCIC e é realizado o exame de situação na célula de inteligência do CCOp da FTC.

PITCIC é o acrônimo formado pela inclusão das considerações civis ao tradicional processo gráfico de integração do terreno, das condições meteorológicas e do inimigo, pelo Manual EB20-MF-10.103 Operações - 4ª edição – 2014 [17], devido à adoção pela F Ter do conceito operativo operações no amplo espectro [18].

O exame de situação é todo baseado nesse conhecimento de inteligência, possibilitando

a formulação de linhas de ação, levantamento de possibilidades do inimigo e emissão de ordens de operações. O trabalho de estado-maior é facilitado ainda pela possibilidade de visualização do dispositivo inimigo, das vias de transporte, das áreas com restrições de mobilidade, de escolas e hospitais, de locais de homizio de terroristas, lideranças, forças oponentes e outros.

Da inclusão das considerações civis ao exame de situação de inteligência decorre a necessidade do desenvolvimento de nova especialização para os analistas. Essa expertise se mostra oportuna e necessária quando verificamos que a F Ter tem sido empregada sistematicamente nos últimos anos em operações de não guerra, em ambiente urbano, em meio à população civil. Isso tem refletido significativamente na composição dos meios, na natureza da tropa e no armamento utilizado.

A preocupação acentuada de se evitar baixas de cidadãos presentes no ambiente de operações tem alterado os métodos de emprego da tropa e estimulado a busca por uma letalidade seletiva cada vez mais eficaz do armamento empregado, visando a evitar os indesejados impactos negativos dos denominados efeitos colaterais. Além da presença cada vez mais maciça dos órgãos de mídia nas áreas de operações, a tecnologia tem possibilitado a produção de vídeos e a sua divulgação em tempo quase real, muitas vezes fora de contexto, distorcendo fatos e motivações. Essas preocupações têm ampliado a importância que a inteligência deve dar à produção de conhecimentos acerca das considerações civis durante as operações.

Em uma força de combate tática, as estruturas de inteligência são tradicionalmente preparadas para apoiar as operações militares por meio de uma avaliação do inimigo e de um levantamento de suas intenções. Em operações como as realizadas no Complexo da Maré e no Complexo do Alemão, o comandante tático precisa de outros tipos de conhecimentos de inteligência, como o horário de escolas, a possível corrupção de agentes públicos e a dinâmica do tráfico de drogas na região. A função de combate inteligência tem o desafio de identificar quais perguntas são verdadeiramente relevantes [19]. Tem que realizar questionamentos táticos, deixando as indagações estratégicas para outras estruturas do sistema.



Foto: arquivos CComSEx

A tropa tem sido empregada em ambiente urbano, em meio à população civil.

CONCLUSÃO

A inteligência militar possui um papel capital no processo de planejamento e de condução das operações, particularmente naquelas conduzidas no nível tático. As deficiências estruturais da F Ter para emprego da função de combate inteligência têm sido equacionadas com a criação de novas estruturas operacionais, como o batalhão de inteligência militar, que mobilia a seção de inteligência do estado-maior da FTC com pessoal e material especializados, capaz de executar eficientemente o ciclo de inteligência, além de possibilitar a obtenção de dados relevantes em fontes não humanas, como as de sinais, imagens e cibernética.

A elaboração de uma doutrina de emprego de inteligência adequada às operações no amplo espectro, o desenvolvimento de processos de ensino que possibilitem a qualificação dos recursos humanos destinados a ocupar os cargos e as funções das estruturas idealizadas para dar vida à função de combate inteligência e a incorporação de moderna tecnologia de informação e comunicações (TIC) vão permitir o desenvolvimento de capacidades operativas em condições de contribuir, decisivamente, para a obtenção da desejada superioridade de informações.

Assim, a reestruturação da tradicional atividade de inteligência do Exército Brasileiro, que passa a dar tratamento privilegiado à função de combate inteligência, voltada essencialmente para as operações militares, atende à crescente necessidade de conhecimentos nos ambientes operacionais difusos da atualidade, instrumentalizando a F Ter para os desafios da era do conhecimento.

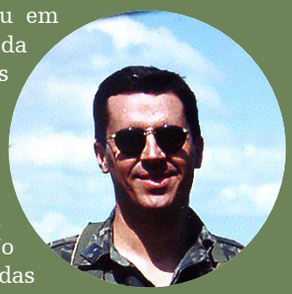
REFERÊNCIAS

[1] GOMES, Juan; RENGEL, Carmen. **Israel lança uma ofensiva terrestre contra a Faixa de Gaza**. El Pais, 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/17/internacional/1405591793_022014.html
[2] TZU, Sun. **A arte da guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1983.
[3] BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **Inteligência**. Brasília, DF, 2015.
[4] KENT, Sherman. **Informações Estratégicas.** Trad. Hélio Freire. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1967.
[5] ESPAÑOL, Ejército de Tierra. **Funciones de Combate – Inteligencia**. Granada/España, 2013.
[6] BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **Força Terrestre Componente.** Brasília, DF, 2014.
[7] Gen Div Flynn, Michael T.; Gen Bda Flynn, Charles A. **Integrando Inteligência e Informações: "Os dez pontos a serem considerados pelo Comandante"**. Kansas/EUA: Military Review, Edição brasileira, 2012.
[8] DESCARTES, René. **Discurso do método**. Trad. João Cruz Costa. São Paulo: Ed de Ouro, 1970.
[9] Wikipédia. **Método científico**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ Método_científico
[10] BROOKS, David. **The C.I.A.:Method and Madness**. New York/EUA: The New York Times, 2004.
[11] BAY, Austin. **Fixing Intelligence**. Washington/EUA: The Washington Times, 2005.
[12] TARILONTE, Elena. **El valor de La Informatión**. Madrid/España: Revista Española de Defensa, 2012.
[13] BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército**. Operações de Informação.** Brasília, DF, 2014.
[14] KERBEL, Josh. Sem palavras: **a luta da Comunidade de Inteligência para encontrar a sua voz**. Kansas/EUA: Military Review, Edição brasileira, 2009.
[15] PLATT, Washington. **Produção de Informações Estratégicas**. Trad, Álvaro Galvão Pereira e Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1974.
[16] BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **Geoinformação**. Brasília, DF, 2014.
[17] _____ Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **Operações.** Brasília, DF, 2014.
[18] _____ Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF, 2013.
[19] SIEGEL, Adam B. **Os desafios da Inteligência durante Operações Civis-Militares**. Kansas/EUA: Military Review, Edição brasileira, 2003.

ARTILHARIA NA SELVA, RESGATANDO A EXPERIÊNCIA ACUMULADA

Tenente-Coronel André Luiz Ísola

O Tenente-Coronel de Artilharia Ísola é o Comandante do 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (10º GAC Sl), sediado em Boa Vista – RR. Concluiu em primeiro lugar o curso de formação da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1992. Possui os cursos de Operações na Selva e de Comando e Estado-Maior. Foi instrutor da AMAN e serviu no 33º GAC Sl e no 10º GAC Sl, onde foi comandante de bateria, oficial de operações e oficial de doutrina. No exterior e a serviço da Organização das Nações Unidas, desempenhou as funções de Observador Militar no Sudão em 2006 e de Oficial de Estado-Maior na Libéria em 2013 (alisola92@yahoo.com.br).



"Antes que a luz se apague, antes que o sol se ponha, haverá alguém de estar, haverá alguém de ficar, para que outros cheguem, para que outros fiquem..." [1]

Sobre o emprego da artilharia em ambiente de selva, muito se pensa, algo se discute, pouco se escreve. Alguns estudos disponíveis dirigem seu foco para as dificuldades existentes, sem indicar respostas para as questões levantadas. Outros sugerem alternativas complicadas, tangenciando a perfeição, as quais seriam de imensa valia caso vivêssemos num mundo ideal. Para enfrentar esse problema – que "não se aprende, Senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando" [2], de acordo com o ensinamento de Camões, gravado na velha placa existente na entrada do antigo túnel do Corpo de Cadetes de nossa saudosa Academia Militar das Agulhas Negras – é indispensável experimentar, na prática, como as teorias vão funcionar.

A atividade de experimentação doutrinária para o emprego da artilharia na Amazônia foi iniciada ao final da década de 1980, assumindo um ritmo mais intenso a partir do ano 2000, por conta da então recente criação de organizações militares de artilharia de selva – o 33º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (GAC Sl), em Boa Vista-RR, e a 1ª/23º GAC Sl, em Marabá-PA, que deram lugar, respectivamente, ao 10º GAC Sl e ao 1º GAC Sl, hoje sediados nessas mesmas cidades amazônicas.

A fim de possibilitar a continuidade de apoio de fogo adequado aos elementos de manobra em qualquer situação, os exercícios de experimentação doutrinária (EED) buscavam soluções factíveis para contornar os impasses advindos da necessidade de adaptar uma doutrina de emprego, já consagrada, para um ambiente operacional completamente diferente, no qual se destacam para a artilharia, dentre outras, as seguintes limitações:

- rede rodoviária escassa: "na Amazônia, as estradas são os rios", ou seja, existe a necessidade inevitável de transportar o armamento pesado (obuseiros ou morteiros) em embarcações ou aeronaves, bem como todo o restante do material complementar; e

- densa e extensa cobertura vegetal, que limita todo o trabalho tradicional da artilharia de campanha, com destaque para a escolha de áreas de posição satisfatórias e a observação e a condução do tiro na selva.



Como se pode perceber, não se tratava, absolutamente, de desafio fácil. Então, de forma organizada, com muita dedicação e grande confiança (apesar de nenhuma certeza) na missão que nos foi confiada, os trabalhos foram iniciados.

Para o desenvolvimento de uma nova doutrina, sem reinventar a roda e nem jogar por terra desnecessariamente os fundamentos de emprego da arma, o primeiro passo foi procurar fontes de consulta, principalmente em monografias existentes nos arquivos de nossas escolas de aperfeiçoamento e de altos estudos militares. Verificou-se que, mesmo valendo-se apenas de pesquisas teóricas, para fins acadêmicos, alguns companheiros que nos antecederam conseguiram encontrar, na história militar recente, excelentes referências de emprego real da artilharia em ambiente de selva, dentre as quais se destaca a epopeia do Vietnã.

Ali, no sudeste asiático, no final da década de 1960, a despeito das inúmeras dificuldades encontradas, os contendores tiveram que se adaptar às exigências do terreno e fazer funcionar sua artilharia, a fim de obter alguma vantagem no combate. Podemos afirmar, de maneira muito genérica e resumida, que os mais poderosos utilizaram intensamente os helicópteros para movimentar suas bocas de fogo, enquanto seus oponentes, dotados de recursos mais acanhados, tiveram que fazer uso de artifícios diversos para, de maneira dissimulada, transportar sua artilharia sobre jangadas, muitas vezes improvisadas, seguindo o curso dos rios. Essas duas técnicas iriam se mostrar, muito mais tarde, de extrema valia para o início do estudo de nossas reais possibilidades de sucesso, aqui no Brasil.

A fim de não tornar a leitura enfadonha, vamos logo passar às considerações de ordem prática, ou seja, alguns dos principais resultados de experimentações doutrinárias conduzidas em ambiente de selva, a fim de viabilizar o emprego de nossa artilharia. Convém alertar antecipadamente que, por razões de espaço, vários aspectos deixarão de ser abordados no presente texto, mesmo porque não se pode pretender, em um único artigo, explorar o assunto à exaustão.

Inicialmente, convém destacar a experiência pioneira do 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista (8º GAC Pqdt) que, ao final da década de 1980, deslocou-se do Rio de Janeiro para a região de Rio Preto da



Foto: arquivos do autor

Tiro embarcado.


Foto: arquivos do autor

Obuseiro transportado em voadeira.

Eva–AM, onde conseguiu colocar uma bateria de Oto Melara sobre uma balsa metálica, a fim de realizar o tiro embarcado [3].

Naquele exercício, foi realizado o primeiro disparo de artilharia em ambiente de selva, cujo estojo metálico ficou sob os cuidados do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) até o ano de 2002 e, hoje, se encontra exposto, em posição de destaque, no salão de honra do 10º GAC Sl, em Boa Vista-RR.

A iniciativa acima descrita teve inúmeras características positivas, dentre elas o pioneirismo, a ousadia responsável e a indiscutível capacidade técnico-profissional, que verdadeiramente abriram espaço para novas iniciativas. Entretanto, uma consequência negativa – talvez a única – foi que, em virtude da ampla divulgação à época e da reprodução persistente daquelas fotografias até os dias de hoje, a primeira ideia que vem à cabeça de um leigo, quando se fala em artilharia na selva, ainda é a imagem dos obuseiros sobre uma balsa, o que se constitui conceito bastante desatualizado, como será demonstrado.

A atividade de experimentação doutrinária para o emprego da artilharia na Amazônia foi iniciada ao final da década de 1980, assumindo um ritmo mais intenso a partir do ano 2000, por conta da então recente criação de organizações militares de artilharia de selva.

As desvantagens da balsa incluem sua baixa velocidade e a grande demora em posicioná-la e ancorá-la na direção correta (cerca de 2 horas), uma vez que os obuseiros permanecem fixos em sua superfície, sem poder girar sobre o próprio eixo, o que limita consideravelmente a amplitude do setor de tiro. Além disso, por ser um alvo altamente compensador, a bateria embarcada fica extremamente vulnerável em face de um eventual ataque aéreo. Tendo em vista a necessidade de maior rapidez nas operações ribeirinhas, a fim de possibilitar o acompanhamento eficaz do deslocamento da tropa apoiada, constatou-se que seria necessário buscar outros meios de transporte fluvial para a artilharia. As voadeiras – embarcações menores e mais ágeis – poderiam ser uma solução.

Consequentemente, iniciaram-se as tentativas de transportar os obuseiros Oto Melara, desmontados, em voadeiras. Visualizando uma situação de marcha para o combate fluvial, essa poderia ser, ao menos teoricamente, uma boa solução para a artilharia se deslocar mais rápido, proporcionando um apoio de fogo mais cerrado aos elementos de manobra [4], além de eliminar o problema da limitação de setor de tiro imposta pela balsa. Isso ocorreria em 2001, no então 33º GAC Sl, em Boa Vista-RR.

Depois de muitos testes, chegou-se à configuração final, na qual um obuseiro desmontado, com sua guarnição (7 homens) e munição (36 tiros) puderam ser transportados em três embarcações patrulha de grupo (EPG).

Chegando às praias de rio, as peças eram montadas diretamente em sua posição para o tiro, o que demorava menos de 20 minutos. Depois de atirar, os obuseiros eram novamente desmontados, recolocados nas voadeiras, e a progressão continuava [5]. Estava, assim, solucionado o problema da velocidade em operações ribeirinhas, ultrapassando o paradigma da balsa, embora esta continue sendo uma das opções viáveis em situações específicas.

No entanto, outra alternativa havia de ser encontrada além das voadeiras, a fim de atuar em áreas afastadas do leito dos rios. Para isso, o helicóptero se apresentava, em princípio, como o meio de transporte mais adequado. Realizados os testes de várias linhas de ação pelo 10º GAC Sl em 2003, verificou-se que a melhor opção tinha sido a

utilização de aeronaves do tipo *Black Hawk* ou *Cougar*.

Nestas, pode-se transportar, de uma só vez, o obuseiro montado (como carga externa), junto com sua guarnição e munição (estas, no interior da cabine) [6]. Como dado geral de planejamento, uma peça completa (obuseiro, guarnição e munição) pesa cerca de 2.900 kg, enquanto a capacidade de carga das referidas aeronaves pode facilmente ultrapassar os 5.000 kg. Em 2014, foi testada a utilização de uma nova aeronave, cuja aquisição está sendo estudada pelo Exército – o chamado K2 ou Super Pantera – também com resultados altamente positivos no helitransporte, tanto do morteiro pesado 120mm como do obuseiro Oto Melara. Portanto, especialmente para a ocupação de posição em clareiras, o helitransporte é a solução ideal para a artilharia.

Em relação ao tiro de artilharia propriamente dito, anotamos algumas observações interessantes. Nos testes realizados, verificou-se que o primeiro disparo


Foto: arquivos CComSEx

Helicóptero transportando obuseiro.


Foto: arquivos do autor

Impactos dos arrebentamentos.

deve ser executado com munição fumígena, a fim de possibilitar sua observação mesmo que o impacto se dê no interior da selva, o que contrariou as primeiras teses de que a fumaça não conseguiria ultrapassar a copa das árvores [7].

A dispersão dos estilhaços e sua distribuição pela floresta também foram observadas e medidas, tendo sido constatado que o raio de ação da granada 105 mm (30 metros de diâmetro) sofre pouquíssima redução em função dos troncos das árvores, o que não justificaria uma mudança nas tradicionais bases de planejamento.

Atestou-se também que, mesmo utilizando trajetória mergulhante, as granadas não explodiam [8], como imaginado, na copa das árvores, embora o tiro vertical tenha apresentado melhores resultados.

Verifica-se, portanto, que algumas teorias não resistiram ao primeiro contato com a selva, o que confirma a validade do procedimento que vem sendo adotado pelo Exército, segundo o qual tudo tem que ser testado e aprovado, antes de se tornar doutrina.

Desde então, vários outros EED foram executados ao longo dos anos, tendo sido testados os sistemas de comunicações, o emprego do morteiro pesado 120mm e a viabilidade de diversos processos logísticos, dentre outros, os quais, por enquanto, não serão aqui abordados, haja vista a limitação já referida.

Nota-se, portanto, que a doutrina de emprego da artilharia em ambiente de selva avançou bastante, apesar da tímida disseminação desses conhecimentos, o que torna o assunto, até hoje, consideravelmente desconhecido nos meios militares. Ainda assim, continuamos na nossa labuta, fazendo novas experimentações a fim de solucionar velhos problemas, conscientes de que os companheiros que nos antecederam deixaram um cabedal importantíssimo de lições aprendidas, havendo ainda bastante trabalho a fazer, sempre no intuito de bem cumprir nossa missão desbravadora.

Verifica-se, portanto, que algumas teorias não resistiram ao primeiro contato com a selva, o que confirma a validade do procedimento que vem sendo adotado pelo Exército, segundo o qual tudo tem que ser testado e aprovado, antes de se tornar doutrina.

Cabe aos artilheiros da selva inteirar-se daquilo que já foi executado, assimilar essas novas técnicas de emprego da arma e, por fim, "antes que a luz se apague", transmitir esse legado aos nossos sucessores, "para que outros venham, para que outros fiquem".

Dessa forma, nossa doutrina continuará sendo constantemente testada, atualizada e, num futuro próximo, amplamente difundida e firmemente consolidada. Assim, a atuação da artilharia na selva será melhor conhecida pelos profissionais das armas, como um apoio de fogo comprovadamente indispensável e inteiramente apto a operar em qualquer ambiente operacional, especialmente na vasta imensidão de nossa amada e brasileira Amazônia.

SELVA!



NOTAS

[1] Tradicional frase, registrada no saguão das placas do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS).
[2] CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. Canto X.
[3] ASSIS, Paulo Roberto Correia de. **Apoio de Fogo às Operações em Ambiente de Selva.** Military Review, Edição Brasileira, 1º Trim, 1992.
[4] 33º GAC Sl. **Relatório da Operação Buriti**. 2001.
[5] 33º GAC Sl. **Relatório da Operação Rio Branco.** 2001.
[6] 10º GAC Sl. **Relatório da Operação Tucunaré.** 2003.
[7] Idem, ibidem.
[8] Idem, ibidem.

CONHECIMENTO E PODER

General de Exército Paulo Cesar de Castro

O General de Exército Castro é graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras, na arma de Artilharia. É pós-graduado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pela Escola de Guerra Naval (EGN) e pela Escola Superior de Guerra do Exército Argentino. Comandou, como coronel, o 21º Grupo de Artilharia de Campanha; como Gen Bda, a ECEME; como Gen Div, a 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Exército. Como Gen Ex foi Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército até 11 de maio de 2009, quando foi transferido para a reserva. Atuou nas operações Rio-92, Rio, Minas Gerais e Ouro Preto. É doutor em Ciências Militares pela ECEME e em Ciências Navais pela EGN (paulocesarcastro@terra.com.br).



O Estado-Maior do Exército publicou dois preciosos manuais de fundamentos: O Exército Brasileiro [1] e Operações [2]. Esses manuais inserem-se no processo de transformação que, com sólida base na doutrina, está resgatando o Exército da Era Industrial e capacitando-o para a Era do Conhecimento. Exatamente por isso, seus conteúdos devem ser estudados, internalizados, dominados e postos em prática por todos os integrantes da Força. Em outras palavras, devem "estar na massa", a exemplo da hierarquia e disciplina, da ordem unida, das continências, honras, sinais de respeito e cerimonial, bem como dos preceitos do regulamento disciplinar.

A era em apreço exige novas capacidades da Força Terrestre e implica novas competências para seus recursos humanos, elemento central do Sistema Exército Brasileiro [3].

Imersos em ambiente operacional caracterizado por elevado grau de incerteza e desafios cuja natureza não se pode definir com exatidão, os combatentes de hoje e do futuro deverão estar capacitados a resolver problemas inéditos com criatividade, presteza, segurança e inovação. A intenção do comandante, a liderança militar e o preparo profissional permitir-lhe-ão exercer a iniciativa disciplinada para alcançar a vitória nesses novos tempos, mercê de soluções flexíveis, adaptáveis e sustentadas [4].

Este artigo propõe reflexões sobre a Era do Conhecimento, seu alvorecer, relacionamento com o poder e características. Propõe, ainda, algumas conclusões sobre seus impactos nas instituições, o Exército em particular.

ALVORECER DA NOVA ERA

Ao iniciar-se a segunda metade do século XX, a humanidade surpreendeu-se com a própria obra: o conhecimento crescia, sem parar, em progressão geométrica. O fenômeno fazia-se acompanhar de imediata difusão de informações sobre todas as áreas do saber, sem respeitar soberania e fronteiras. Mergulhava-se no mundo globalizado no qual tudo e todos eram impactados: profissões desapareciam, outras surgiam; organizações não governamentais, empresas multinacionais, quadrilhas criminosas e organizações terroristas surgiam como atores internacionais, disputando os holofotes do palco e os espaços da mídia com os estados nacionais. O sol iluminava outros dias.

O professor Peter Drucker foi o primeiro a chamá-los Era da Informação. Argumentou que, por volta de 1946, ao regressar dos campos de batalha, soldados americanos exigiam colocação em alguma universidade e não apenas um emprego seguro, como haviam exigido seus antecessores, ao término da I Guerra Mundial. Drucker sustentou que a mudança de comportamento dos veteranos demonstrava que o conhecimento estava sendo mais valorizado que a simples ocupação

operacional [5]. É relevante destacar que, para se referir aos novos tempos, o escritor valera-se do conceito de conhecimento. Pena que não os tenha batizado Era do Conhecimento, capital mais valioso que a simples informação.

Para o sociólogo americano Daniel Bell, a nova era teve início em 1956 quando o número de colarinhos brancos ultrapassou o de operários nos Estados Unidos. Ele advertiu: "Que poder operário que nada! A sociedade caminha em direção à predominância do setor de serviços." Ou seja, o poder direcionava-se àqueles que possuíam algum tipo de conhecimento que interessava a outros [6]. Alertou para a chegada da sociedade do conhecimento, na qual nos países desenvolvidos, o número de trabalhadores sem especialização diminuiu, a qualificação do trabalhador predominou e a educação tornou-se vital. Aquela sociedade expressa-se pela ligação funcional da universidade com a empresa e pelo poder econômico centrado no conhecimento [7].

O impacto da avalanche de novos conhecimentos se fez e faz sentir em todas as expressões do poder. Quanto à expressão militar, por exemplo, o processo de transformação em curso no Exército surgiu como uma iniciativa corajosa, inadiável e empolgante.

O impacto da avalanche de novos conhecimentos se fez e faz sentir em todas as expressões do poder. Quanto à expressão militar, por exemplo, o processo de transformação em curso no Exército surgiu como uma iniciativa corajosa, inadiável e empolgante. O desafio de seus condutores consiste em não cair na tentação de "entrar na Era do Conhecimento, mas com o pé enterrado na Era da Informação" [8].

CONHECIMENTO É PODER

Em novembro de 2011, uma sonda espacial decolou rumo a Marte e, em agosto de 2012, pousou na cratera Gale, levando ao planeta vermelho um jipe robô, o Curiosidade, a fim de pesquisar o clima, a aerologia, a possibilidade de existência de vida e coletar outros dados para uma futura missão tripulada a Marte [9].

Em janeiro de 2006, uma espaçonave, a Novos Horizontes, havia sido lançada da Terra rumo a Plutão. Sobrevoou Marte (2006), Júpiter (2007), Saturno (2008), Urano (2011) e Netuno (2014). Finalmente,em julho de 2015 sobrevoou Plutão e ainda deverá sobrevooar suas cinco pequenas luas [10].

A Curiosidade e a Novos Horizontes enviam aos centros de controle imagens e dados analíticos, tais como: composição fisíca e química do solo e do ar, relevo, imagens e outras informações que estão sendo diariamente coletadas e instantaneamente informadas à Terra.

Sobreleva o conhecimento multidisciplinar embutido em ambas as missões. Ciência da computação e eletrônica, ciência dos materiais e telecomunicações, física e química, astronomia, geologia e eletricidade, eis algumas das ciências cujos conhecimentos contribuíram para o êxito daqueles empreendimentos.

Nos bastidores daqueles feitos, sobressaem recursos humanos cujos saberes possibilitaram idealizar, decidir pela realização dos lançamentos, planejar, simular, aplicar recursos financeiros, construir equipamentos, lançar, monitorar e corrigir trajetórias e, por último, estar em condições de analisar todos os dados coletados em Marte e Plutão.

Em síntese, nos bastidores sobressaem recursos humanos com conhecimento. De que



Foto: arquivos CComSEx

A era do conhecimento implica novas capacidades para os combatentes.

adiantariam os recursos financeiros de uma só daquelas missões nas mãos de pessoas desprovidas de conhecimento para aplicá-los? É óbvio concluir que conhecimento é poder.

O PODER

"Poder, em sua expressão mais simples, é a capacidade de impor a vontade... é uma síntese de vontades e de meios... Sua aplicação compreende a vontade de agir e a capacidade dos meios em face dos objetivos fixados..." [11].

A era em que vivemos é deslumbrante e desafiadora. Nela o poder está nas mãos dos homens, das nações e das instituições que detêm conhecimento. O capital maior de quaisquer dessas organizações são seus recursos humanos. Preservá-los, enriquecê-los e estimulá-los é a mais sábia aplicação que podem fazer seus líderes. Sobreviverão, brilharão, crescerão e vencerão aqueles cujos mandatários investirem pesada e continuamente em seus homens e mulheres.

E como é sabido, poder gera poder. Aqueles que hoje têm saldos vultosos em conhecimento não pararão por aqui. Esses saldos continuarão rendendo dividendos, mais poder ainda. Os riquíssimos em poder marcharão, em acelerado, em busca de muito mais conhecimento, em suma, tornar-se-ão ainda mais poderosos.

"Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" [12]. Pode-se inferir que o poder nacional varia na razão direta do conhecimento do povo considerado, conclusão válida não apenas para o Brasil, mas para todos os atores internacionais e nacionais. Não há que pensar duas vezes, há que correr velozmente para cumprir a missão: forjar homens com conhecimento e aptos a aplicá-lo.

CARACTERÍSTICAS DA ERA DO CONHECIMENTO

A meta do homem com conhecimento não se limita à ciência e tecnologia (C&T), como já se pensou. Anos atrás, presenciei apaixonadas discussões quanto à pergunta: C&T é uma nova expressão do poder, a par da política, da psicossocial, da econômica e da militar? Nestes tempos de inovação, aquelas discussões tornaram-se peças de literatura ultrapassada. Hoje predominam CT&Inovação, o que me levou a revelar ao comandante do Instituto Militar de Engenharia minha particular ambição: sonho que, desde já, os discípulos de Ricardo Franco de Almeida Serra criem para o Exército armas, munições, sistemas eletrônicos, optrônicos e tudo o mais que hoje não tenha similar no mundo. O que de melhor já está em uso alhures é passado.

"O conhecimento é uma das maiores riquezas estratégicas existentes" [13] e é privilégio das organizações que aprendem. As demais são, apenas, instituições informatizadas e informadas. São atores coadjuvantes. Em uma organização que aprende, os líderes sabem que seus liderados, mais do que simples subordinados, são seus colaboradores. Ambos aprendem uns com os outros e o maior valor agregado das organizações está na cabeça de seus colaboradores. O aprendizado é contínuo e todos se esforçam para aprender a aprender. O homem é valorizado como um todo, cognitiva, física e afetivamente. A especialização é necessária para unir teoria e pragmatismo. Tem vantagem o homem que tem conhecimento e sabe bem aplicá-lo. A qualidade é mais importante que a quantidade de trabalho [14].

Merece reflexão a tão decantada transferência de tecnologia. Os receptores não devem se iludir, estarão incorporando conhecimentos que outros levaram muito tempo para adquirir. Aprenderão como montar, soldar, aparafusar, fundir, moldar e operar, enquanto seus mestres estarão pensando, criando, planejando e preparando o futuro.

Essa reflexão não invalida a transferência de tecnologia, mas alerta o receptor a ter os



Os engenheiros militares prestam relevante contribuição à pesquisa.

pés no chão e obter o máximo da instituição parceira, sem abandonar a pesquisa de soluções próprias e inovadoras. Para atingir a vanguarda da Era do Conhecimento, é necessário reinterpretar Camões e, simultaneamente, "sonhar, imaginar e estudar; ver, tratar e pelejar".

CONCLUSÕES

"É preciso vencer a inércia imposta pela tradição cultural" [15]. Neste sentido, o processo de transformação do Exército desaferra a Força da Era Industrial e a projeta na Era do Conhecimento, sem atolá-la na Era da Informação.

A inércia está sendo vencida. A criação do Centro de Doutrina do Exército e a publicação de manuais contemporâneos atestam o avanço. Dentre essas publicações, O Exército Brasileiro e Operações merecem especial atenção. Como enfatizado, seus conteúdos devem "estar na massa", praticados e transmitidos por todos, sem exceção.

Os êxitos das sondas Curiosidade e Novos Horizontes devem estimular intensa busca de conhecimento multidisciplinar em todas as instituições que almejam vencer na Era do Conhecimento. Nesse contexto, sobreleva a intensa preparação de homens e mulheres com mérito intelectual, físico e psicomotor. Sobrelevam, ainda, a necessidade de estudar, criar, planejar, executar, controlar, executar e perseverar em projetos no médio e longo prazos. Soldados, laços fora! Fora os laços do imediatismo e da improvisação!

A ciência e a tecnologia, inseparáveis da inovação, contribuirão para que a Força se coloque no estado da arte para ser empregada com êxito em operações no amplo espectro. Dos engenheiros militares é esperada contribuição relevante.

A ciência e a tecnologia, inseparáveis da inovação, contribuirão para que a Força se coloque no estado da arte para ser empregada com êxito em operações no amplo espectro. Dos engenheiros militares é esperada contribuição relevante. Sem desprezar a transferência de tecnologia, eles entregarão ao Exército o que ainda não foi criado por outros centros de excelência.

A intenção do comandante, a liderança militar e o preparo profissional permitirão aos comandantes subordinados exercer a iniciativa disciplinada, adotando soluções inéditas e oportunas para problemas que hoje sequer se imagina.

Seus líderes e liderados aprenderão uns com os outros e a confiança mútua será continuamente fortalecida. Nossa Força caminha para se tornar uma organização que aprende. Uma instituição com o poder do conhecimento.

REFERÊNCIAS/NOTAS

[1] BRASIL, Estado-Maior do Exército. Manual de Fundamentos EB20-MF-10-101 **O Exército Brasileiro**. Portaria **nº** 012, de 29 de janeiro de 2014. BRASÍLIA, Centro de Doutrina do Exército, 2014.
[2] BRASIL, Estado-Maior do Exército. Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 **Operações, 4ª** edição. Portaria nº 004, de 9 de janeiro de 2014. Brasília, Centro de Doutrina do Exército, 2014.
[3] Idem, nota **nº** 1, parágrafo 7.4.5.
[4] Idem, nota **nº** 2, parágrafo 1.3.5.
[5] DRUCKER, Peter. **Administração em Tempos de Grandes Mudanças.** In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_da_informa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 30 Ago 15. Escritor, professor e consultor administrativo, nascido em 1909, em Viena, então Império Austro-húngaro.
[6] https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_da_informa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 30 Ago 15.
[7] BELL, Daniel. **O Advento da Sociedade Pós-Industrial**. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Daniel_Bell. Acesso

em: 15 de setembro de 2015.
[8] PERES, Maria de Fátima Mendes Roza. **Era do Conhecimento x Era da Informação**. Portal Educação, 29 de maio de 2012. In: https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/13262/era-do-conhecimento-x-era-da-informacao. Acesso em: 16 de setembro de 2015.
[9] https://pt.wikipedia.org/wiki/Mars_Science_Laboratory. Acesso em 02 Set 15.
[10] https://pt.wikipedia.org/wiki/New_Horizons. Acesso em 02 Set 15.
[11] BRASIL. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 124-1. **Estratégia**. Parágrafo. 1.2.a. 3ª. Edição. Portaria nº 009-EME, de 21 de setembro de 2001. Brasília: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 2001.
[12] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 1º parágrafo único. BRASÍLIA: 5 de outubro de 1988.
[13] BERGO, Marcio Tadeu Bettega. Eu não sabia. Revista da ADESG, Nº 290, pag. 14. RIO DE JANEIRO: Edigráfica e Editora Ltda. Julho/agosto de 2015.
[14] Para aprofundar o tema, consulte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Era_da_informa%C3%A7%C3%A3o acesso em 30 Ago 15.
[15] RUBIN, Jerome S.

EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA, AS OPERAÇÕES NO AMPLO ESPECTRO, AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS E OS CONFLITOS DO SÉCULO XXI

General de Brigada Alvaro de Souza Pinheiro

O General de Brigada Alvaro, reformado, comandou as Forças Especiais do Exército Brasileiro, foi oficial de ligação no US Army Combined Arms Center, Fort Leavenworth, Kansas, comandou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e foi o 3º Subchefe do Estado-Maior do Exército (Doutrina e Planejamento Estratégico). É especialista em operações especiais, guerra irregular e combate ao terrorismo, tendo publicado diversos trabalhos, no Brasil e no exterior. É professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, analista não residente e membro do conselho editorial da Joint Special Operations University , MacDill Air Force Base, Tampa/Florida e membro honorário da Associação de Comandos de Portugal, sendo assíduo colaborador de sua Revista "Mama Sumé" (pinheiroafe@gmail.com).



"As forças terrestres combinam operações ofensivas, defensivas e de estabilidade ou de apoio civil, simultaneamente, como parte de uma força conjunta interdependente, para conquistar, manter e explorar a iniciativa, aceitando prudentemente o risco, na criação de oportunidades para atingir resultados decisivos. Empregam ações sincronizadas – letal e não letal – proporcionais à missão, conscientes por meio de um completo entendimento de todas as variáveis do ambiente operacional." *US Army's Operational Concept - Full Spectrum Operations , FM 3 – 0, "OPERATIONS", 27 February 2008.*

Ao longo das crises e conflitos dos anos 1990, analistas dos cinco continentes foram unânimes em constatar que os Estados Unidos da América (EUA) alcançaram vantagens altamente competitivas no contexto de tecnologias de ataque de alta precisão, da informação e das comunicações, trazendo à tona o que se denominou de revolução nos assuntos militares (*revolution in military affairs - RMA*). Entretanto, esta revolução negligenciou muitas das continuidades do conflito armado e ignorou as limitações das novas tecnologias e das emergentes capacitações militares. Em particular, conceitos que se baseavam na capacidade de destruir alvos inimigos com munições de grande precisão, a longa distância, isolaram a condução da guerra dos seus contextos políticos, culturais e psicológicos, negligenciando, sobretudo, a evolução da guerra irregular, hoje, mais do que nunca, caracterizada pela violência extremista.

A EVOLUÇÃO DA ARTE DA GUERRA

A literatura que examinava a *RMA* e o movimento identificado como transformação na defesa (*defense transformation*) fundamentava-se na crença de que as tecnologias da vigilância, das comunicações e da informação implementariam dramaticamente o conhecimento do espaço do batalha (*battle space knowledge*) eliminando de qualquer oponente, a ameaça da surpresa, e permitindo às forças armadas dos EUA a plena consecução da dominância no amplo espectro (*full spectrum dominance*) por meio do emprego de tecnologias de alta precisão.

Conceitos e ideias rotuladas como operações de choque e espanto (*shock and awe operations*) operações decisivas rápidas (*rapid decisive operations*) e guerra rede-cêntrica (*network centric warfare*) fundamentaram a aplicação de capacitações que possibilitariam vencer as guerras rapidamente e a um mínimo custo em baixas. A *RMA* e o pensamento estratégico relacionado com a *defense*

transformation influíram significativamente na doutrina militar terrestre, sua organização e sua modernização.

Entretanto, as crises e conflitos do Século XXI, bem como as mais bem fundamentadas análises dos futuros ambientes operacionais e das ameaças emergentes, ressaltaram, sobremaneira, as idiossincrasias do conflito armado terrestre e a imprescindível necessidade de as forças terrestres combaterem sob condições de plena incerteza e complexidade. Essa concepção reconhece que a natureza do conflito armado permanece firmemente baseada na incerteza devido, sobretudo, à natureza essencialmente política da guerra, suas dimensões humanas, sua complexidade e as contínuas interações com inimigos determinados e altamente adaptáveis; via de regra, forças irregulares que passaram de meros coadjuvantes a exercer, com eficiência e eficácia ímpares, o protagonismo das ações.

A consecução dos objetivos nos ambientes operacionais do futuro não dependerá apenas do uso da força letal; mas, também, de quão rapidamente um estado de estabilidade será alcançado, o que caracterizará a pacificação. A morte e a destruição decorrentes ...

Na atualidade, verifica-se que as forças irregulares buscam permanentemente o desenvolvimento de contramedidas de vigilância, inteligência tecnológica e de ataque de alta precisão. Este pensamento estratégico não considera apenas a interação com o inimigo por ocasião da eclosão de conflitos armados, mas, também, a interação com potenciais oponentes nos períodos entre conflitos. Todas essas premissas são fundamentalmente consideradas na ativação do conceito das operações no amplo espectro.

Seguindo-se aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, as forças terrestres dos EUA e dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) mudaram o foco do seu preparo das operações de combate de vulto (*major combat operations - MCO*) para a denominada guerra global contra o terror, *global war on terror* (*GWOT*). As ações iniciais tanto no Teatro de Operações (TO) do Afeganistão (*Operation Enduring Freedom*) quanto do Iraque (*Operation Iraq Freedom*) demandaram capacidades de unidades e grandes unidades bem adestradas nas tarefas de combate tradicional que caracterizam as operações de combate de vulto. Brigadas (*brigade combat teams - BCT*) de infantaria leve e blindadas conduziram missões de conquista e manutenção de terrenos sob controle hostil, destruindo as forças oponentes que as ocupavam. Tudo com o objetivo de controlar populações e recursos.

Entretanto, na medida em que a progressão da *GWOT* mudou o espectro das ações a realizar das *MCO* iniciais para operações típicas de guerra irregular (*irregular warfare - IW*), as forças terrestres engajadas naqueles TO foram levadas a cambiar sua performance de tarefas eminentemente tradicionais de combate convencional para aquelas de *IW*, destacando-se a impositiva demanda pelas operações de estabilidade (*stability operations*) em ambientes operacionais não lineares ou assimétricos caracterizados pela presença marcante de forças irregulares hostis e, também, não raro, forças irregulares aliadas.

Em julho de 2008, autoridades da cúpula do Exército dos EUA (*US Army*) concluíram que a imperiosa necessidade de um preparo específico para confrontar, eficiente e eficazmente, as ameaças não convencionais, não necessariamente significava reduzir as capacitações das operações ofensivas

e defensivas convencionais; muito pelo contrário. Perspectivas de futuros ambientes operacionais, muito bem fundamentadas, ratificam que forças irregulares de diferentes matizes, cada vez mais terão acesso ao domínio de capacitações militares convencionais altamente sofisticadas.

Um exemplo dessa verdadeira evolução da guerra irregular são organizações como o *Hezbollah* e o *Hamas* que, na atualidade, no sul do Líbano e na Faixa de Gaza, respectivamente, estão desafiando forças regulares do mais alto nível de preparo e emprego, como é o caso das forças de defesa de Israel (*Israel defense forces - IDF*), com performances ineditamente bem sucedidas.

E, nesse contexto, na atualidade, há que se ter em mente a contundente revolução na guerra irregular efetuada pelo Estado Islâmico (*Islamic State of Iraq and Syria - ISIS*) que, dotado de uma inédita capacitação convencional de grande poder relativo de combate, jamais atingido por qualquer força irregular do planeta, está desenvolvendo uma campanha de conquista e manutenção de objetivos de alto valor estratégico ao longo dos corredores de mobilidade balizados pelos Rios Eufrates e Tigre, nos territórios do Iraque e da Síria. Tudo, empregando de forma altamente criteriosa e contundentemente bem sucedida o binômio manobra e terror (*maneuver and terror*).

Nesse contexto, além do impositivo e urgente adestramento extremamente atual, referente às operações de contrainsurreição, as unidades operacionais, sejam elas de combate, apoio ao combate ou de apoio logístico, também não podem deixar de possuir as capacidades para as operações de combate de maior vulto e para as operações de intervenções limitadas.

Focado nessas premissas, fundamentou-se



http://sofrep.com/36837/isis-terror-maneuver/

Estado Islâmico (ISIS): binômio *maneuver and terror* muito bem sucedido.

o conceito das operações no amplo espectro (*full spectrum operations*) no qual a força terrestre combina simultaneamente, no mesmo ambiente operacional, o planejamento e a execução simultânea de operações ofensivas, defensivas, de estabilidade ou de apoio civil.

Dessa forma, as operações ofensivas e defensivas enfocarão a derrota do inimigo em presença, regular, irregular ou a combinação de ambos, no ambiente operacional; ao mesmo tempo em que a força terrestre deverá planejar e executar operações de estabilidade ou de apoio civil, visando produzir uma proteção eficiente e eficaz, uma interação altamente positiva com a população civil não combatente, com as autoridades locais, e as múltiplas agências governamentais e não governamentais, em presença. Há que se ter sempre em mente que, quando em presença de forças irregulares aliadas, um hercúleo esforço deverá ser empreendido visando ao seu efetivo emprego na neutralização das suas coirmãs oponentes, oportunidade em que as forças de operações especiais (FOpEsp) tornam-se indispensáveis. Tudo num controvertido ambiente eminentemente multidisciplinar interagências.

FUTUROS AMBIENTES OPERACIONAIS

No seu mais moderno entendimento doutrinário, um ambiente operacional é o complexo de condições, circunstâncias e influências relacionadas aos fatores da decisão (missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo e considerações civis), que afetam o emprego de forças militares e fundamentam os processos decisórios dos comandantes em todos os escalões.

A consecução dos objetivos nos ambientes operacionais do futuro não dependerá apenas do uso da força letal; mas, também, de quão rapidamente um estado de estabilidade será alcançado, o que caracterizará a pacificação. A morte e a destruição decorrentes das condições do ambiente operacional e do próprio conflito criarão graves crises humanitárias. Devido à alta letalidade e ao longo alcance dos avançados sistemas de armas e à tendência das forças regulares e irregulares, estas inferiores em poder de combate, de operar no seio das populações, a ameaça à integridade dos combatentes e não combatentes será muito maior do que no passado.

Atores estatais e não estatais hostis empregarão toda e qualquer opção política, militar, psicossocial, econômica e cientifico-tecnológica disponível. Além dos ambientes operacionais urbanos e suas periferias, serão principais cenários de sangrentos embates, o espaço cibernético constituir-se-á no cenário de ataques de redes computadorizadas, que, já na atualidade, confirmam sua transnacionalidade, e que poderão, num futuro próximo, atacar qualquer local, a qualquer hora, com significativa probabilidade de sucesso.

Com exceção das cibernéticas, todas as demais operações serão desenvolvidas em meio às populações civis não combatentes e essas populações serão o foco das operações (*populations centric warfare*). E seus resultados serão basicamente avaliados em função de seus efeitos sobre essas comunidades. É a relevância do chamado terreno humano (*human terrain*) maximizando suas exponenciais condições, que não raro sobrepujam as do terreno topotático, sobretudo, nas repercussões originadas de diferenças político-ideológicas, culturais, étnicas e religiosas; tudo contribuindo para uma maior complexidade do ambiente operacional.

Os futuros ambientes operacionais permanecerão extremamente fluidos. Coalizões, alianças, parcerias e os atores protagonistas mudarão constantemente. Operações conjuntas (com componentes de diferentes forças singulares), combinadas (com componentes de diferentes países) e

interagências serão indispensáveis para fazer face a esse complexo espectro de atores. As redes internacionais de notícias, valendo-se de novas tecnologias da informação e das comunicações, serão altamente independentes para acessar os ambientes operacionais, monitorando os diversos eventos, em tempo real, ao vivo e em cores.

O sigilo será difícil de se manter, tornando as operações de segurança e a contrainteligência mais vitais do que nunca. Os centros urbanos densamente povoados e suas periferias tornar-se-ão centros de gravidade e áreas de homizio de potenciais ameaças. Os ambientes operacionais do futuro serão interconectados, dinâmicos e extremamente voláteis.

As operações no amplo espectro envolvem uma contínua interação entre forças amigas e múltiplos grupos numa área operacional. Além do contato com o inimigo e com a população local, a força terrestre terá que gerenciar relações com parceiros multinacionais, autoridades civis, líderes empresariais e outras agências civis governamentais e não governamentais. Esta interação é simples no conceito, porém, extremamente complexa na aplicação. Não raro, inimigos organizados e adversários de diferentes matizes poderão constituir elementos competitivos múltiplos. Autoridades civis estarão num contexto que abrange lideranças político-estratégicas, governantes locais e líderes religiosos.

A população civil, hoje identificada como terreno humano, poderá incluir grupos tribais, étnicos, religiosos e de diferentes origens nacionais. Nesse contexto, a força terrestre deverá estar pronta para conduzir operações de estabilidade, fora do território nacional, ou de apoio civil, dentro dele; ambas conduzidas com muitas similaridades.

O conceito operacional das operações no amplo espectro enfoca muito mais do que a confrontação com elementos hostis. Está, sobretudo, fundamentado nas consequências de as operações serem desencadeadas em meio a populações. Ou seja, o fundamento básico é que não basta derrotar militarmente os oponentes; é impositivo que, simultaneamente, as condições civis sejam formatadas. Assim, as operações ofensivas e defensivas neutralizam o inimigo enquanto as de estabilidade ou de apoio civil formatam as condições de proteção aos civis – cumprimento



Foto: arquivos do autor

6º Batalhão de Infantaria Leve (Aeromóvel) garantindo a ordem em Salvador-BA.

da missão de pacificação. O conceito ganha relevância quando, já na atualidade, está suficientemente demonstrado que vencer as batalhas continua sendo importante, porém, pode não ser decisivo. Para a consecução do sucesso da campanha, tão relevante quanto, torna-se fundamental administrar as considerações civis e os assuntos civis (assuntos de governo), de forma integrada com as organizações civis governamentais e não governamentais, autoridades civis e com as forças multinacionais. Tudo num contexto de cooperação civil militar (*civil-militar co-operation - CIMIC*).

TIPIFICAÇÃO DAS AMEAÇAS

Estados nacionais, atores transnacionais e entidades não estatais continuarão a desafiar e a redefinir a distribuição global do poder, o conceito de soberania e a natureza da guerra. O preparo para gerenciar essas fontes de ameaças demandam o emprego de todos os instrumentos do poder nacional: político, militar, psicossocial, econômico e científico-tecnológico. As ameaças podem ser enquadradas em quatro categorias de desafios: tradicional (*traditional*), irregular (*irregular*), catastrófico (*catasthrophic*) e perturbador (*disruptive*). Embora essa tipificação contribua para orientar as ameaças que a força terrestre terá que enfrentar, na verdade, essas categorias não definem a natureza de um oponente; tendo em vista que potenciais inimigos poderão empregar qualquer uma, ou uma combinação de todas, para a consecução de seus objetivos estratégicos desejados.

As chamadas ameaças tradicionais são oriundas de Estados nacionais que empregam reconhecidas capacitações militares convencionais como formas de confrontação militar e conflito. No passado, os Estados nacionais, como os EUA e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), otimizavam suas forças armadas para fazer face a ameaças dessa natureza. Tendo permanecido como a única superpotência hegemônica, os EUA tornaram-se detentores únicos de uma absoluta preponderância de poder militar convencional e nuclear. Todavia, essa realidade não lhes garante a manutenção de um *status quo*. Suas autoridades de segurança e defesa reconhecem que, uma vez não funcionando a dissuasão, necessário se torna capacitar-se para enfrentar a combinação de um inimigo convencional decisivamente reforçado por forças irregulares.

As ameaças irregulares são aquelas adotadas por um inimigo empregando métodos e meios assimétricos e não convencionais, para fazer face às tradicionais vantagens de um oponente, detentor de um poder de combate significativamente superior. O contendor mais fraco, frequentemente, usa a guerra irregular para exaurir a vontade política do mais forte, por meio de um prolongado conflito não convencional.

A guerra irregular compreende, dentre outras, a insurreição, a guerra de guerrilhas e, sobretudo, o grande flagelo que se constitui, hoje, na maior ameaça à paz e à segurança internacionais – o terrorismo transnacional contemporâneo, que diferentemente do terrorismo clássico da guerra fria deixou de ser um instrumento tático local para transformar-se num instrumento estratégico global de projeção de poder. Iniciativas culturais, informacionais (tecnologia da informação), políticas e econômicas são usualmente empregadas como reforço das ações irregulares. O terror como um fim em si mesmo, fundamento básico da violência extremista, exacerbada pelas conexões com o crime organizado, tudo permeado pela sombra da macabra ameaça dos atentados terroristas suicidas perpetrados por fanáticos muito bem adestrados (*foreign fighters lone wolves*). Não existe mais lugar seguro no mundo!

As ameaças catastróficas envolvem a aquisição, posse e uso das armas químicas,



biológicas, radiológicas, e nucleares (QBRN). Na atualidade, são universalmente identificadas como armas de destruição em massa (*weapons of mass destruction*). A posse de tais meios proporciona ao inimigo a possibilidade de desencadear efeitos súbitos e absurdamente catastróficos. A proliferação dessas tecnologias transformou-se num verdadeiro pesadelo para a maioria dos sistemas de inteligência do mundo ocidental pelo temor de sua posse por organizações terroristas que as ambicionam ostensivamente. Tudo numa realidade bem mais ameaçadora do que no passado. As operações especiais de neutralização dessa proliferação são identificadas como operações de contra proliferação (*counter proliferation – CP*).

As ameaças perturbadoras são aquelas em que um inimigo usa novas tecnologias que, direta ou indiretamente, negam ou reduzem as vantagens do oponente de maior poder de combate, em temas operacionais fundamentais; sobretudo, no que se refere à execução de ataques cibernéticos, tecnologia da informação e ataques com mísseis de diversificadas especificidades.

NATUREZA DO FUTURO CONFLITO

A concepção das operações no amplo espectro preconiza que as ameaças serão altamente adaptáveis aos ambientes operacionais em presença. O inimigo vai caracterizar-se por utilizar uma combinação de forças regulares e irregulares, cujas operações serão mais sofisticadas, empregando táticas convencionais e não convencionais, inclusive, peculiares ao crime organizado; tudo visando a alienar forças legítimas da população, maximizando condições de instabilidade e utilizando todos os meios possíveis para expandir as operações locais. O emprego da tecnologia da informação na divulgação da propaganda, o relevante papel da mídia e a exploração de infraestruturas políticas e sociais serão exploradas ao máximo na consecução de seus objetivos.

Os conflitos do futuro serão desenvolvidos no seio das populações, ao invés de ao seu redor, o que maximiza a relevância das operações conduzidas em ambiente operacional urbano densamente povoado e a permanente preocupação com as considerações civis e o terreno humano. Tais condições impõem uma radical mudança na forma como a força deve ser empregada. O inimigo vai procurar mascarar suas atividades e valer-se dos recursos e áreas de homizio disponíveis, misturando-se à população local. Consequentemente, a luta pelos corações e mentes ganha uma preponderância ímpar, pois sem o apoio da população torna-se impraticável a neutralização das ameaças em presença. A guerra continuará sendo uma batalha de vontades, cuja situação final desejada será o controle da população e seus recursos. As operações psicológicas ganham uma relevância ímpar nesse cenário.

A adoção do conceito das operações no amplo espectro preconiza que as ameaças e, consequentemente, a concepção de emprego da força terrestre sofreu uma significativa mudança, o que impõe que as suas missões e capacitações sejam modificadas. Um aspecto a se ter sempre em mente é que a força terrestre não pode preparar-se para a guerra passada. Indubitavelmente, há um consenso global que, a partir de agora, todas as operações devem ser consideradas como no amplo espectro. Portanto, há que se considerar, impositivamente, a necessidade do preparo e emprego simultâneo das operações ofensivas e defensivas com as operações de estabilidade ou de apoio civil. De acordo com as suas peculiaridades, os ambientes operacionais em presença determinarão que tipo de operação deverá preponderar numa determinada fase, se as ofensivas, as defensivas, ou as de estabilidade ou de apoio civil.

Na verdade, a concepção das operações no amplo espectro tem por objetivo que a força terrestre esteja permanentemente pronta

para operar, eficiente e eficazmente, em todo o espectro de conflitos, desde as crises nas situações de paz estável, até as operações de guerra de alta intensidade, passando pelas intervenções limitadas, operações de paz, e de guerra irregular.

ELEMENTOS DAS OPERAÇÕES NO AMPLO ESPECTRO

O conceito das operações no amplo espectro determina o preparo e o emprego simultâneo ou sucessivo para operações ofensivas, defensivas e de estabilidade ou de apoio civil.

Operações Ofensivas

São as operações de combate conduzidas para derrotar e destruir forças inimigas e garantir o terreno, centros populacionais e seus recursos. Por seu meio, a vontade do comandante é imposta ao inimigo. A experiência tem demonstrado que a ofensiva é o elemento decisivo das operações no amplo espectro. Contra um inimigo capaz e adaptável, as operações ofensivas se constituem no meio mais direto e seguro para a conquista, manutenção e exploração da iniciativa, na consecução de resultados decisivos.

As ameaças irregulares são aquelas adotadas por um inimigo empregando métodos e meios assimétricos e não convencionais, para fazer face às tradicionais vantagens de um oponente, detentor de um poder de combate significativamente superior.

A execução das operações ofensivas pressiona o inimigo a reagir, criando ou revelando suas fraquezas, que podem ser exploradas em sequência. As operações ofensivas, ao colocarem o inimigo na defensiva, criam um ciclo de deterioração que, a curto prazo, poderá levá-lo à desintegração. Exemplo citado no FM 3-0, *Operations*, foi a operação ofensiva desencadeada no início de 2003 (*Iraq Freedom*), que levou, em curto espaço de tempo, as forças iraquianas convencionais ao colapso e à consequente queda do regime *Baathista*, de Saddam Hussein.

No atual contexto das operações no amplo espectro, as operações ofensivas demandam uma acurada inteligência focada no inimigo, no terreno e condições meteorológicas e nas considerações civis (terreno humano). Num cenário caracterizado pela preponderância das ações de contrainsurreição, as operações ofensivas serão fundamentais para a neutralização de santuários de forças irregulares oponentes. Não raro, contrainsurreições demandam a combinação de operações ofensivas e de estabilidade. Um exemplo característico, na atualidade, são as campanhas conduzidas por Israel no sul do Líbano contra o *Hezbollah* e na faixa de Gaza contra o *Hamas*.

As tarefas básicas das operações ofensivas são: marcha para o combate; reconhecimento em força; ataque coordenado; aproveitamento do êxito; e perseguição. Suas finalidades são caracterizadas nas seguintes ações: deslocar, isolar, romper e destruir forças inimigas; conquistar acidentes capitais; negar recursos ao inimigo; desenvolver inteligência; iludir e fintar o inimigo e criar um ambiente seguro para as operações de estabilidade (missão de pacificação). Há que se destacar também, que a principal forma de manobra ofensiva num ambiente operacional não linear e/ou assimétrico, caracterizado pela presença significativa de forças irregulares oponentes, é a infiltração. A experiência vivenciada em diferentes ambientes operacionais

demonstra que a infiltração tem sido muito bem sucedida, inclusive nos escalões grande unidade e unidade.

Operações Defensivas

São as operações de combate conduzidas para derrotar um ataque inimigo, ganhar tempo, economizar forças e desenvolver condições favoráveis para uma ofensiva e para as operações de estabilidade. A defesa por si só, via de regra, não alcança objetivos decisivos. Entretanto, é indispensável na criação de condições que permitam o desencadeamento de uma contraofensiva que possibilitará à força terrestre a retomada da iniciativa. As operações defensivas também possibilitam o estabelecimento de uma proteção que permitirá o desencadeamento das operações de estabilidade, nas melhores condições, possibilitando a manutenção do terreno e o controle da população e seus recursos.

Operações defensivas bem sucedidas devem ser agressivas. Todos os meios devem ser empregados para romper dispositivos inimigos de ataque, isolá-los de seu apoio mútuo, visando a derrotá-los de forma compartimentada. Defensores devem buscar incrementar sua liberdade de manobra, ao mesmo tempo que a negam aos atacantes. Os comandantes defensores devem usar toda oportunidade para atacar, ainda que temporariamente. As ações dinâmicas da defesa (contra-ataques) devem ser exploradas ao máximo. Nesse contexto, na atualidade, emprega-se, com muita propriedade, na defesa de área, a destruição do inimigo pelo fogo em áreas de engajamento (*engagement areas*).

No nível operacional, uma ofensiva inimiga pode compelir forças conjuntas a conduzir operações defensivas de grande porte. Tais operações podem demandar derrotar ou impedir ações ofensivas inimigas através de fronteiras internacionais, neutralizando ataques convencionais ou impedindo a mobilização de um movimento insurgente. Operações defensivas podem ser executadas em qualquer parte da área operacional. Não raro, comandantes, no nível



Foto: arquivos do autor

Emprego de caçador em operação de estabilidade no Haiti.

brigada e até mesmo batalhão, ao fazer face a forças inimigas, em diferentes direções, deverão combinar atitudes (ofensiva e defensiva), repartir meios e dosar esforços nessas direções.

As tarefas básicas das operações defensivas são: defesa em uma ou mais posições (defesa de área e defesa móvel); e movimentos retrógrados (retraimento, ação retardadora e retirada). Fundamentalmente, as finalidades gerais das operações defensivas são caracterizadas pelas seguintes ações: dissuadir ou derrotar operações ofensivas inimigas; ganhar tempo; economizar meios; manter terrenos conquistados; proteger a população, recursos críticos e infraestruturas básicas; e desenvolver inteligência

Operações de Estabilidade

São aquelas que compreendem várias missões, tarefas e atividades militares fora do território nacional (dentro dele, identificam-se como operações de apoio civil), em coordenação com outros instrumentos do poder nacional, visando a manter ou restabelecer um ambiente seguro, prover serviços essenciais governamentais, reconstrução da infraestrutura emergencial e prestar assistência humanitária. Dentro do território nacional, não raro, as únicas operações no amplo espectro a serem executadas serão as de apoio civil.

Operações de estabilidade podem ser conduzidas em apoio a uma nação hospedeira ou a um governo provisório; ou como parte da tarefa imposta por uma organização internacional em Estados nacionais, vivenciando crises e/ou conflitos internos com graves reflexos sobre as populações locais (haja vista a MINUSTAH, no Haiti). Além do estabelecimento de um ambiente operacional seguro, possibilitam estabelecer instituições políticas, legais, sociais e econômicas, bem como asseguram a transição para um regime legítimo de governança local. As operações de estabilidade devem preservar a iniciativa, perseguindo objetivos que neutralizem as causas da instabilidade. Nesse contexto, uma postura ofensiva eminentemente proativa deve preponderar sobre as ações reativas contra as iniciativas hostis. O princípio básico é tomar e manter a iniciativa, o que, via de regra, é missão específica de forças-tarefa letais, integradas por pequenos efetivos, disseminadas por toda a zona de ação.

Indispensável se torna que o estabelecimento da coordenação, integração e sincronização entre elementos da nação hospedeira, outras agências governamentais e as unidades da força terrestre sejam caracterizadas pela transparência e pela credibilidade. A cooperação da nação hospedeira é fundamental; e, nesse contexto, os mandatos legais da força terrestre em presença, conduzindo as operações de estabilidade, devem ter uma ampla divulgação, tanto em nível nacional quanto internacional. O comando responsável, dentro dos limites das operações de segurança, deve manter a população local ciente das técnicas empregadas para prover a segurança e o controle da população e dos recursos.

Ações no terreno reforçadas por mensagens claras e consistentes produzem transparência, a qual reforça a credibilidade. As unidades da força terrestre devem estar perfeitamente orientadas com relação a todas as variáveis do ambiente operacional em presença, particularmente no que se refere ao terreno humano. Nesse contexto, as operações devem ser regidas por regras de engajamento (*rules of engagement*), impositivamente apropriadas ao ambiente operacional e que possibilitem o cumprimento da missão nas melhores condições possíveis, possibilitando a execução das mais diversas tarefas de forma firme, consistente e com o emprego mínimo da força. Tais regras não devem, de forma alguma, contribuir para a redução do poder relativo de combate. Não pode haver dúvidas sobre as capacitações e sobre as intenções da força de estabilidade.



As tarefas primárias de estabilidade são: segurança pública (salvaguarda a população das ameaças interna e externa); controle civil (regula o comportamento e as atividades de indivíduos e grupos); restauração de serviços essenciais (atividade destinada a possibilitar que a população viva com riscos aceitáveis à sua saúde e bem-estar); apoio de governança (exercício das funções de definição de impostos, distribuição do apoio de saúde, manutenção da segurança pública, e normalização do processo de transmissão do poder político em todos os níveis); apoio ao desenvolvimento econômico e restauração das infraestruturas básicas (assistência militar direta ou indireta ao desenvolvimento, a longo termo, das infraestruturas essenciais básicas e à atividade econômica nacional, regional e local).

As finalidades a serem atingidas na execução destas tarefas são: proporcionar um ambiente seguro; assegurar áreas específicas do terreno; prover as necessidades críticas da população; ganhar o apoio para o governo da nação hospedeira; e formatar o ambiente de modo a proporcionar as melhores condições entre o esforço interagências e a nação hospedeira.

PREPARO DOS QUADROS E DA TROPA

O caráter e a competência dos quadros continuam sendo o fundamento básico de uma força terrestre pronta, adestrada e baseada em valores afetivos, particularmente, em ambientes operacionais arriscados, difusos, controversos e altamente complexos.

Os comandantes e a tropa devem estar muito bem adestrados para as operações ofensivas e defensivas. No que se refere às operações de estabilidade ou de apoio civil, devem estar excepcionalmente adestrados nas operações contra forças irregulares: interdição do apoio externo; controle da população e recursos; operações tipo polícia; restauração das infraestruturas básicas e assistência humanitária; e nas operações de combate: contraguerrilha, antiterrorismo e contraterrorismo. O programa de adestramento nos diferentes escalões deve intensificar que tais operações ofensivas, defensivas, de estabilidade e/ou de apoio civil, muito frequentemente, serão planejadas e executadas simultaneamente. Especial atenção deve ser dada ao combate noturno (*combat at night*) e às operações militares em terreno urbano (*military operations in urban terrain*).

Comandantes em todos os níveis devem exercer sua liderança de modo a passar aos seus subordinados a capacitação de desenvolver tarefas, operando isolados ou em grupos. O planejamento centralizado e a execução altamente descentralizada deverão ser cultivados com especial atenção no adestramento. Para tanto, necessário se torna o desenvolvimento da habilidade de estar em condições de exercer um julgamento maduro e tomar a iniciativa sob condições de alto nível de tensão. Mais do que nunca, a Força Terrestre necessita de líderes ágeis e altamente adaptáveis, em todos os escalões, capazes de gerenciar os desafios das operações no amplo espectro, numa era caracterizada por persistentes conflitos irregulares assimétricos. Um simples cabo comandante de esquadra ganhou uma dimensão nova e, hoje, está sendo conhecido internacionalmente como *strategic corporal*, em função das repercussões geopolíticas estratégicas que suas iniciativas positivas ou negativas, transmitidas em tempo real, ao vivo e em cores, podem provocar nacional e internacionalmente.

Tais líderes devem ser: proficientes nas suas competências básicas; flexíveis o suficiente para operar ao longo de todo o espectro de conflitos; capazes de operar com organizações militares e civis num ambiente multinacional, multidisciplinar, interagências, de operações conjuntas e combinadas; capazes de incrementar a capacitação de outras agências, inclusive não governamentais e civis, para atingir seus objetivos; culturalmente astutos e capazes de usar todo o seu conhecimento e entendimento para conduzir operações altamente criativas; corajosos o suficiente para visualizar e

aproveitar oportunidades em ambientes operacionais complexos e desafiadores; e extremamente motivados pelos valores mais anímicos de sua instituição.

Comandantes em todos os níveis são os principais responsáveis para que seus subordinados operem dentro das regras da lei. Nesse contexto, quando em missões internacionais, devem transmitir aos seus subordinados o que regem os tratados e acordos internacionais em presença. Todos os profissionais devem ter em mente que a chamada Lei da Guerra tem como finalidades: proteger tanto os combatentes quanto os não combatentes de sofrimentos desnecessários; salvaguardar os fundamentos básicos dos direitos humanos daqueles indivíduos que venham a se tornar prisioneiros de guerra, feridos, doentes e dos civis não combatentes, em particular; e, assim, facilitar a transição para a paz.

Comandantes em todos os níveis, exercendo sua liderança, devem dominar as técnicas do interrogatório sumário, aplicado a elementos regulares ou irregulares oponentes (a mais valiosa fonte de informações em ambientes operacionais dessa natureza), imediatamente após sua captura. A pressão psicológica a ser aplicada, nessa oportunidade, não pode ser confundida com a exacerbação dos excessos. Uma vez infrutífero o interrogatório sumário, os elementos capturados devem ser encaminhados ao escalão superior.

A RELEVÂNCIA DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (FOpEsp)

"Não seja proativo e você sangrará ferido por mil estocadas!" *Admiral* William McRaven, Cmt do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos (*United States Special Operations Command - USSOCOM*), em depoimento perante a Comissão de Defesa Nacional do Senado dos EUA, em 6 de março de 2012.

Na atualidade, em cenários dessa natureza, seja num teatro de operações (TO), seja num comando conjunto (CCj), além das tradicionais força terrestre, força aérea e força naval componentes, impositiva se torna a ativação de uma força de operações especiais componente. Esta, via de regra, organizará para o combate uma ou mais forças-tarefa conjuntas de operações especiais (FTCjOpEsp). Determinadas situações, inclusive, demandam Forças-Tarefa Combinadas Conjuntas de Operações Especiais (FTCCjOpEsp). As FOpEsp possuem a capacidade singular de cumprir missões, sobreviver e operar, em ambientes longínquos e hostis, com um mínimo de direção e apoio, por meio de ações cobertas, clandestinas e de baixa visibilidade, com elevado valor estratégico. Capacitações ímpares que tornam as FOpEsp responsáveis para impedir que as crises escalem para os conflitos, o que constitui, hoje, sua missão prioritária e que lhes impõem a relevante condução das ações principais a realizar em ambientes operacionais dessa natureza.

As operações especiais possuem três pilares básicos que expressam suas principais capacitações operacionais. São as ações diretas, ações indiretas e o reconhecimento especial. A aproximação direta é caracterizada pela letalidade tecnologicamente precisa das pequenas frações, uma inteligência focada e uma cooperação multidisciplinar interagências integrada num ambiente operacional rede-cêntrico digital. Táticas, técnicas e procedimentos (TTP) eminentemente proativos tornam-se essenciais, o que demanda uma permanente busca pela manutenção da iniciativa. Bem menos conhecida, mas decisiva na sua importância, a aproximação indireta é o elemento fundamental capaz de neutralizar os componentes sistêmicos das ameaças. Para tal, há que se destacar a expertise das forças especiais no que se conhece como domínio humano (*human domain*) - totalidade dos ambientes físico, político, cultural e social dentro de uma área conflitada. Expertise que lhes confere um preparo otimizado para o exercício das ações não convencionais (*unconventional warfare*), desde o estabelecimento

do *rapport,* isto é, a empatia e o clima de confiança na comunicação pessoal estabelecida pelos destacamentos operacionais de forças especiais (DOFEsp) com células constituídas por elementos selecionados da população que integrarão o comando de área a ser estabelecido, até o preparo e emprego de uma força subterrânea (componente sigiloso das forças irregulares, hoje, predominante sobre as forças de guerrilha e de sustentação). Uma cerrada integração e sincronização entre as aproximações direta e indireta constitui-se num fator impositivo para o êxito das operações especiais.

O reconhecimento especial se caracteriza pela ação dos DOFEsp e/ou destacamentos de ações de comandos (DAC) infiltrados em território negado, hostil ou sob controle das ameaças em presença; materializando-se pelas ações cobertas, sigilosas e de baixa visibilidade, tendo como missão principal um complexo e detalhado levantamento de inteligência, identificado como levantamento estratégico de área (LEA), sempre efetuado em proveito do maior escalão em presença. Esse LEA, via de regra, pode ser imediatamente aproveitado na execução de ações diretas sobre um ou mais alvos de alto valor estratégico, destacando-se as lideranças das forças regulares e irregulares inimigas. A integração entre um DOFEsp e um DAC, comum em áreas operacionais de guerra irregular (AOGI), é identificada como destacamento de ação imediata (DAI).

Há que se considerar também outra expertise extremamente valiosa das FOpEsp, que se refere à prevenção e combate ao terrorismo e à violência extremista. Devidamente adestradas nas atividades básicas dessa complexa missão (inteligência, antiterrorismo, contraterrorismo e administração de consequências), as FOpEsp tornam-se um excepcional instrumento das funções de combate – comando e controle, manobra e mobilidade,



Foto: arquivos do autor

Equipe tática contraterrorismo.

e inteligência, para o mais alto escalão em presença. Na atualidade, essa expertise se fundamenta, sobretudo, na concepção (em vigor nos cinco continentes) do contraterrorismo proativo, na qual, há que se neutralizar as células terroristas antes que atinjam os seus objetivos almejados, preferencialmente, ainda na sua área de homizio (*stop terrorists before they strike!*). Essa é uma diretriz globalmente consensual a ser seguida, seja em presença da ameaça de um atentado isolado ou, na pior hipótese, numa sequência de atentados terroristas a serem desencadeados em diferentes sítios, simultaneamente. Este cenário demanda impositivamente o desdobramento de mais de um destacamento contraterrorismo (DCT), no que se identifica como campanha de contraterrorismo. A proatividade exige que as FOpEsp e os elementos de inteligência estejam em perfeita sintonia para que os elementos essenciais de inteligência (EEI) e outras necessidades de inteligência (ONI) sejam eficiente e eficazmente levantados e explorados na neutralização da ameaça terrorista.

Essa expertise se fundamenta, sobretudo, na concepção do contraterrorismo proativo, na qual, há que se neutralizar as células terroristas antes que atinjam os seus objetivos almejados, preferencialmente, ainda na sua área de homizio (*stop terrorists before they strike!*).

CONCLUSÃO: REFLEXOS NO BRASIL

Indubitavelmente, na atualidade, as operações no amplo espectro estão polarizando o preparo e o emprego das forças terrestres, nos cinco continentes. No Brasil, após uma sequência de atividades muito bem conduzidas em termos de planejamento e execução, podemos afirmar que atingimos o estado da arte. Nesse contexto, desde 2012, o Comando da 2ª Divisão de Exército (2ª DE), sediado em São Paulo/SP, a partir de uma pesquisa e um desenvolvimento científico-tecnologicamente construídos, estabeleceu dois tipos de exercícios táticos de adestramento. O primeiro deles, a Operação Poço Preto, de caráter eminentemente preparatório, tinha como objetivo ambientar preliminarmente os quadros e a tropa das suas duas grandes unidades subordinadas – a 11ª Brigada de Infantaria Leve (11ª Bda Inf L), sediada em Campinas/SP, e a 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) [12ª Bda Inf L (Amv)], sediada em Caçapava/SP. O segundo era um exercício tático típico do período de adestramento avançado (PAA), a Operação Agulhas Negras, em que ambas as brigadas subordinadas eram desdobradas no terreno (Vale do Paraíba), e criteriosamente avaliadas no cumprimento de missões típicas das operações no amplo espectro, em cenários irretocáveis altamente realísticos (inclusive com uma entusiasmada participação de organismos estatais, municipais e não governamentais), fundamentados nas hipóteses de emprego (HE) da Concepção Estratégica da Força Terrestre (SIPLEX 4). Essa metodologia foi aplicada por aquele grande comando divisionário às suas duas brigadas subordinadas durante os anos 2012, 2013 e 2014, numa sequência crescente de otimização técnico-profissional, culminando em resultados realmente significativos.

Acrescente-se que após a assinatura de um contrato de objetivos conduzido pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), a Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) foi inserida no projeto, tendo nos

anos de 2013 e 2014, um de seus Batalhões de Infantaria Paraquedista (BI Pqdt) diretamente envolvido, com excelente rendimento. O Comando de Operações Especiais (COEsp) esteve sempre presente nos três anos, pelo menos com um DOFEsp e um DAC, cujas profícuas participações agregaram aspectos altamente positivos em termos de ensinamentos colhidos. O Comando de Aviação do Exército (CAvEx) também esteve sempre presente com um bom número de suas aeronaves de asa rotativa de diferentes matizes. A III Força Aérea (III FAe) também se fez presente com oficiais de seu comando e com suas aeronaves de caça AT-29A Super Tucanos, conceituadas internacionalmente como as mais eficazes aeronaves de ataque contra insurreição do mundo, possibilitando que o realismo dos eventos em presença fosse ainda mais implementado.

No seu PAA dos anos de 2013 e 2014, a Bda Inf Pqdt realizou duas de suas tradicionais Operações Saci, tendo como cenário as operações no amplo espectro, oportunidades em que também contou com a profícua presença de destacamentos do COEsp; de helicópteros do CAvEx; e de aeronaves de lançamento C-130, da V FAe.

Nesse período, há que se reconhecer que o Comando da 2ª DE, as 11ª, 12ª Bda Inf L (Amv), a Bda Inf Pqdt e o COEsp transformaram-se em excepcionais vetores de modernidade para a Força Terrestre, inclusive, porque todos os ensinamentos colhidos pelas diversificadas organizações militares e civis participantes foram criteriosamente compartilhados com a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME) e o COTER, sempre presentes com seus observadores.

Conclusivamente, este projeto foi coroado de êxito, o que mais uma vez demonstrou que, mesmo com uma conjuntura econômico-financeira altamente perversa, os elevados padrões de competência e motivação característicos dos desempenhos dos profissionais integrantes dos nossos diferentes grandes comandos divisionários, grandes unidades e unidades, em todos os níveis, propiciaram um magnífico resultado final.

REFERÊNCIAS

2ª DE, 11ª Bda Inf L, 12ª Bda Inf L (Amv), Bda Inf Pqdt, COEsp, e CAvEx. **Operação Agulhas Negras**. 2012/2013/2014.

Bda Inf Pqdt , COEsp e C AvEx. **Operação Saci**. 2013/2014.

BLABER, Pete. **The Mission, the Men, and Me**. 2013.

HANEY, Eric L. and THOMSEN, Brian M. **Beyond Shock and Awe: Warfare in the 21st Century**. 2012.

HOWE, Paul R. **Leadership and Training for the Fight**. 2009.

MAURER, Kevin. **Gentlemen Bastards: on the Ground in Afghanistan with America's Elite Special Forces**. 2013.

PINHEIRO, Gen Alvaro de Souza. **As Ambiguidades Estratégicas da Violência Extremista e do Conflito Irregular Assimétrico do Século XXI**. Estado-Maior do Exército, Doutrina Militar Terrestre em Revista, 3ª Ed, Jul a Set 2013.

_____ . **Irregular Warfare: Brazil's Fight Against Criminal Urban Guerrillas**. Joint Special Operations University (JSOU) Report 09-8, 2009.

_____ . **Knowing Your Partner: the Evolution of Brazilian Special Operations Forces.** Joint Special Operations University (JSOU) Report 12-7, 2012.

_____ . **Narcoterrorism in Latin America: A Brazilian Perspective.** Joint Special Operations University (JSOU) Report 06-4, 2006.

_____ . **Operacionalizando o Comando e Controle no Combate ao Terrorismo Onze Anos após O9/11; Reflexos no Brasil.** Estado-Maior do Exército, Doutrina Militar Terrestre em Revista, 1ª Ed, Jan a Mar 2013.
SCAHILL, Jeremy. **Dirty Wars: The World is a Battlefield. 2013**.
TOFT, Ivan Arreguín. **How the weak win wars: a Theory of Asymmetric Conflict.** Cambridge Studies in International Relations, 2012.
US ARMY, FM 3-0. **Operations. 2008.**
USA, Chairman of Joint Chiefs of Staff. **Quadrennial Defense Review.** 2014.
YARGER, Harry R. **Building Partner Capacity**. Joint Special Operations University (Jsou) Report 15-1, 2015.

Nota do editor: o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 Operações, 4ª Edição, 2014, aprovado pela Portaria nº 004-EME, de 9 de janeiro de 2014, classifica as operações em OFENSIVAS, DEFENSIVAS, de PACIFICAÇÃO e de APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS.

A NAVEGAÇÃO FLUVIAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Tenente-Coronel Antonio Jorge Meirelles Iunes

O Tenente-Coronel de Intendência Iunes serve no Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA), sediado em Manaus–AM, como chefe da Divisão de Instrução de Embarcações. Foi declarado aspirante a oficial em 1993, tendo concluído o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2002, o de pós-graduação em Docência do Ensino Superior em 2009, o de Coordenação Pedagógica do Centro de Estudo de Pessoal em 2010 e o de pós-graduação em Gestão Logística em 2012. Possui os estágios de Emprego de Embarcações, de Tripulante de Embarcação e de Piloto de Embarcação *Guardian 25*. É oficial de doutrina e lições aprendidas do CECMA e membro do grupo de pesquisa de embarcações da 12ª Região Militar. Foi nomeado instrutor do curso de navegação fluvial do CECMA (miliunes@ibest.com.br).



"Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la." Gen Rodrigo Octávio – Comandante do Grupamento de Elementos de Fronteira, atual Comando Militar da Amazônia, em 1968-1969.

"Navegar é preciso, viver não é preciso." Essa célebre frase foi proferida por volta de 70 a.C pelo General Pompeu, incumbido da missão de transportar o trigo das províncias para a cidade de Roma, quando os romanos viviam ativamente o seu processo de expansão econômica e territorial. Roma se transformava em um império de dimensões continentais e a necessidade de desbravar os mares se colocava como um elemento fundamental para o fortalecimento de uma das mais importantes potências de toda a antiguidade.

Situação geral similar vive a Amazônia brasileira desde seu descobrimento e desbravamento com dimensões também continentais. Os seus rios têm sido a única e eficaz forma de ocupação e desenvolvimento para um vasto território de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados e distante dos grandes centros do poder público do Brasil.

A navegação na Amazônia é facilitada pela disposição natural do relevo e seu clima que permitiram a formação de grandes bacias hídricas com navegabilidade em quase todos os rios e na maior parte do ano. A vocação regional do transporte fluvial remonta à sua própria descoberta e conquista, nos feitos de Francisco de Orellana, em 1535, e de Pedro Teixeira, em 1637, que utilizaram os rios como as estradas do desbravamento.

A área dessa região de dimensão continental equivalente ao território de mais de vinte países da Europa, possui 30% de toda a biodiversidade mundial, além de inúmeras jazidas de minérios o que aumenta a sua importancia econômica para o desenvolvimento nacional, o seu valor estratégico das fronteiras e a cobiça internacional de suas riquezas. Além das dificuldades decorrentes da sua vastidão, do isolamento da área e do combate e controle de ilícitos transnacionais, a relevância do estudo do tema aumenta devido ao crescimento dos efetivos militares na Amazônia legal.

O estudo doutrinário sobre a navegação no Exército Brasileiro (EB) pretende dar ínicio à pesquisa sobre o assunto, apresentando a gama de conhecimentos necessários para a atividade de navegação, suas possibilidades de emprego, a importância da navegação fluvial como atividade tática e logística para o EB e para a região e os fatores que influenciam na construção e no tipo de embarcação.

A LEGISLAÇÃO

Desde a antiguidade é verificada a importância e a complexidade da navegação. Nos dias atuais, com o avanço da tecnologia e da atividade comercial mundial, as relações entre as nações exigem normas internacionais sobre o assunto. Uma das mais importantes, de dimensão mundial, é a Lei do Mar (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar) que em uma parte do seu texto tem importância para o assunto em questão, quando trata dos conceitos básicos de águas interiores, os mares completamente fechados, os lagos e os rios.

Neste mesmo contexto, o Brasil é um Estado signatário de convenções internacionais como o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar (RIPEAM – 72 da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, antecessora da Organização Marítima Internacional) que contém as regras de manobra no mar e águas interiores uma vez que existe um tráfego significativo de embarcações nacionais e internacionais de vários tipos e portes nas calhas dos rios da Amazônia.

Ainda existe a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (em inglês: *Safety of Life at Sea – SOLAS)* da *International Convention for the Safety of Life at Sea*, o mais importante tratado sobre a segurança marítima, a primeira versão da SOLAS foi assinada em 1914, conseqüência direta do acidente com o Titanic. A data da atual é de 1975, ano em que foi profundamente revista. Essa regulamentação é da maior importância particularmente para as embarcações que navegam na área de Belém-PA na Amazônia Oriental. Os equipamentos de salvatagem [1] são importantes para a segurança e a preservação da vida.

Neste contexto, surge uma gama de outras leis e normas que regulamentam as diversas áreas jurídicas, neste caso o foco vai para a navegação em águas interiores, que tem sua regulamentação pela Lei Federal nº 9.537/97, conhecida como a Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (LESTA) na qual pode-se destacar o Art 2º que trata dos conceitos, sendo os seguintes incisos em especial:

> V - Embarcação - qualquer construção, inclusive as plataformas flutuantes e, quando rebocadas, as fixas, sujeita a inscrição na autoridade marítima e suscetível de se locomover na água, por meios próprios ou não, transportando pessoas ou cargas.
>
> XII - Navegação Interior - a realizada em hidrovias interiores, assim considerados rios, lagos, canais, lagoas, baías, angras, enseadas e áreas marítimas consideradas abrigadas.

O Art 4º da mesma lei trata das atribuições da Autoridade Marítima com destaque para alínea a) do iniciso I "habilitação e cadastro dos aquaviários e armadores" e as competências para expedir normas complementares conhecidas como as Normas da Autoridade Marítima (NORMAM).

Além dessa lei, existe a Lei Complementar 97/99, que estabelece também a competência constitucional da Marinha do Brasil (MB), com destaque em seu inciso II do Art. 17 das atribuições subsidiárias particulares da MB "II - prover a segurança da navegação aquaviária" e o Decreto nº 2.596 /98, Regulamentação da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (RLESTA) no inciso II do Art. 1º que divide os aquaviários em grupos "2º Grupo – Fluviários".

Por simples analogia pode-se dizer que a MB, por intermédio da Diretoria de Portos e Costas (DPC), desempenha o papel do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e, por intermédio das Capitanias dos Portos e Delegacias Regionais, a do Departamento de Trânsito (DETRAN).

Descendo a hierarquia legal um pouco mais, o destaque de maior relevância para o estudo está nas Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior (NORMAM-2/DPC) com os conceitos de navegação em águas interiores:

> 1) Navegação Interior 1 - aquela realizada em águas abrigadas, tais como lagos, lagoas, baías, rios e canais, onde normalmente não sejam verificadas ondas com alturas significativas que não apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações (arrais amador, veleiro ou motonauta); e
>
> 2) Navegação Interior 2 - aquela realizada em águas parcialmente abrigadas, onde eventualmente sejam observadas ondas

com alturas significativas e/ou combinações adversas de agentes ambientais, tais como vento, correnteza ou maré, que dificultem o tráfego das embarcações (arrais amador, veleiro ou motonauta).

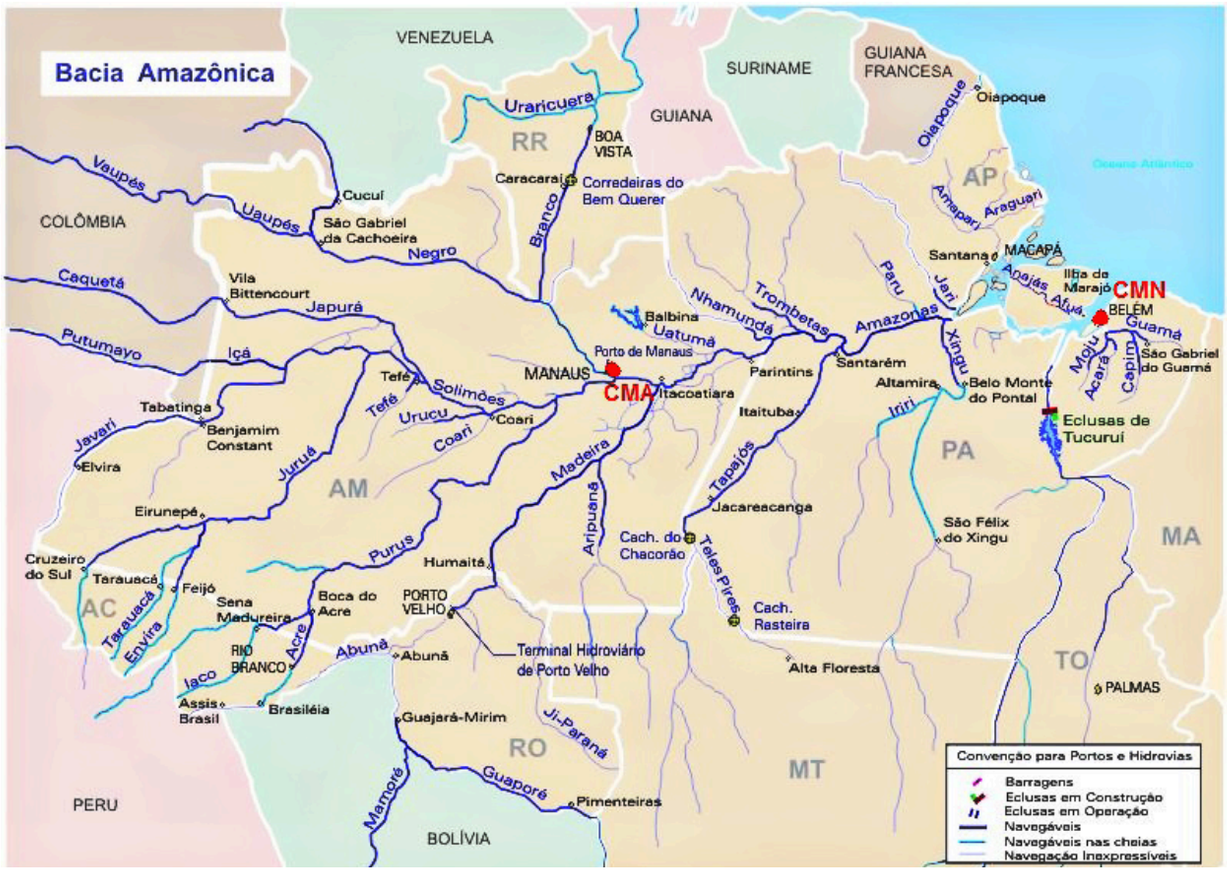
O importante das duas definições anteriores é que ambas vão contribuir para o planejamento na configuração de uma embarcação (arranjo) e seus materiais de segurança (SOLAS), que por conseqüência vão influenciar no emprego tático ou logístico.

Um grande exemplo verifica-se na própria Amazônia legal brasileira. A cidade de Manaus–AM, sede do Comando Militar da Amazônia (CMA), está situada a montante no Rio Amazonas, próxima à confluência dos Rios Negro e Solimões, sem influência das marés oceânicas, em uma área de navegação 1 (abrigada). A cidade de Belém–PA, sede do Comando Militar do Norte (CMN), está situada junto à foz daquele rio no Oceano Atlântico, em uma área de navegação 2 (parcialmente abrigada). Esse fator contribui para o planejamento de diferentes tipos de cascos [2] e seus calados [3].

HABILITAÇÃO E COMPETÊNCIA

As NORMAM 12 tratam do serviço de praticagem como sendo uma atividade exercida pelo prático, que é um profissional habilitado pela MB e que possui o conhecimento das águas em que atua, com especial habilidade na condução de embarcações, devendo estar perfeitamente atualizado com dados sobre a profundidade e a geografia do local, o clima e as informações do tráfego de embarcações. Assessora o comandante na condução segura do navio em áreas de navegação restritas ou sensíveis para o meio ambiente. É também o responsável pelo controle e direcionamento dos rumos de uma embarcação próxima à costa ou em águas interiores desconhecidas do comandante da embarcação. Com sua habilidade e profundo conhecimento local, permite o emprego do navio com máxima segurança dentro dos limites hidrográficos do porto, assegurando a proteção da vida humana, a preservação do meio ambiente aquático, a manutenção da navegabilidade nos canais de acesso e a proteção do patrimônio público ou privado envolvido na manobra, ou seja: navios, rebocadores, lanchas e instalações portuárias. Esse profissional faz um curso ministrado pela MB nos centros de formação da Marinha Mercante para obter essa habilitação.

A Bacia Amazônica ainda não possui



http://www.zonu.com/brazil_maps/Amazon_Basin_Waterways_Map_Brazil_2.htm

cartas náuticas para todas as calhas dos rios, especialmente o Negro, o que dificulta a formação de práticos para aquela região. Surge então a necessidade do prático regional, que é uma atividade ainda não regulamentada pela autoridade naval, pois esse elemento possui um conhecimento empírico dos trechos navegáveis de uma determinada jurisdição. A recomendação da autoridade naval é que o mesmo não conduza a embarcação e tão somente oriente e assessore o pessoal habilitado sobre os perigos nos trechos do rio.

O TERRENO

Analisando alguns dos fatores da decisão para o cumprimento de uma operação militar (missão, inimigo, terreno e meios) pode-se verificar um destaque relevante para o terreno devido à dimensão, ao isolamento, à falta de infraestrutura e à dificuldade de deslocamento. Quanto aos aspectos do terreno, sobressaem-se os cursos d'água, que apresentam características diferentes, sendo classificados pelos geógrafos em três tipos de água: branca, clara e preta.

Os rios de água branca são aqueles cujas cabeceiras encontram-se próximas aos sedimentos andinos, sendo caracterizados por apresentarem um elevado teor de argila em suspensão, visibilidade de 0,1 a 0,5 metros e pH de 6,5 a 7,0. São de água branca os rios Amazonas, Branco, Madeira, Juruá e Purus. Esses rios formam em suas margens uma planície de aluviões recentes, denominada várzea. A coloração barrenta da água vem da terra que esses rios arrancam das margens quando descem (barrancas caídas), que levam grandes quantidades de troncos para os seus leitos, representando um perigo para as embarcações. Além disso, os bancos de área mudam constantemente de posição, dificultando a visibilidade e a marcação em cartas. Essa característica torna necessário o emprego de equipamentos de auxílio à navegação, como ecossondas, pois os sedimentos de argila podem prejudicar o sistema de arrefecimento dos motores de popa.

Os rios de água clara são aqueles que se originam no Planalto Brasileiro ou no Planalto Guianense. Carreiam uma quantidade muito pequena de partículas em suspensão, podem apresentar uma visibilidade superior a 4 metros e o pH de 4,0 a 7,0. São de água clara os rios Xingu, Tapajós e Tocantins. Normalmente são os de mais fácil navegação na maior parte do ano.

É importante ter um tipo de embarcação para cada tipo de necessidade, sendo possível e necessário o emprego conjunto de diferentes embarcações para o comprimento da missão, à semelhança do que ocorre com os carros de combate blindados e os helicópteros.

Os rios de água preta são aqueles originados nos sedimentos arenosos terciários da Amazônia Central. Este tipo de rio caracteriza-se pela água marrom transparente com visibilidade entre 0,5 a 1,5 metros e apresenta um pH entre 3,5 e 4,0 devido à elevada quantidade de ácidos húmicos e fúlvicos em suspensão, que adquirem ao inundar a vegetação. O exemplo mais típico é o rio Negro, que em seu leito também tem grande incidência de pedras que, por segurança, restringem o calado da embarcação. A matéria vegetal em suspensão atrapalha o emprego do hidrojato em alguns rios estreitos.

Além dessas características apresentadas, dentro de cada um desses grupos, os rios possuem relevos diferentes (quantidade e ângulo de curvas), leitos (pedras, troncos, bancos de areia), largura das margens e dos canais de navegação [4] , velocidade da correnteza, fluxo de cheia e vazante, material em suspensão e o pH da água que influencia no processo de corrosão e ciclo de manutenção de embarcação.

Grande parte dessas informações é encontrada nas cartas náuticas, documentos cartográficos resultantes dos levantamentos de áreas oceânicas, mares, baías, rios, canais, lagos, lagoas, ou qualquer outra massa d'água navegável e que se destinam a servir de base à navegação. As cartas náuticas são geralmente construídas na Projeção de Mercator [5] e representam os acidentes terrestres e submarinos, fornecendo informações sobre profundidades, perigos à navegação (bancos, pedras submersas ou qualquer outro obstáculo à navegação), natureza do fundo, fundeadouros e áreas de fundeio, auxílios à navegação (faróis, faroletes, bóias, balizas, luzes de alinhamento, radiofaróis, etc.), altitudes e pontos notáveis aos navegantes, linha de costa e de contorno das ilhas, elementos de marés, correntes e magnetismo e outras indicações necessárias à segurança da navegação.

À Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), na qualidade de serviço hidrográfico brasileiro, cabe manter atualizadas, por meio do Centro de Hidrografia da Marinha, todas as cartas náuticas em águas jurisdicionais brasileiras.

As normas técnicas para construção das cartas náuticas correspondem às especificações de cartas internacionais da Organização Hídrica Internacional (OHI). Essas especificações foram aprovadas na XII Conferência Hidrográfica Internacional, em 1982 e funcionam como guia básico para a construção de todas as cartas náuticas, pelos países membros da OHI.

Todo esse conjunto de informações anteriores também deverá ser considerado para o processo de planejamento da construção de uma embarcação tática ou logística e seu emprego em operação, uma vez que o rio restringe o tamanho e a capacidade da mesma. É importante ter um tipo de embarcação para cada tipo de necessidade, sendo possível e necessário o emprego conjunto de diferentes embarcações para o comprimento da missão,



Foto: arquivos do autor

Módulo logístico, composto de balsa frigorificada, balsa aberta e empurrador.

à semelhança do que ocorre com os carros de combate blindados (rodas e lagartas) e os helicópteros.

A DOUTRINA

A tradição de emprego doutrinário do EB classifica, na maior parte dos manuais, um curso d'água como um obstáculo a ser transposto pela tropa, a pé ou motorizada, durante o seu deslocamento, ficando essa transposição a cargo da arma de engenharia no sistema proteção, mobilidade e contra mobilidade. Como mencionado anteriormente, os cursos d'água na Amazônia são vias de acesso e de transporte de grande quantidade de carga para as diferentes áreas do seu território. Tal característica do sistema logístico, relacionada à atividade de transporte, seja de carga ou passageiros, torna o rio a estrada principal de suprimento (EPS).

O abastecimento de suprimento de diversas classes [6] e o recompletamento de pessoal (soldados) das brigadas de infantaria de selva (Bda Inf Sl) de São Gabriel da Cachoeira-AM (2ª Bda Inf Sl) e Tefé-AM (16ª Bda Inf Sl) e de suprimento para a de Porto Velho – RO (17ª Bda Inf Sl) já é feito assim, sob coordenação da 12ª Região Militar (12ª RM) e execução do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA) e da 16ª Base Logística (16ª Ba Log) e, na área do CMN pelo 8º Depósito de Suprimento (8º D Sup). Esse tipo de atividade já vem se desenvolvendo regularmente há mais de 45 anos, sendo o principal fator de sucesso na ocupação da fronteira da Amazônia Ocidental nas últimas décadas. Os valorosos militares que realizam essa atividade navegam dias sem contato com a civilização e longe de suas famílias, enfrentando grandes dificuldades para levar o sustento aos combatentes e seus dependentes na faixa de fronteira.

Entre os anos de 1950 e 1969, a atividade de transporte fluvial foi realizada por um pelotão de transporte fluvial do Grupamento de Elementos de Fronteira, que apoiava cerca de pouco mais de 3.000 pessoas, entre militares e seus dependentes, espalhados do Acre até Roraima, sendo criado pela necessidade de um apoio regular e confiável às tropas da fronteira, o que não ocorria antes de 1950 quando a atividade era terceirizada.

As tripulações eram formadas por militares do EB que faziam diferentes cursos na MB, conforme a necessidade de recompletamento dos claros. O material era cedido tanto pela MB como adquirido com o seu apoio. Nesse período a maior atenção foi dada à atividade logística. Dentre os poucos estudos realizados sobre as embarcações táticas, destacam-se a embarcação patrulha de grupo (EPG) e de esquadra (EPE). Hoje esta mesma região conta com mais de 20.000 pessoas entre militares e seus dependentes.

O aumento da importância estratégica da região no contexto nacional e internacional (recursos e potencial) e o aumento dos crimes transnacionais (drogas, armas e contrabandos) despertaram novamente os estudos e pesquisas sob o tipo e emprego de embarcações táticas para as diferentes missões.

A velocidade desejada de cruzeiro e de interceptação, capacidade de carga ou de passageiros, ângulo e velocidade de manobra com a interferência dos ventos e correntes, nível de blindagem e armamento e o custo de aquisição ou construção e de manutenção influenciarão nas quantidades a serem adquiridas e na constituição dos módulos



Foto: arquivos do autor

Comboio logístico para Tabatinga – AM, em 1962.

táticos e logísticos.

A concepção de uma embarcação se assemelha à de um blindado ou de um helicóptero, pois ela é um conjunto de sistemas, tais como: sistema de equipamentos de auxílio à navegação (*GPS*, radar, ecossonda); sistema de comunicações internas e externas, sendo estas abertas (VHF - obrigatória para segurança da navegação) ou criptografadas (uso militar); sistema de propulsão (velocidade de cruzeiro); sistema de governo (manobra); acomodação interna (dormitórios e local para alimentação da tropa); blindagem; conjunto energético (banco de baterias ou geradores); capacidade de transporte e outros.

No início do século XXI (2004) recomeçaram os estudos doutrinários de embarcações táticas com a *Combat Boat 90 (*CB90*)* de fabricação sueca que possuía excelente desempenho nos requisitos manobrabilidade, velocidade, planeio, blindagem, comunicações, conforto da tropa, poder de fogo entre outros. Como desvantagem, a CB90 apresentava o custo de aquisição (por volta de R$ 4.000.000,00) e de manutenção muito elevados, havendo necessidade de treinamento de mecânicos especializados. Essa embarcação tinha a limitação de não poder navegar em locais com grande concentração de material em suspensão (folhas e galhos), que prejudicava a turbina do hidrojato e entupia o sistema de arrefecimento do motor causando a perda da potência e danos ao sistema de propulsão. A viabilidade de transportar e manutenir uma embarcação desse tipo para um pelotão especial de fronteira era questionável.

Os estudos continuaram a ganhar importância com a aquisição da embarcação *Guardian* 25, de fabricação norte americana, em 2010; os testes da *River Patrol Boat* (RPB), também de fabricação norte americana, em 2012; a aquisição da Lancha de Patrulha de Rios (LPR 40), de fabricação colombiana, pelo Ministério da Defesa, em 2013; os testes de uma embarcação de casco de polímero de alta densidade (PAD), em 2013; os testes do bote pneumático tático da fábrica espanhola Zodiac, em 2014; e os testes de uma embarcação híbrida da empresa neozelandesa *Sea Legs*, em 2014. Tudo isso serviu para colher informações e experiências que afirmam a necessidade de aprofundar os estudos e da combinação de tipos diferentes de embarcação para a constituição do módulo tático para organizações militares de diferentes escalões e natureza.

A pesquisa sobre o melhor tipo de embarcações está longe de ser concluída, pois, como dito anteriormente, vários são os fatores que limitam ou direcionam a fabricação das mesmas, com destaque para o terreno e o emprego ao qual se destinam.

A finalidade é que vai realmente determinar a embarcação mais apropriada para cada tipo de missão. A combinação em diferentes tipos e quantidades de embarcações vai definir as possibilidades da tropa a ser empregada. Exemplos simples já foram colhidos quando foi verificado o emprego da *Guardian 25* em patrulha de rios e interceptação de outras embarcações no combate aos ilícitos na faixa de fronteira, bem como o seu emprego no transporte de uma esquadra sem proteção blindada. Quanto à proteção e capacidade de transporte, a *RPB* possui blindagem lateral e capacidade para transportar um grupo de combate. A *CB 90* possui blindagem total e capacidade para quase um pelotão no assalto. Ambas são muito pesadas, dificultando o transporte aéreo com os meios atuais, além do custo e da dificuldade de manutenção em regiões isoladas. São mais apropriadas para o embarque e desembarque protegidos de tropa em região de praia ou margens com pouca cobertura vegetal do que para manobrar nos rios com grande quantidade de material em suspensão devido à limitação já mencionada.

As embarcações táticas são dotadas de um poder de fogo relativamente satisfatório, mas o tiro tenso de um armamento automático gera uma energia oposta ao disparo ("coice") que movimenta a embarcação, gerando a instabilidade do próximo disparo e refletindo no número de acertos no alvo. Uma forma não definitiva encontrada pelos militares do CECMA para compensar esta característica é o uso da velocidade avante, que ajuda minimizar essa ação quando um armamento pesado, como a metralhadora .50, for instalado na proa (frente) de uma embarcação leve e pequena. Nas embarcações mais pesadas como a *CB90* e a *LPR 40* o efeito é menor o que as torna mais apropriadas para um apoio de fogo devido à sua blindagem e flexibilidade de manobra (saída da posição) quando gira no próprio eixo usando os hidrojatos, desde que a largura do rio permita esse tipo de manobra.

O assunto embarcações táticas ainda está em estudo na Divisão de Instrução de Embarcações do CECMA, pois o referencial teórico de emprego são manuais e cadernos de instrução antigos, que apresentam conflitos na forma de uso de uma embarcação devido à defasagem em relação à atual tecnologia disponível. A consequência direta está em não permitir atender todos os requisitos desejados para o emprego de um único tipo de embarcação.

Um exemplo é a embarcação base de pelotão (EBP) que, segundo a teoria doutrinária contida nos documentos anteriormente citados, para atender todos os requisitos solicitados, tais como blindagem, armamento, comunicações, apoio de rancho, saúde, manutenção, capacidade de transporte das diferentes classes de suprimento para apoiar 35 homens (só o pelotão) em um período de operação de 30 dias sem reabastecimento necessita transportar mais de 22 toneladas de combustível (Cl III), apenas para a embarcação base, além das outras classes de suprimento. Deve ser levado em consideração que embarcações de calado superior a 1,5m terão dificuldades em navegar nos rios de pouca profundidade ou em períodos de seca.

Os estudos encontram dificuldades para dimensionar a melhor EPG.

A LPR 40 colombiana foi projetada para patrulhamento de rios e transporte eventual de tropa para se apossar de uma praia, pois as escotilhas são estreitas e a altura de desembarque e embarque é superior a um metro o que atrapalha o fuzileiro de selva, devido ao tamanho e ao peso da mochila.

Os estudos já mostraram de modo geral que o emprego da *Guardian 25* como sendo um grande avanço tecnológico, pois saiu da EPG e EPE (século XX) e avançou para um novo conceito de patrulhamento e vigilância da faixa de fronteira a um custo e uma calda logística (licitações) de manutenção razoável e plausível para as unidades militares isoladas da fronteira, além de um poder de fogo, manobra e velocidade muito boa. Nem todos os problemas estão resolvidos, falta ainda a proteção blindada e a capacidade de transportar mais combatentes, que poderá ser amenizada com o emprego de outro tipo de embarcação em conjunto quando a missão for a realização de um assalto empregando uma fração superior a dois grupos de combate que utilizam quatro *Guardian 25*.

A pesquisa sobre o melhor tipo de embarcações está longe de ser concluída, pois, como dito anteriormente, vários são os fatores que limitam ou direcionam a fabricação das mesmas, com destaque para o terreno e o emprego ao qual se destinam. A capacitação de pessoal deve ser também uma preocupação para não incidir na imperícia [7] , imprudência [8] e negligência [9] . A atividade está em constante crescimento também no meio civil, o que aumenta o risco de acidentes mesmo em rios largos, devido ao fato de as embarcações pequenas transitarem próximo às margens por motivo de segurança na navegação.

CONCLUSÃO

As pesquisas sob o assunto analisam o potencial de todos os tipos de embarcações, bem como suas limitações e capacidades, sugerindo aos fabricantes mudanças para

atender a demandas da Força Terrestre. A conjuntura econômica deve ser levada em consideração, uma vez que o custo de aquisição e a cauda logística são fatores que fazem parte do planejamento.

Os estudos da melhor embarcação tática, assim como os rios da Amazônia, são longos, cheios de surpresas e curvas. O esforço dos comandos do CMA e da 12ª RM junto ao CECMA já levantou uma série de informações e requisitos, que ajudam no processo de pesquisa, mas ainda falta muito a ser feito sobre o assunto. As possibilidades de cada tipo de embarcação são limitadas principalmente pelo terreno, que com as dimensões continentais da região, possui características das mais diversas que deverão ser levadas em consideração.

A navegação do Exército Brasileiro de hoje é similar à do passado em desbravar, manter e desenvolver esse grande patrimônio de todos os brasileiros, sendo uma verdadeira missão de grandeza navegar pelos rios desta Amazônia!

Embarcações avaliadas pelo CECMA

Embarcação hibrida Sea Legs



Embarcação LPR



Bote pneumático Zodiac



CECMA

Embarcação RPB



Embarcação de casco (PDA)



Embarcação CB 90



NOTAS

[1] Salvatagem é um conjunto de medidas de resgate e manutenção da vida após um desastre. O objetivo é minimizar ou evitar que acidentes em embarcações tenham vítimas fatais.
[2] Casco do navio é o invólucro exterior de qualquer embarcação. Da sua estanquicidade depende a flutuabilidade do navio, ou seja, caso haja algum problema com a sua estanquicidade o navio corre risco de afundar.
[3] Calado é a designação dada à profundidade a que se encontra o ponto mais baixo da quilha de uma embarcação, em relação à linha d'água (superfície da água).
[4] Canal de navegação é um "caminho" na água, que se encontra balizado por forma a criar um esquema de separação de tráfego que garanta a segurança da navegação
[5] Projeção de Mercator é um tipo de projeção cilíndrica do globo terrestre. Nessa projeção, os meridianos são planificados na forma de linhas retas paralelas verticais que são horizontalmente equidistantes, ao passo que os paralelos são planificados na forma de linhas retas paralelas horizontais de modo que a distância vertical entre dois paralelos sucessivos é tão menor quanto mais próximos esses paralelos estiverem da linha do equador.
[6] Classes de suprimento divisão numérica (romano) de I a X para reunir e denominar os diferentes tipos de materiais em subgrupos com emprego ou características similares.
[7] Imperícia é a incapacidade, a falta de habilidade específica para a realização de uma atividade técnica ou científica, não levando o agente em consideração o que sabe ou deveria saber.
[8] Imprudência é um comportamento de precipitação, de falta de cuidados. Consiste na violação das regras de condutas ensinadas pela experiência. É o atuar sem precaução, precipitado, imponderado. Há sempre um comportamento positivo. É a chamada culpa in faciendo. Uma característica fundamental da imprudência é que nela a culpa se desenvolve paralelamente à ação. Deste modo, enquanto o agente pratica a conduta comissiva, vai ocorrendo simultaneamente a imprudência.
[9] Negligência (do latim negligentia) é o termo que designa falta de cuidado ou de aplicação numa determinada situação, tarefa ou ocorrência. É frequentemente utilizado como sinônimo dos termos descuido, incúria, desleixo, desmazelo ou preguiça.

REFERÊNCIAS

Amazônia. **Prêmio Márcio Ayres para jovens Naturalistas**. Disponível em <http://marte.museu-goeldi.br/marcioayres/index.php?option=com_content&view= article&id=7&Itemid=8> acessado em 01 JUN 15.
Amazônia Legal. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Amaz%C3%B4nia _Legal> acessado em 01 JUN 15.
Aula sobre **Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM)** Disponível em <http://pt.slideshare.net/otamar55/ripeam-15536> acessado em 01 JUN 15.
Brasil, Lei nº 8.617, de 4 de janeiro 1993 - **Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros**. Brasília, DF, 1993.
_____, Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 - **Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional**. Brasília, DF, 1997.
_____, Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Brasília, DF, 1999.
_____, Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998. - Regulamenta a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 - **Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional**. Brasília, DF, 1998.
Marinha do Brasil, Diretoria de Portos e Costas, **Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar** (RIPEAM – 72), incorporando as emendas de 1981, 1987, 1989, 1993 e 2001. Rio de Janeiro, RJ, 2001.
_____, Diretoria de Portos e Costas, **Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior** (NORMAM – 02). Rio de Janeiro, RJ, 2005.
_____, Diretoria de Portos e Costas, **Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem** (NORMAM – 12). Rio de Janeiro, RJ, 2011.
Guia do Estudante. Disponivel em <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/francisco-orellana-conquistador-amazonas-735039.shtml> acessado em 01 JUN 15.
Radio Verde Amazônia. Disponível em <http://www.verdeamazonia.com.br/ index.php/destaque.php?id=81> acessado em 01 JUN 15.

UMA EXPERIÊNCIA DA CAVALARIA MECANIZADA NO COMPLEXO DA MARÉ

Capitão Márcio Evandro Rohling

O Capitão de Cavalaria Rohling é o oficial operações do 19º Regimento de Cavalaria Mecanizado, sediado em Santa Rosa – RS. Pertence à turma de 2002 da Academia Militar das Agulhas Negras. Participou da Operação São Francisco II, no período de 1º de junho a 31 de julho de 2014, como comandante do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado da Força de Pacificação Niederauer, constituída pela 6ª Brigada de Infantaria Blindada. Após essa missão, comandou o Esquadrão de Cavalaria do 21º Contingente do Batalhão Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), entre os meses de dezembro de 2014 e maio de 2015 (rohling2011@gmail.com).



O emprego do Exército Brasileiro (EB) em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) tem sido uma constante na história da nossa nação [1]. Embora o emprego desse recurso para a manutenção da segurança pública seja controverso, a atuação das forças armadas nessas situações, em especial no Rio de Janeiro, tem trazido importantes considerações e ensinamentos válidos para o aprimoramento da doutrina militar terrestre. Este artigo aborda algumas experiências e aprendizados colhidos durante o período em que o autor participou da Operação São Francisco II no Complexo da Maré, a partir do mês de junho de 2014, tendo como foco específico o emprego do esquadrão de cavalaria mecanizado (Esqd C Mec) oriundo da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (1ª Bda C Mec) [2]. As conclusões indicam que o sucesso na aplicação do poder militar terrestre, em uma operação de apoio a órgãos governamentais como essa, impõe que a tropa seja capaz de rapidamente adaptar-se ao *modus operandi* dos agentes perturbadores da ordem pública (APOP) em presença. Nesse mister, o destaque recai sobre a capacidade de rápido processamento das observações e informações coletadas durante a operação – atividades inerentes ao emprego de tropa de cavalaria.

O ENQUADRAMENTO DO ESQD C MEC NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO

"Lamento a morte de inocentes e até de marginais. É uma situação ainda desse Rio de Janeiro que queremos pacificar. A Maré será a próxima pacificação" Governador Sérgio Cabral [3].

Em julho de 2013, confirmou o governador do Rio, Sérgio Cabral, que a próxima região da capital carioca a receber uma unidade de polícia pacificadora (UPP) seria o Complexo da Maré, na zona norte da cidade [4]. Em meados de fevereiro de 2014, unidades e policiais militares da chamada polícia pacificadora do Estado passaram a ser atacados com armamentos diversos, inclusive granadas de mão. As investigações indicaram que a ordem partira da facção Comando Vermelho, ligada ao tráfico de drogas e baseada, entre outros locais, em duas comunidades da Maré. Em razão dessa onda de violência, o secretário de segurança do Rio Janeiro de Janeiro, José Mariano Beltrame, anunciou, na tarde do dia 24 do mesmo mês, que o Estado iria ocupar o conjunto de favelas da Maré e, em seguida, transferir as operações ao Exército. "A Maré é um grande território de dominação do tráfico de drogas. A nossa resposta é fazer com o que o tráfico perca cada vez mais território. É mostrar para o tráfico que o estado tem força" Secretário José Maria Beltrame [5].

Novos enfrentamentos ocorreram em março, desta vez em diversos pontos da cidade, incluindo ataques dirigidos à UPP [6].



No dia 21 de março de 2014, o Governador Cabral solicitou apoio do Governo Federal no sentido de empregar as Forças Armadas em apoio às ações dos órgãos de segurança pública (OSP), à semelhança do que fora executado entre 2010 e 2012, no Complexo do Alemão, quando foi desencadeada a chamada Operação Arcanjo [7].

Já em 24 de março, representantes do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça, da Secretaria de Segurança Pública Estadual, do Comando Militar do Leste, que recebia apoio do Comando de Operações Terrestres, entre outras autoridades reuniram-se para iniciar o planejamento para o emprego do EB em apoio aos OSP em operações de GLO no Complexo da Maré [8].

No início do mês de abril, foi desencadeada a Operação São Francisco I, com a missão de restabelecer a lei e a ordem, bem como assegurar aos moradores da Maré o pleno exercício da cidadania. A missão foi atribuída à Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) e ao Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) da Marinha do Brasil (MB), que atuariam com apoio de uma companhia da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e representações de diferentes órgãos de segurança pública, atuando de forma integrada às tropas federais.

A participação do Esqd C Mec da 1ª Bda C Mec só viria a se concretizar a partir de maio de 2014, como parte do contingente que substituiu a Bda Inf Pqdt. Vindo de sua concentração em Santa Maria-RS, a Força de Pacificação Niederauer (F Pac Niederauer), comandada pelo General de Brigada Comandante da 6ª Brigada de Infantaria



Foto: Cap William, do 1º RCMec

Vista do bairro Nova Holanda.



Foto: Cap William, do 1º RCMec

Um militar guarnecendo um posto de observação.

Blindada, assumiu a responsabilidade de conduzir as operações no Complexo da Maré, a partir de maio [9].

Essa força, que integrou a Operação São Francisco II, contou com uma organização mista, que incluiu militares de unidades do Comando Militar do Sul (CMS) e do Comando Militar do Leste (CML) [10]. O Esqd C Mec que a integrou foi constituído de dois Pelotões (Pel) C Mec e um Pel de Infantaria Mecanizado (Pel Inf Mec) do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado (33º BI Mec), de Cascavel-PR, dotado de viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) Guarani, sob o comando deste autor [11]. Também foram incorporadas equipes de inteligência, comunicação social, operações de apoio à informação e uma seção de assuntos civis ao efetivo da F Pac Niederauer.

A PMERJ participou com um Comando de Polícia Militar e o 22° Batalhão de Polícia Militar (22º BPM) [12]. A atuação isolada de pessoal deste último foi restringida, em função dos imperativos de coordenação e controle que essa forma de atuação demandava. A mesma regra foi aplicada à atuação de quaisquer elementos não integrantes da Força, pela mesma razão [13].

O AMBIENTE OPERACIONAL

O Complexo da Maré é um conjunto de dezesseis comunidades de moradores, formado por ruelas, becos e construções apinhadas, com acabamento e infraestrutura precários, que foram sendo erguidas em meio a pequenas ilhas e manguezais à margem da baía de Guanabara, a partir dos anos 1940. Famílias desalojadas por obras urbanísticas e viárias no centro da cidade do Rio de Janeiro passaram a construir casas sobre palafitas naquele local, vivendo, sobretudo, da pesca.

A região foi sendo paulatinamente aterrada, com rejeitos de obras e entulho transportado de outros pontos da cidade por caminhões do serviço público. Hoje, a Maré abriga cerca de cento e trinta mil pessoas e é considerada o maior complexo de favelas da capital carioca. É também uma das áreas

mais pobres da cidade. Em 2010, o índice de desenvolvimento humano (IDH) da região foi o 123º colocado, entre as 126 áreas administrativas do Rio [14].

A Maré fica localizada próxima às três principais vias expressas da cidade: a Avenida Brasil, a Linha Amarela e a Linha Vermelha, rotas obrigatórias para o aeroporto internacional Tom Jobim, para a cidade de São Paulo e para as zonas norte, oeste e sul da cidade.

Presentes na área os grupos criminosos Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando Puro (TCP) e milícias [15]. Esses grupos criminosos são constituídos, na sua maioria, por jovens do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 35 anos. Muitas crianças e mulheres, inclusive grávidas, estão envolvidas diretamente com o tráfico – são olheiros, mensageiros, "fogueteiros" e vendedores de droga. Algumas delas participavam dos enfrentamentos. As armas utilizadas contra a tropa por esses grupos variaram desde pistolas e fuzis de diversos calibres até pedras, tijolos, garrafas, fogos de artifício, estilingues. Foram identificadas, também, simulacros de armas feitas com canos de PVC e armas de pressão que utilizam projéteis plásticos não letais, que se assemelham a fuzil verdadeiros, conhecidos como *airsoft*.

Normalmente, a questão logística é coordenada pelo subcomandante da subunidade, mas as demandas relacionadas ao preparo da tropa e a complexidade de tarefas a executar com o planejamento e coordenação das operações recomendaram manter esse militar dedicado exclusivamente a essas atribuições.

AS FRAÇÕES DE EMPREGO DO ESQUADRÃO

Sem dúvida a subunidade mais atípica dentre todas que foram empregadas no Complexo da Maré, o Esqd C Mec da F Pac foi organizado de modo distinto de uma subunidade de cavalaria do EB.

Antes de embarcar para o Rio de Janeiro, a diretriz de preparo da F Pac Niederauer determinou que o Esqd C Mec adestrasse seu efetivo para atuar nas operações de pacificação nos meses de junho e julho, designando oficiais e sargentos para realizarem o estágio no Centro de Instrução de Garantia da Lei e da Ordem (CIGLO) e alguns de seus militares para o estágio de moto patrulhamento.

Apesar de ter três pelotões inicialmente previstos, o Esqd C Mec acabou atuando apenas com os dois Pel C Mec, pois no curso das operações houve a decisão de passar o Pel Inf Mec à Força-Tarefa 29º Batalhão de Infantaria Blindado (FT 29º BIB). Contudo, durante algumas tarefas no transcorrer da missão, esse Pel Inf Mec atuou em conjunto com o Esqd, principalmente na execução de operações de cerco.

O efetivo previsto de cada pelotão era de quarenta e três homens, distribuídos em um grupo de comando, um grupo de patrulha leve, um grupo de patrulha mecanizado e um grupo de motociclistas.

Estabelecer a função de oficial de logística da subunidade foi uma solicitação acertada e aceita pelo comando da F Pac, diante da necessidade de deslocar um militar para dar início aos preparativos do recebimento dos equipamentos, armamentos, viaturas e outros meios na Base de Apoio Logístico do Exército, além de verificar as acomodações da tropa nas instalações do 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (15º R C Mec) [16].

Normalmente, a questão logística é coordenada pelo subcomandante da subunidade, mas as demandas relacionadas ao preparo da tropa (instrução e treinamento) e a complexidade de tarefas a executar com o planejamento e coordenação das operações recomendaram manter esse militar dedicado exclusivamente a essas atribuições [17].

O esquadrão deslocou-se para seu setor

no Complexo da Maré, ocupando a sua base no Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica (CTLA). Em função da quantidade de viaturas recebidas, os pelotões foram reorganizados com uma constituição de quatro grupos de patrulha (G Pa) e uma seção de motos (três motos guarnecidas por seis patrulheiros), os quais passaram a ser empregados de duas formas, de acordo com a situação. Durante o dia, atuavam com as seções de moto e de patrulhamento (3 viaturas Marruá Cargo). À noite, o patrulhamento era prioritariamente mecanizado (2 viaturas EE-11 Urutu), com apoio das seções de moto e as viaturas Marruá Cargo.

O APRESTAMENTO

Para esse tipo de missão, os pelotões precisaram realizar uma série de treinamentos específicos, incluindo módulos de tiro e adaptações de seus procedimentos em função das alterações no efetivo e na organização.

O equipamento individual adquirido foi distribuído e passou a dotar todos os militares – capacete e colete balísticos, óculos de proteção, poncho, porta-rádio, coldre, colete tático, bornal de perna, porta carregador de fuzil e porta granada, joelheiras e cotoveleiras. Os equipamentos individuais fornecidos pela cadeia de suprimento atenderam bem às necessidades da missão, tendo sido necessário apenas substituir o coldre original do colete tático por um de peito, mais prático, ante o constante embarcar e desembarcar das tropas e do pouco espaço nas viaturas para acessórios presos à perna, principalmente do Urutu.

A tropa conduziu tanto seu armamento letal (primário e secundário), quanto o menos



Foto: Cap William, do 1º BPChq

Viatura Marruá com o adesivo do "disque-pacificação".

letal, com as respectivas munições [18]. De acordo com a missão, os G Pa tinham no mínimo dois armamentos menos letais e um kit de primeiros socorros confeccionado pelas próprias frações. Houve grande demanda de munição menos letal, o que levou à necessidade de pronto ressuprimento pelo Destacamento Logístico da F Pac.

No tocante às viaturas, a Marruá Cargo foi adaptada, com a remoção do toldo da carroceria para facilitar a observação e permitir que a tropa pudesse prover segurança nos 360º em torno da viatura e também para cima, uma vez que a maioria das ameaças contra a tropa vinha de lajes das edificações de três andares ou mais, abundantes na comunidade. As portas dianteiras da viatura também foram removidas, para facilitar o rápido desembarque do chefe da viatura e do motorista.

O equipamento de comunicações empregado permitiu um alcance pleno de toda a área de operações, com transmissão segura da fonia, impedindo qualquer forma de interceptação [19].

O comandante de pelotão recebeu um celular funcional com o aplicativo Pacificador, um programa desenvolvido pelo EB para celulares com sistema operacional *Android*, que funciona como um receptor/transmissor integrado com toda a F Pac, permitindo ao escalão superior conhecer as coordenadas geográficas de todas as patrulhas, em tempo real.

Outros aplicativos para celular provaram ser muito úteis, tais como o Sinesp (aplicativo do governo federal que permite checar em tempo real a ficha criminal de qualquer indivíduo que tenha registro nacional), o *Whatsapp* (aplicativo usado como meio alternativo para o disque-denúncia, cujo número ficava afixado na tampa traseira da viatura Marruá), o *Google Earth* e o *Waze*, que foi amplamente utilizado por comandantes de pelotões e adjuntos [20].

Embora a maioria desses aplicativos não seja de uso militar, não podíamos desprezar o seu valor e utilidade para a missão que



Foto: Cap William, do 1º RCMec

Um grupo de patrulha atuando em um posto fixo

executávamos – até porque os grupos criminosos os têm usado de forma ampla, como foi constatado durante a operação.

EMPREGO CENTRALIZADO

Os G Pa possuíam praticamente a mesma composição dos grupos de combate da organização dos RC e BI. Com dez homens, o G Pa tinha um comandante, um motorista e duas esquadras com quatro homens cada (o atirador da metralhadora do Urutu é suprimido para esse tipo de missão). A diferença estava na forma como eram empregados e no armamento que conduziam para as missões.

A diretriz inicial previa que o efetivo mínimo de emprego seria o G Pa. Na composição dos meios, o Esqd estava enquadrado na reserva da F Pac e recebeu as seguintes missões: coordenar suas ações com as forças-tarefa (FT); realizar o patrulhamento motorizado e mecanizado em todos os setores da área de responsabilidade; planejar seu emprego com prioridade diferenciada, considerando as áreas de maior atividade dos APOP; preparar a carta de trafegabilidade das viaturas blindadas e ficar em condições de reforçar qualquer setor.

Independentemente do ambiente operacional em que atuem as subunidades e frações de cavalaria mecanizadas – seja esse predominantemente urbano ou rural – e das adaptações que estas venham a sofrer no seu efetivo ou no seu material, os comandos enquadrantes poderão empregá-las com total flexibilidade.

Em três dias de operação, todas as ruas e vielas foram reconhecidas e a carta de trafegabilidade entregue ao comando da F Pac. Contudo, logo após a primeira semana, destinada basicamente ao reconhecimento de toda a área do Complexo da Maré, o Esqd já operava somente com dois pelotões. As patrulhas foram realizadas em praticamente toda a área, com exceção dos setores de responsabilidade do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais e os setores de Roquete Pinto e Praia de Ramos.

Em face dessa evolução dinâmica de emprego do Esqd, os pelotões passaram a ser empregados doze horas por dia, em patrulhas que duravam quatro horas, caso não houvesse ocorrências de grande vulto. Cabia ao comando do Esqd planejar as ações de modo que todo o setor de responsabilidade estivesse coberto por todo o horário imposto.

Para tal, cada G Pa recebia três *check points*. Primeiramente, o grupo deslocava-se realizando um patrulhamento motorizado (durante o dia) até o local previsto para o primeiro *check point*, onde permanecia por, no máximo, trinta minutos.

Durante a realização do *check point*, o G Pa era distribuído de forma que uma esquadra ficava responsável pela segurança do local enquanto a outra realizava as revistas e abordagens de pessoas e veículos. Atingido o tempo limite, o G Pa deixava dois militares na segurança da viatura e iniciava um patrulhamento a pé, nas proximidades. Ao término deste, os militares embarcavam o material de balizamento, adotavam as medidas de segurança para seu próprio embarque e iniciavam o deslocamento para ocupar o próximo *check point*.

Desde o início, percebeu-se que operar com o pelotão fracionado poderia trazer riscos à sua segurança. Durante um patrulhamento no mês de maio, um G Pa que se deslocava no meio de um quarteirão foi atacado por tiros de pistola e fogos de artifício. Quando a patrulha empunhou o armamento para efetuar disparos na direção dos agressores, foi surpreendida com crianças que vinham em sua direção. Além disso, os militares perceberam que a situação no terreno não os favorecia e que poderiam ser cercados. Diante desse risco, o comandante da patrulha decidiu recuar para uma posição mais segura e solicitou reforço.

Essa ação dos criminosos, envolvendo civis e utilizando-se de áreas para emboscadas, provocou uma mudança no *modus operandi* que buscou explorar uma das características da arma de cavalaria: o emprego do pelotão de forma centralizada na área de operações. Isso permitiu eficiência e eficácia nas ações, aumentando a segurança dos militares e da própria população que recebia ordens dos grupos para causar danos à tropa quando alguém fosse detido. A resposta da tropa era imediata para a apreensão dos meliantes e dispersão das turbas. O emprego passou a ser semelhante, sendo que o *check point* era operado continuadamente, enquanto os outros dois G Pa e a seção de motos patrulhavam em um perímetro maior. Esta adoção aumentou o número de apreensões de ilícitos e pessoas criminosas.

O EMPREGO DAS MOTOCICLETAS

O terreno plano do Complexo da Maré facilitou para que o Governo do Estado alocasse obras de infraestrutura como, por exemplo, o revestimento asfáltico e de saneamento básico. O projeto de urbanização permitiu que as casas fossem construídas, em grande parte, seguindo um traçado linear e com espaço suficiente entre as quadras.

Mas existiam inúmeras vielas e becos estreitos demais para que as viaturas trafegassem durante o patrulhamento. Em geral, era nesses locais que o crime organizado estava mais atuante, pois a venda e o consumo de drogas eram facilitados pela proteção à observação dos militares e, também, porque permitia uma evacuação para diversas direções. Era nessas condições que a mobilidade e a agilidade das motocicletas dos pelotões proporcionavam efetividade à tropa.

A seção de motos era composta por seis militares, sendo três pilotos e três garupas. Dois garupas eram dotados de espingarda com munição menos letal e o terceiro portava o parafal com munição letal. A sistemática de emprego da seção baseava-se no planejamento centralizado e execução descentralizada, visto que a seção saía juntamente com o G Pa no itinerário previsto. Durante o percurso executado a comando do comandante da seção, as motos seguiam tanto por itinerários fáceis como por aqueles de difícil trafegabilidade.

Nessa ação, as motos imprimiam velocidade e entravam em todas as vielas que havia no bairro. Por diversas vezes a seção deparou-se com traficantes que foram surpreendidos e não tiveram tempo de reagir. Quando conseguiam escapar, deixavam para trás as mochilas contendo, principalmente, maconha e cocaína, além de dinheiro fruto da venda dessas drogas ilícitas. O fator surpresa fazia com que, ao avistarem as motocicletas, algumas pessoas mudassem de direção ou apresentassem uma atitude suspeita.

Esse patrulhamento era feito dentro de uma distância de segurança, pois o piloto da moto apesar de estar portando uma pistola, deveria concentrar-se na condução do veículo, evitando que se tornasse alvo da ação direta dos meliantes. Mesmo estando os garupas em condições de efetuar prisões, pelo fato de estarem bem armados, eles poderiam ser cercados facilmente e não terem uma rota de fuga nesse tipo de situação.

Cabia ao G Pa deslocar-se para o local da ocorrência logo após o acionamento via rádio e empregar o princípio da massa para efetuar as prisões que se fizessem necessárias, bem como estabelecer a segurança do perímetro. Nesse momento as motocicletas deixavam o local e ficavam à distância segura.

O EMPREGO DOS BLINDADOS

Com a carta de trafegabilidade pronta no início da operação – e graças ao patrulhamento diuturno – os militares conheciam todas as ruas pelas quais os blindados sobre rodas poderiam transitar. O comando da F Pac emitiu ordem para que essas viaturas fossem utilizadas durante a noite ou no caso de acionamento da reserva. Basicamente, o seu emprego era o mesmo das viaturas Marruá, com o acréscimo, obviamente, da proteção blindada.

A mobilidade do pelotão não foi afetada significativamente pelas restrições às viaturas blindadas, pois as Marruá e motocicletas complementavam as necessidades de patrulhamento e circulação.

O fator psicológico que este blindado causava na população e nos criminosos foi

devidamente comprovado em duas ações de grande vulto, nas quais o Esqd foi empregado como reserva da F Pac. Certa ocasião, durante um patrulhamento noturno, no momento um *CHECK POINT* era desocupado, um pelotão foi atingido por garrafas e pedras arremessadas por cerca de vinte pessoas, concentradas a cinquenta metros de distância. A tropa adotou um dispositivo de segurança, informou o escalão superior sobre a situação e foi enviado reforço.

Contudo, apesar de a tropa estar em atitude defensiva em relação à turba, a quantidade de populares aumentou rapidamente, chegando a quase quatrocentas pessoas. Disparos de pistola e de fuzil começaram a ser direcionados contra ela. Houve troca de tiros, com a tropa agindo dentro das regras de engajamento estabelecidas.

A mobilidade, a proteção blindada e a ação de choque foram fundamentais para o sucesso desse conflito. No momento em que os G Pa posicionaram-se à retaguarda dos blindados e esses iniciaram seu deslocamento em direção à turba, ficou claro que os populares não tinham como resistir. O grupo se dispersou, cessaram os disparos contra a tropa e não houve militares feridos. Os meliantes que estavam infiltrados entre os populares fugiram.

CONCLUSÃO

Ficou claro que, independentemente do ambiente operacional em que atuem as subunidades e frações de cavalaria mecanizadas – seja esse predominantemente urbano ou rural – e das adaptações que estas venham a sofrer no seu efetivo ou no seu material, os comandos enquadrantes que conhecerem perfeitamente suas características poderão empregá-las com total flexibilidade, ajustando-as *ad hoc* às condições encontradas no terreno. Essa, aliás, é uma característica que torna as unidades de cavalaria mecanizadas particularmente adequadas ao emprego em operaçõs no amplo espectro.

Também ficou confirmada a importância do trabalho conjunto com a inteligência na organização do banco de dados fundamental à operação em áreas com tal complexidade. No ambiente urbano do Complexo da Maré, o conhecimento prévio do terreno e do *modus operandi* dos criminosos – e de suas constantes evoluções – permitiu ao comandante adestrar a sua tropa para todas as situações que ele poderia enfrentar, restando-lhe apenas adaptar seu planejamento às circunstâncias do momento, durante as operações. Sob o ponto de vista de emprego da tropa, essa atuação eficaz permitiu evitar a ocorrência de baixas, durante a operação São Francisco II.

Finalmente, podemos afirmar que o sucesso da missão no Complexo da Maré foi conquistado graças ao preparo adequado e à atuação competente dos sucessivos contingentes, o que efetivamente retirou a liberdade de ação dos grupos criminosos e criou condições para que o Estado implemente seus projetos.

REFERÊNCIAS/NOTAS

[1] Após a proclamação da República, com a promulgação da Constituição Republicana de 1891, o texto constitucional passou a prever no seu art. 6º, inciso 3º, que o governo federal não poderia intervir nos Estados da Federação, exceto para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos. A idéia de posicionar as Forças Armadas como garantidoras da ordem é repetida nas Constituições de 1934 (art. 162), de 1937 (art. 166, *in fine*), de 1946 (art. 177), de 1967 (art. 92, §1º), de 1969 (art. 91) e, finalmente, no art. 142 da Constituição Federal de 1988. Esse texto encontra-se disponível no artigo "As Forças Armadas e a garantia da lei e da ordem sob uma perspectiva histórica e social", na internet na página da *Jus Navegandi*, em janeiro de 2007 em http://jus.com.br/artigos/9392/as-forcas-armadas-e-a-garantia-da-lei-e-da-ordem-sob-uma-perspectiva-historica-e-social#ixzz3KTdgABqE.

[2] A 1ª Bda C Mec – Brigada José Luís Menna Barreto – é uma tradicional Grande Unidade do EB, localizada na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, com sua sede no município gaúcho de Santiago.

[3] "Complexo da Maré será a próxima região a ser pacificada" publicado por Luciana Nunes e Marcelo Gomes, no Jornal O Estado de São Paulo, edição de 04 de Julho de 2013. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/geral,complexo-da-mare-sera-a-proxima-regiao-a-ser-pacificada,1050168.

[4] A decisão foi anunciada como uma reação à crescente violência na comunidade carioca, que havia culminado com a morte de dez pessoas durante uma troca de tiros entre traficantes e policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), entre a noite do dia 24 e a manhã do dia 25 de junho de 2013.

[5] "Beltrame diz que Exército vai assumir ocupação do Complexo da Maré", disponível em http://www.cbnfoz.com.br/editorial/brasil/rio-de-janeiro/24032014-113286-beltrame-diz-que-exercito-vai-assumir-ocupacao-do-complexo-da-mare.

[6] Diretriz de Preparo da Força de Pacificação Niederauer para o emprego na Operação São Francisco II, de 10 de abril de 2014.

[7] Ibid.

[8]. A Presidenta da República considerou o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com fundamento no Decreto nº 3.897/2001 e nas condições solicitadas pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro (atuação no Complexo da Maré, a partir do início de abril e por um período de quatro meses), sendo a situação institucional de normalidade. O emprego de uma Força de Pacificação, constituída por tropas do Exército e da Marinha, foi definido, com base no Aviso Presidencial Nr 106, de 31 de março de 2014, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e Diretriz Ministerial Nr 9/2014, assinada pelo Ministro da Defesa, de 31 de março de 2014, que encontram amparo, dentre outros dispositivos legais, na Constituição Federal de 1988 e Leis Complementares 97/1999 e 136/2010, com previsão de término de atuação naquele complexo de favelas, em 31 de julho de 2014. O texto encontra-se na Diretriz de Preparo da Força de Pacificação Niederauer para o emprego na Operação São Francisco II, de 10 de abril de 2014.

[9] A transmissão da responsabilidade da Bda Inf Pqdt para a 6ª Bda Inf Bld ocorreu no dia 31de maio de 2014, após duas semanas de treinamento específico na região da Vila Militar, no Rio de Janeiro.

[10] Um batalhão foi organizado a partir do 29° Batalhão de Infantaria Blindado – Batalhão Cidade de Santa Maria – que recebeu pessoal do núcleo base de Organizações Militares da 3ª Divisão de Exército (da própria 6ª Bda Inf Bld; da 1ª Bda C Mec; da 2ª Bda C Mec, sediada em Uruguaiana-RS; da 3ª Bda C Mec, sediada em Bagé-RS; e da Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército, sediada em Cruz Alta-RS. Dois Batalhões da Força de Pacificação foram integrados por militares de unidades sediadas no Rio de Janeiro. Foram integrados, ainda, um Grupamento Operativo do CFN/MB e um Destacamento Logístico, que foi mobiliado pelo 4º Batalhão Logístico, orgânico da 6ª Bda Inf Bld (Santa Maria-RS).

[11] Ambos os pelotões de cavalaria mecanizados eram da 1ª Bda C Mec: um do 1° Regimento de Cavalaria Mecanizado (Itaqui - RS) e outro do 19º Regimento de Cavalaria Mecanizado (Santa Rosa - RS).

[12] Diretriz de Preparo da Força de Pacificação Niederauer para o emprego na Operação São Francisco II, de 10 de abril de 2014.

[13] Artigo "Considerações Sobre a Força de Pacificação Empregada no Rio de Janeiro do Tenente-Coronel Carlos Alberto Klinguelfus Mendes, EB".

[14] Revista "Retrato do Brasil", de São Paulo – SP. Disponível em http://www.blogdaretrato.com.br/2014/07/mare-vida-sob-ocupacao.html, do dia 21 de julho de 2014.

[15] O CV dominava as comunidades de Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque União e Parque Maré; o TCP domina grande parte do complexo em Vila do Pinheiro, Vila do João, Salsa e Merengue, Baixa do Sapateiro, Vila Esperança, Morro do Timbau, Conjunto Pinheiros, Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré. As milícias controlam o lado norte, que são as comunidades de Roque Pinto e Praia de Ramos.

[16] Essa função foi bem conduzida pelo Capitão de Cavalaria Diogo Antônio Martins e teve início a partir de seu deslocamento, um mês antes do início da operação.

[17] A função de subcomandante do Esqd C Mec foi desempenhada pelo Capitão de Cavalaria William Sebastian Pietnozka Rodrigues. Além de substituto eventual do comandante, o subcomandante é o responsável pelas atividades e tarefas relacionadas à função de combate inteligência, bem como o controle do pessoal.

[18] O armamento primário era o fuzil 7,62 mm Imbel ParaFal e o secundário, a pistola Beretta 9 mm. Cada pelotão recebeu dezessete miras holográficas – assessórias ao fuzil – distribuídas dentro dos G Pa, a critério dos comandantes de grupo. Além disso, o armamento menos letal de cada pelotão era constituído por desesseis espingardas calibre 12 e seis lançadores de granada calibre 37/38.

[19] Os rádios de comunicações principais eram do modelo *Sepura*.

[20] O Waze permitiu manter a orientação com precisão naquele ambiente urbano específico, funcionando bem mesmo sem sinal de internet, bastando ter um celular ou *tablet* na viatura.

UNITED NATIONS OPERATIONS IN THE MODERN CONFLICTS

Colonel Luis Antonio Ferreira Marques Ramos

Infantry Brazilian Army Colonel Ferreira Marques serves at Army Doctrine Center / Land Army Command (Brasilia) as doctrine formulator of Combat Function "Movement and Maneuver - Infantry". In 1989, he graduated from the Brazilian Military Academy at Agulhas Negras, where he was appointed as instructor of Basic and Advanced Courses. He attended the Command and General Staff Course at Brazilian Army Staff College. He also attended these following foreign courses: UN Integrated Mission Staff Officer Course (Canada 2007), Security Analysis Process and Practice Course (UN, USA, 2010); War College at Centro Alti Studi di Difesa (Italy, 2015). In 2012, he assumed command of the 16th Motorized Infantry Battalion (Natal-RN). He was division operations officer, 2nd Army Division; G3 Operations/UNMIL (Liberia), intelligence division officer, at Army Intelligence Center (Brasília) and Assessment Officer/ DPKO-UN (laferreiramarques@terra.com.br).



The United Nations (UN) have been confronted with cycles of repeated violence, weak governance and recurring instability. Even in countries that have successfully implemented peace agreements, political and criminal violence coupled with state fragility may still pose threats to long-term transitions and continue to affect the security of civilians. Furthermore, intrastate conflicts often take on a regionalized or internationalized character, which may make them more deadly – given the ease of access to arms and resources to conflict parties – and harder to be solved. Conflicts are increasingly concentrated in weak or failed states, where state capacity and authority are limited. Conflict parties are increasingly amorphous and transnational, they have loosely defined command structures and growing military capabilities and are motivated by combinations of political, exclusionist, economic, criminal and, in some cases, extremist aims.

UN peace operations are being deployed in changing ways as well. Peacekeeping operations (PKO) were once deployed primarily into post-conflict situations with peace agreements in place. Today, they are increasingly mandated to operate where there is no peace to keep. The majority of field personnel work in countries where fighting is ongoing and are increasingly the target of attacks. In the middle of conflict, UN peacekeepers are called on to protect civilians and in some cases they have also been provided with robust mandates and capabilities to counter threats, including asymmetric and unconventional attacks.

In the words of the current Assistant Secretary-General for Peacekeeping Operations, Edmund Mulet:

> The world is changing. The threats are changing. The levels of conflict are changing in many places in the world…so we have to adapt and we have to evolve and we have to learn how to deal with these new challenges.

These new challenges are linked to a number of features of modern conflict. These developments are challenging the precepts that characterize what has been called the 'holy trinity' of 'classical peacekeeping,' namely: host-government consent, impartiality and minimal use of force.

OPERATIONS IN ASYMMETRIC ENVIRONMENTS

The conflicts of today involve armed groups with access to sophisticated armaments and techniques. They involve a mix of armed groups as well as transnational criminal networks and, for example, in Mali, terrorist organizations.

The presence of extremist groups has

brought with it asymmetric attacks against UN personnel. Those attacks on peace operations are not new, but the tactics are more deadly and the aggressor less politically compromising. The UN faces individuals that do not necessarily view the UN as either legitimate or impartial. In some cases the UN cannot negotiate with certain groups, removing the possibility of a political solution. Increasing counter-terrorist efforts by other actors in the same theater as a UN peace operation can bring their own complications, threatening perceptions of the UN's core principles as legitimacy and impartiality.

States and state actors have always been the primary focus of (and functional states the exit strategy for) UN peace operations. These states are being weakened by organized crime, illicit flows of goods and money, violent transnational non-state actors with global financing and/or recruitment and potentially other threats that can travel quite easily across a region, such as infectious disease.

Given the increasing relevance of non-state and transnational actors to international peace and security, are the current peace operations models still appropriate? Can the UN be successful operating on a country-specific basis (with some exceptions) or is there a need for a stronger push for and more creative thinking about regionalized presences?

Clearly there is a greater need for better analysis of the challenges and threats. How can the UN increase its analytical capability in missions and at headquarters? Do these threats call for more specialized policing capabilities? How can the UN convince states to part with such valuable resources?



How high on the priority list of UN peace operations should the threat of organized crime be? What capabilities would the UN need to more effectively address this component of state fragility and lack of legitimacy? What can regional political missions do to help states cooperate to prevent the spread of organized crime?

How should UN peace operations deal with asymmetric threats posed by extremist groups: threat mitigation, risk reduction, military force, negotiation or other means? Should the UN work more or less alongside others who are engaging in counter-terrorism operations? Does UN need new doctrine and capabilities? Is it necessary a better clarification of the overall international framework for deploying and sustaining UN missions? Is it necessary a Brahimi's Report review, mainly on principles, approaches and methodology?

These new challenges are linked to a number of features of modern conflict. These developments are challenging the precepts that characterize what has been called the 'holy trinity' of 'classical peacekeeping,' namely: host-government consent, impartiality and minimal use of force.

SEARCH FOR PEACE/ UTILITY OF FORCE

The conflicts like the Democratic Republic of Congo, Darfur and South Sudan are confronting a second or third wave of conflict and these are not only complex civil wars. They have regional dimensions as well, thus greatly complicating their resolution. In fact some two-thirds of peacekeeping personnel today are deployed in the midst of ongoing conflict, where peace agreements are shaky or where there is no real roadmap for peace at all.

In this global context, the Security Council has continued to turn to UN peacekeeping, often approving very comprehensive and at times robust mandates. The 121,000 military, police and civilian personnel serving in 16

missions face constantly evolving challenges. Each situation must be addressed singularly to define the appropriate approach: risk mitigation, military force, negotiation, etc. or even to decide if the peacekeeping operation is exclusively the only (or more appropriate) option for that situation instead of other options as: local arrangements of force, alliance, etc.

UN PKO are not only military operations, as they deal with the whole spectrum of crisis management and UN always give priority to the political solution. However, peacekeeping operations are also military operations and the military component of multidimensional operations (which constitutes 80% of UN deployments on the ground) should be treated as such, i.e. have the means and the capabilities to perform their military tasks with efficiency. More than anytime in the history of UN peacekeeping the willingness to use force has been decisive if parties on the margin try to use violence to undermine the process. Peace agreements declared between warring factions don't have the same strength and solidity as agreements between states. UN have to have sufficient strength to stop would-be spoilers and prevent them from taking the whole process hostage.

PROTECTION OF CIVILIANS

There is a persistent pattern of PKO not intervening with force when civilians are under attack. This can be eliminated/mitigated by the issuing of clear mandates, clarifying better/precisely "what protection of civilians means" and the conditions of "imminent threat of physical violence". Troops should be early engaged/committed to deter violence against civilians. Although protection of civilians continues to be the highest priority in UN peace operations, it is still unclear how military force can and should be used to increase its utility to protect.

Successful protection operations rely on a different logic than traditional warfare and peacekeeping. Military forces are primarily trained to fight an enemy directly. In protection operations, however, understanding how and why perpetrators attack a third party – the civilians – is critical to identify the proper military countermeasures. To maximize the utility of force to protect, different threats must be met with the appropriate function of military force, ranging from amelioration and containment, via deterrence and coercion, to destruction. In this context, the principle of minimum use of force cannot always be upheld. The way forward: the bedrock principles of peacekeeping operations should be reformed to enable effective protection of civilians under imminent physical threats.

Troop-contributing countries (TCC), unwilling or unable to accept all the risks associated with the use of force, regulate and limit the response of their contingents. Under their control, contingents may choose not to carry out some assigned tasks. When missions do not report such occurrences to UN Headquarters, the issue cannot be taken up with TCC. What is required is a frank dialogue on the issue within the peacekeeping partnership of troop, police and finance-contributing countries, host governments, the Security Council, the Secretariat and other actors. Solutions also require the involvement of the General Assembly as the main deliberative organ of the UN. A precedent exists: in 2009, the Assembly debated the issue of the "responsibility to protect". Situations in which contingents are hesitant or do not carry out duly issued orders from the mission military structure should be reported.

The issue of the use of force as the last resource by the UN to protect civilians under imminent threat of physical violence or under attack needs urgent consideration. The

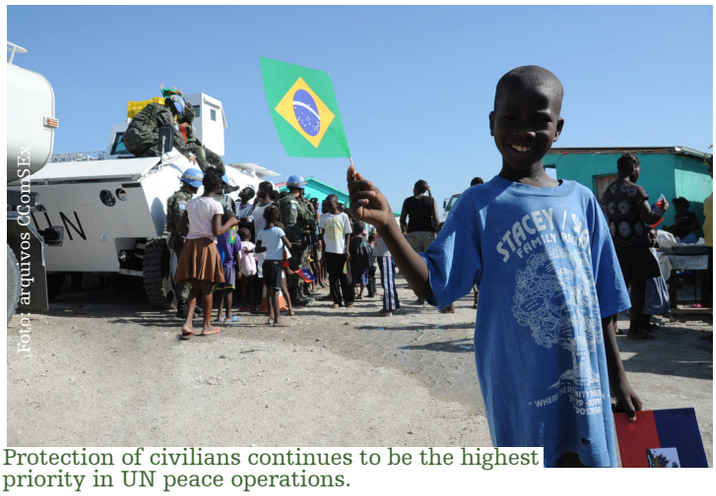


Foto: arquivos ComSE

Protection of civilians continues to be the highest priority in UN peace operations.

question is whether this distance between prescription and practice should be allowed to persist when enormous civilian suffering remains, when violent threats to them are increasing and when the only Organization such civilians can and often turn to for help and protection is the UN.

RAPID DEPLOYMENT

Rapid deployment of large peace operations into conflict zones worldwide is a demanding process. Within the UN system, the process is further complicated and frequently delayed by a long list of tasks, including the need to seek the support of member states for the deployment of their national personnel and resources. Yet, rapid deployment remains an important standard with specified response times and an objective that underpins many related reforms. Rapid deployment is critical, even for the most advanced and best prepared member states. The prerequisites usually include the immediate availability of highly trained, well-equipped personnel and dependable transport with secure supply chains.

The UN does not have its own rapid deployment capability per se. Nor there is a distinct UN system for rapid deployment. When the need arises, additional pressure is applied to the organization's system for launching peacekeeping operations. The recurring impediments to progress in this respect tend to be within the overlapping categories of insufficient political will, limited cooperation, inadequate UN funding associated with austerity and a zero-growth budget and the reliance on slow and unreliable standby arrangements. The absence of specific policy and guidelines to effect rapid deployment also renders it a difficult system to understand and explain. As various aspects continue to confuse analysts and member states alike, this also poses a challenge for efforts to adapt and reform.

Rapid deployment by the UN presents an array of challenges. As each conflict and each mandate is unique, each mission entails different requirements and challenges. Some aspects may align with recognized process, others must be improvised in haste. Once identified and approved, national military forces and formed police units must be trained for mission-specific requirements and prepared for deployment. Equipment has to be found, rented, or purchased, then inspected, loaded, and transported to the mission areas.

Department of Peacekeeping Operations (DPKO) and Department of Field Support (DFS) should continue to explore ways to acknowledge and reward service for emergency first responders and prompt providers. Contributors meeting or deploying under specified UN response times merit additional compensation.

TECHNOLOGY AND INNOVATION

To address the threats in the modern conflicts the UN peacekeeping missions depend on the use of modern technology and



Air transportation capabilities are essential for a rapid deployment.



Mr. Hervé Ladsous, Under-Secretary-General for PKO, knowing a UN UAVs.

expedient processes to conduct operations, fulfill their mandates and account for the resources with which state has been entrusted. Indeed, no mission can be expected to succeed in today's complex environments without an ability to innovate and make effective use of technology.

In this regard there is a priority for improving intelligence and situational awareness. Effectively countering asymmetric and other threats to UN mandates implementation and to our troops requires accurate, comprehensive and up-to-date information on security threats, such as the activities of armed groups, weapons flows and population movements. UN need better human intelligence and information-gathering capabilities, as well as advanced capabilities such as surveillance and reconnaissance technology, including Unmanned/ Unarmed Aerial Vehicle - UAVs (MONUSCO is the first mission in use) and stronger and more coherent information analysis structures and systems.

The question is whether this distance between prescription and practice should be allowed to persist when enormous civilian suffering remains, when violent threats to them are increasing and when the only Organization such civilians can and often turn to for help and protection is the United Nations .

In Mali, once the All Sources Intelligence Fusion Unit – the ASIFU – is fully online, UN will have an unprecedented ability to gather and analyze information relating to threats to the mission troops and to the local population.

ALLIANCES AND PARTNERSHIPS

Alliances and partnerships rely on high-level discussions between UN and the considered allied organizations/countries on each partner's capability, willingness and limitations and are considerable effective to address transnational threats such as organized crimes and terrorism.

There are areas of comparative advantage for partners outside the UN, such as: non-UN partners benefit from the stable environment kept by the mission and the mission benefits from information that partner can provide; non-UN partners complement mission capillarity and a great source of information. Regional organizations play a vital bridging role in many cases and building more predictable stand-by arrangements with them is key, while regional actors are vital partners for political engagement and many other elements of crisis response.

Getting the partnerships or relationships right at the political--strategic, institutional and operational levels is important if UN are to increase the chances for success in the field. Cooperation needs certainly to be less ad-hoc and better structured. Increased communication, transparency, visibility and understanding of each other's working procedures and methods, decision making processes and so forth will go a long way towards ameliorating tensions and promoting understanding. Political considerations will always be primary but practical cooperation can foster mutual understanding by the respective organizations of the situation on the ground and can support coordination of action prior to decisions being taken at the political-strategic level.

POST-CONFLICT

Security is a necessary but not a sufficient condition. The UN mission has the role of establishing the foundations of a sustainable

peace. Part of that is to provide a measure of security. However, the UN military presence is just part of it and UN deploy both military and civilians in a way designed to integrate their efforts. The key to success in a post-conflict situation is "unifying the mission'' in order not to have a disjunctive military and civilian effort. Unfortunately the hard way has been the teacher in all these current post-conflict situations. Therefore, it is vital to have one unified civilian-led post-conflict strategy in each country and for the military to be an element that supports that strategy. The military and police components are important instruments because if there is no security, nothing will work. But security is not the whole picture. The idea that by force alone you can bring peace is an illusion. So it is very important to have some basic political accord in the country where the UN want to help.

Once a peace deal is in place, how the UN must approach the job of peacekeeping and peacebuilding? Looking at post-conflict situations, there are a number of recurring problems. First, there is a need to restore the basis of the state, which is the capacity to maintain law and order. Without it, all the rest is not sustainable. If the state can't maintain law and order, the government won't have the capacity to collect taxes. If it doesn't collect taxes, it won't pay the teachers neither build the roads, etc. Law and order means having police, having credible justice, having a credible correctional system of prisons and the like. This triangle is the foundation for the rule of law. So it is a matter of utmost priority in UN peacekeeping missions to start rebuilding these functions alongside the military work.

Another critical element is the disarmament, demobilization and reintegration (DDR) process. These are linked because during a conflict, people make a living essentially with their gun. The trick is to convince them to surrender their guns and then demobilize



Rebuilding country´s infrastructure is fundamental at post-conflict.

them with stipends and by feeding them. Not all of them can be reconverted into security forces, so ideally train them a bit so that when ex-fighters leave the camps they have something to go to in civilian society and can make a living without a gun. In parallel UN mobilize the UN Development Program and other UN agencies, the World Bank and other donors, and other players such as NGOs – the whole system.

Of course, this approach does not guarantee only victories, specially because there are too many factors not under UN control. When in a post-conflict state has a political process to support, a peacekeeping can prevent the resumption of war, but cannot impose peace. However, a peacebuilding operation taken in place can increase the odds in favor of it.

CONCLUSION

The changing nature of conflict and the changing role of peace operations have required the UN to adapt and respond. In recent years DPKO and DFS have undertaken a wide variety of reforms aimed at professionalizing and modernizing peacekeeping operations. DFS has worked to develop global and regional platforms to enhance the effectiveness and efficiency of field support to all UN field missions. Substantively, field missions have worked to develop more sophisticated approaches to the implementation of mandated tasks, such as post-conflict stabilization, support to political processes and peacebuilding, including the restoration and extension of state authority and the rule of law.

When a peacekeeping partnership has the necessary resources to deliver in the field, when it is empowered by its member states to be flexible and responsive and when it is energized by political will, UN peacekeeping has proven to be and will continue to be a powerful tool for conflict management and peace consolidation.

At the political level, peace operations continue to face a number of key challenges that affect their ability to perform effectively in the field and require creative thinking and dialogue to overcome. There is a lack of consensus among the key political stakeholders of peace operations, including those member states that mandate, finance and supply uniformed personnel and equipment to operations, on key issues of policy and doctrine. These questions include the necessary conditions for the deployment of missions, outer boundaries of peace operations and issues surrounding the use of force by peacekeepers, performance and accountability, peacebuilding and stabilization efforts, mission planning and management as well as funding. Consistency and unity of resolve in the partnership of stakeholders to peace operations is critical to ensure that missions are given realistic mandates, supplied with the capabilities necessary to execute their tasks and are willing to implement their mandates to the fullest extent possible.

It is crucial for all relevant stakeholders to understand that the nature of peacekeeping under the auspices of the UN is expanding and currently requires robust mandates, such as the use of force under chapter VII (UN Charter) and interventions in challenging environments. Such empirical insight should be used to develop better guidelines on when and how military force can be used to protect civilians more effectively.

However, some states express reservations over the use of force and overly-ambitious mandates, seen as threatening



Foto: arquivos CComSEx

UN troops must have sufficient strength to fulfill its missions.

classical peacekeeping. On the other hand the modern conflicts have been challenging ineffective UN mandates. Therefore, it is arrived the time for creative and innovative approaches to ensure peacekeeping is up to the demands of both today and tomorrow. It is essential to face the significant gaps that have emerged between the commitments UN set down on paper, which constitute a responsibility to act, and the way missions perform in practice. The larger this gap grows, the more vulnerable civilians become and the less credible this organization and the peacekeepers representing it become.

When a peacekeeping partnership has the necessary resources to deliver in the field, when it is empowered by its member states to be flexible and responsive and when it is energized by political will, UN peacekeeping has proven to be and will continue to be a powerful tool for conflict management and peace consolidation.

BIBLIOGRAPHY

BELLAMY Alex, WILLIANS Paul & GRIFFIN Stuart. **Understanding Peacekeeping**. Cambridge: Polity Press. 2004.

BISHARA M. **Um Inimigo Difuso**. Le Monde Diplomatique in Portughese, http://diplo.uol.com.br/2001-10,a88

FERREIRA P. **O papel das organizações regionais na resolução de conflitos.** http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2005_4_2_3_a.html

LUCK Edward C. **The United Nations and the Responsibility to Protect**. Policy Analysis Brief of the Stanley Foundation. 2008.

NOGUEIRA João. **Ética, terror e soberania: questões para a teoria das Relações Internacionais**, Brazil. 2004.

ROCHA Rafael Assumpção. **Intervenções para a Paz em Conflitos Assimétricos**: desafios na formulação de estratégias de estabilização no século XXI em relação a novos atores beligerantes, Brazil. 2011.
SLOANA James. **The Evolution of the Use of Force in UN Peacekeeping**. University of Glasgow, School of Law. 2014.
United Nations, Haq Ameerah. **Statement at the Fourth Committee Opening Debate**. Under Secretary-General for Field Support. 2014.
United Nations, Ladsous Hervé. **Statement of Under-Secretary-General for Peacekeeping Operations** - Debate of the Fourth Committee on Peacekeeping, 2014.
United Nations, The Office for Peacekeeping Strategic Partnership (DPK-DFS). **Proposal for Enhancing Peace Operations**. 2014.
United Nations. **Final Report of the Expert Panel on Technology and Innovation in UN Peacekeeping.** 2014.
United Nations. http://www.un.org/
United Nations. **Implementing the Responsibility to Protect, Report of the Secretary-General** (UN doc A/63/677), 2009.
United Nations. **Protection of Civilians: Implementing Guidelines for Military Components of United Nations Peacekeeping Missions**, DPKO-DFS. 2014.
United Nations. **Recommendations Report GA A/68/787, Report on the activities of the OIOS.** 2014.
United Nations. **Report GA S/PV.7196 e 7275**. 2014.
United Nations. **Terms of Reference High-level Independent Panel on UN Peace Operations.** 2014.
United Nations. **The Charter of the United Nations**. 1946.
United Nations. **What Needs to Change in UN Peace Operations?** An expert briefing book prepared for the High-Level Independent Panel on Peace Operations. 2014.
Vogel Christoph. Congo: **Why UN peacekeepers have a credibility problem**: Unravelling a war involving nine countries and 40 rebel groups was never going to be easy. But there's a glimmer of hope, http://www.theguardian.com.

ORIENTAÇÕES AOS FUTUROS AUTORES

A Doutrina Militar Terrestre em Revista é uma publicação do Estado-Maior do Exército, editada nas versões digital e impressa, com tiragem limitada. O Portal de Doutrina do Exército, www.cdoutex.eb.mil.br, é a principal forma de acesso à Revista.

A publicação foi concebida para oferecer um fórum de debates que favoreça o livre fluxo de ideias sobre temas de interesse militar, sobretudo no que diz respeito à evolução da Doutrina Militar Terrestre (DMT). A publicação prioriza os debates em torno de conceitos e experiências inovadoras na condução de operações militares, de modo a apoiar a evolução da doutrina do Exército e, consequentemente, de seus sistemas de educação, instrução e adestramento.

O C Dout Ex está convencido de que a divulgação de artigos com pontos de vista antagônicos sobre um mesmo tema contribui para o enriquecimento do debate de ideias, cujos efeitos positivos refletir-se-ão na produção doutrinária da Força Terrestre (F Ter). O C Dout Ex não só deseja incentivar a produção de trabalhos inovadores, mas também espera receber textos de autores que contestem ou apresentem sua discordância.

A aprovação, seleção e publicação de um artigo dá ao C Dout Ex o direito de reproduzi-lo e utilizá-lo para fins profissionais, escolares e acadêmicos. Por ser uma publicação oficial, o autor faz a cessão de seus direitos autorais ao Exército.

São de interesse da Revista textos que discutam a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END); conhecimentos sobre os níveis tático, operacional e estratégico da guerra; organização e doutrina; logística; sistemas de armas e equipamentos; conceitos e concepções adotados por forças militares estrangeiras; liderança e administração; e história militar – na realidade, qualquer assunto relevante e de interesse atual que possam ter efeitos sobre a concepção estratégica e a doutrina da F Ter. Os artigos que apresentem soluções adotadas por forças militares estrangeiras devem destacar os aspectos de interesse para o EB. A Revista prioriza artigos originais, que ainda não tenham sido publicados em outros periódicos nem estejam previstos para tal.

O artigo deve ser entregue no editor de texto Microsoft Word, utilizando fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12 e espaçamento simples entre as linhas e parágrafos.

A equipe editorial revisará os artigos, sugerindo alterações aos autores, para que sejam ajustados aos padrões gramaticais aceitos e ao estilo específico da publicação.

Ao final do texto, acrescente um breve extrato de seu currículo, destacando a formação acadêmica e os cargos e funções civis ou militares que reforcem sua credibilidade. Inclua o seu e-mail para facilitar o contato com os leitores.

Para obter mais informações, entre em contato com a equipe editorial.

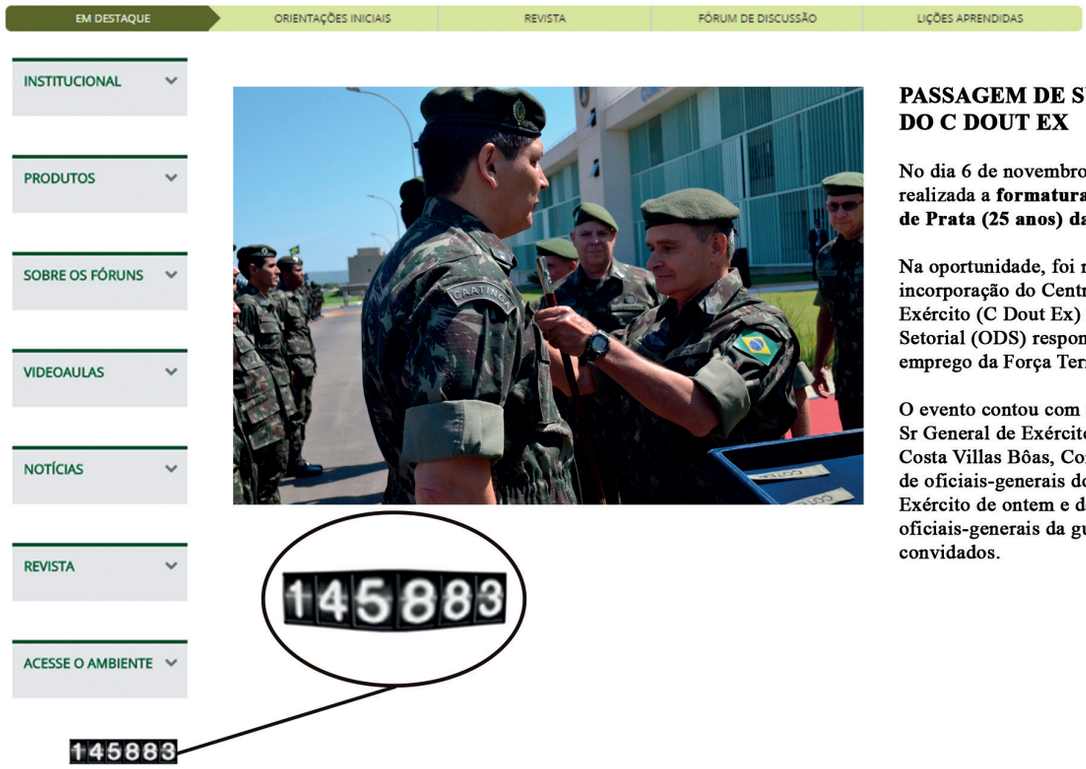
- *E-mail*: carneiroha@hotmail.com ou portal.cdoutex@gmail.com
- Telefones: (61) 3415-5239 e (61) 3415-6804
- RITEX: 860-5239 ou 860-6804

PARTICIPE! PUBLIQUE SEU ARTIGO!

Portal de Doutrina do Exército







PASSAGEM DE SUBORDINAÇÃO DO C DOUT EX

No dia 6 de novembro do corrente foi realizada a **formatura alusiva ao Jubileu de Prata (25 anos) da criação do COTER.**

Na oportunidade, foi realizada a incorporação do Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex) ao Órgão de Direção Setorial (ODS) responsável pelo preparo e emprego da Força Terrestre.

O evento contou com as presenças do Exmo Sr General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército, de oficiais-generais do Alto Comando do Exército de ontem e de hoje, de oficiais-generais da guarnição de Brasília e convidados.

www.cdoutex.eb.mil.br

Acesse, cadastre-se e navegue!